



Reutilizações Romanas e Medievais de
Monumentos Megalíticos do Distrito de Viseu

Gonçalo Moreira Pereira da Silva Jacinto

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Lisboa, Março de 2023

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catarina Tente, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e coorientação do Professor Doutor António Faustino Carvalho, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Lisboa, 30 de Março de 2023

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

A co-orientadora,

Lisboa, 30 de Março de 2023

À minha irmã Carolina

Agradecimentos

Em primeiro lugar, queria agradecer à minha orientadora Professora Doutora Catarina Tente, por todo o apoio que me forneceu ao longo do mestrado, e também da minha licenciatura e no desenvolvimento da minha formação enquanto arqueólogo. Obrigado pela ajuda incansável na redação desta dissertação de mestrado e pela disponibilidade demonstrada para me auxiliar sempre que necessitasse.

Em seguida, e como não poderia deixar de ser, queria agradecer ao meu coorientador Professor Doutor António Faustino de Carvalho, pelo apoio que me facultou ao longo dos anos nas suas intervenções arqueológicas tendo sido nestas que mais aprendi sobre a arqueologia de campo e que faz de mim o arqueólogo que sou hoje, e agradecer também todo o apoio que recebi na elaboração desta dissertação, sem o qual a mesma nunca teria sido concluída. Cordialmente.

Ao Doutor Tiago Ramos e à Mestre Silvia Ricardo, agradeço os ensinamentos que me forneceram sobre a arqueologia empresarial, bem como a todo o apoio que me facultaram na elaboração do mestrado e da minha dissertação.

Aos meus pais por nunca me terem deixado desistir mesmo nas horas mais difíceis, lembrando-me sempre da razão pela qual faço o que faço, pelos ensinamentos que compartilharam e a paciência de uma vida.

Por fim, gostaria de agradecer a toda a minha família, pelos ensinamentos e apoio de toda a vida, sem a qual não seria a pessoa que sou hoje.

Reutilizações Romanas e Medievais de Monumentos Megalíticos do Distrito de Viseu

Gonçalo Jacinto

Palavras-Chave: Beira Alta; Reocupações de Antas; Dólmenes; Idade Média; Romanização; Megalitismo.

Resumo

A presente dissertação centra-se na análise aos espaços megalíticos com ocupações em período romano e medieval, no distrito de Viseu. Projetos como este foram já desenvolvidos na Europa, especialmente em Espanha e na Alemanha, mas em Portugal ainda não havia sido desenvolvido um estudo conjunto destas realidades.

O projeto tem assim como principal objetivo compreender a forma como os espaços megalíticos foram usados durante os períodos romano e medieval. O território em análise é a região viseense. O estudo focou-se assim numa amostra de monumentos para os quais havia menções a possíveis reutilizações ou presença de materiais destes períodos para tentar encontrar padrões de uso quer na função, localização geográfica.

Ao longo deste estudo foi possível identificar-se três tipologias de reutilizações de monumentos megalíticos, sendo estas: de reutilização relacionada com atividades agro-pastoris, reutilização religiosa, e reutilização funerária.

Roman and Medieval Reuses of Megalithic Monuments of Viseu District

Gonçalo Jacinto

Key words: Beira Alta; Reoccupations of Dolmens; Dolmens; Middle Ages; Romanization; Megalithism.

Abstract

The present dissertation focuses on the analysis of megalithic spaces with occupations in Roman and Medieval times, in the Viseu district. Projects like this have already been developed in Europe, especially in Spain and Germany, but in Portugal a joint study of these realities had not yet been developed.

The project's main goal is to understand the way megalithic spaces were used during the Roman and Medieval periods. The territory under analysis is the Viseu Region. The study thus focused on a sample of monuments for which there were mentions of possible reuses or presence of materials from these periods to try to find patterns of use either in function or geographical location.

Throughout this study it was possible to identify three types of reuses of megalithic monuments, namely: reuse related to agro-pastoral activities, religious reuse, and funerary reuse.

Índice

1. Introdução
2. Objetivos
3. Metodologia
4. Estado da Arte
5. Enquadramento Histórico e Geográfico do Distrito de Viseu
6. Reutilizações – O estudo de Quatro Monumentos
 - 6.1. Lapa da Meruje
 - 6.1.1. Enquadramento Histórico e Geográfico
 - 6.1.2. Intervenções Arqueológicas
 - 6.1.3. Análise da Arquitetura
 - 6.1.4. Análise da Cultura Material
 - 6.2. Orca de Pramelas
 - 6.2.1. Enquadramento Histórico e Geográfico
 - 6.2.2. Intervenções Arqueológicas
 - 6.2.3. Análise da Arquitetura
 - 6.2.4. Análise da Cultura Material
 - 6.3. Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte
 - 6.3.1. Enquadramento Histórico e Geográfico
 - 6.3.2. Intervenções Arqueológicas
 - 6.3.3. Análise da Arquitetura
 - 6.3.4. Análise da Cultura Material

6.4. Orca de Forles

6.4.1. Enquadramento Histórico e Geográfico

6.4.2. Intervenções Arqueológicas

6.4.3. Análise da Arquitetura

6.4.4. Análise da Cultura Material

7. Discussão

8. Consideração Finais

9. Bibliografia e Webgrafia

10. Anexo I – Geral

11. Anexo II – Lapa da Meruje

12. Anexo III - Orca de Pramelas

13. Anexo IV - Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte

14. Anexo V – Orca de Forles

1. Introdução

A presente dissertação de mestrado, com o tema “Reutilizações Romanas e Medievais de Monumentos Megalíticos do Distrito de Viseu”, tem como indagação compreender o estudo dos monumentos megalíticos com manifestações de presença humana em período romano e medieval no território do distrito de Viseu, de modo a averiguar o tipo de reutilização/reinterpretação levada a cabo nesses períodos.

A seleção desta temática para realização da tese deve-se à constatação da escassez à falta de informação disponível, obtida de modo sistemático, sobre a mesma para o território nacional. Nesta medida o foco no distrito de Viseu ocorre devido ao conhecimento que se tinha à partida da existência de reocupações romanas e medievais, as quais têm vindo a ser identificadas nos últimos anos, e em especial nas últimas duas décadas do século passado. A inexistência de estudos arqueológicos próprios sobre cada caso identificado, possibilitam o desenvolvimento desta dissertação.

A escolha desta região deve-se à elevada presença de monumentos megalíticos, que os trabalhos arqueológicos desenvolvidos desde o século XIX até aos dias de hoje têm vindo a revelar. Têm também sido desenvolvidos trabalhos de arqueologia com foco no período romano e medieval, centrados no território viseense, os quais revelam uma importante e constante presença humana ao longo destes períodos. O que possibilita a existência de reutilizações de monumentos megalíticos, proporcionada pela identificação destes durante a época romana e medieval, e são então reocupados/reaproveitados para outro tipo de atividades neste novo período de ocupação, como é o caso dos sítios a estudar: Anta da Lapa da Meruje, Orca de Pramelas, Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte, Orca de Forles.

A análise dos sítios megalíticos com reutilização romana e/ou medieval será feita através de vários fatores, sendo esses: a geografia da área de cada um dos monumentos a estudar (proximidade com linhas de água, áreas com potencial agrícola, condições de acesso, relação com o seu posicionamento e o território

envolvente); arquitetura do monumento, se houve reaproveitamento ou alterações efetuadas à composição inicial de cada sítio, e em que medida/área foi desenvolvida a reocupação da estrutura; estudo da cultura material associada de época romana ou medieval, tentando através deste compreender o motivo da reocupação; intervenções arqueológicas desenvolvidas em cada local analisando os resultados obtidos, por quem as desenvolveu. Desta forma procura-se criar um modelo de identificação e interpretação de monumentos megalíticos reutilizados em período histórico.

Este estudo tem em vista incorporar-se no conjunto de trabalhos desenvolvidos ao longo das últimas décadas sobre a ocupação humana da região, tanto para o momento de construção dos monumentos, como para os períodos históricos a que se faz referência. Para o caso da Pré-História será importante compreender em que medida acontecem estas reocupações e em que área do monumento ocorrem (câmara, corredor, átrio...). Para os estudos sobre a época romana e medieval este trabalho pretende complementar a compreensão da ocupação da região nestes períodos, e tentar verificar com que objetivo foi realizada a reutilização de monumentos pré-históricos enquadrando este processo nos respetivos modos de ocupação da paisagem.

Por fim, devido à complexidade de identificar reocupações de sítios megalíticos em período históricos, consequência de intervenções antigas realizadas em que o material histórico não fora guardado ou esteja atualmente indisponível, analisou-se o material passível de aceder, tendo em vista a melhor compreensão possível de cada reutilização. O estudo será focado em cada sítio individualmente, procurando compreender a tipologia da sua reocupação, visto que cada sítio poderá ter sido reutilizado com objetivos diferentes.

2. Objetivos

Os objetivos principais desta dissertação consistem em compreender de que forma e sob que circunstâncias foram reutilizados os monumentos megalíticos do distrito de Viseu durante o período romano e a medieval.

De modo a atingir os objetivos principais desta dissertação foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar que tipo de monumentos megalíticos são reutilizados em período romano e medieval.
- Identificar os tipos de presença romana e medieval com evidência arqueológica reconhecida.
- Construir um modelo para o reconhecimento e interpretação das reocupações romanas e medievais que possa ser usado em outros territórios megalíticos a nível nacional.
- Compreender o papel dos monumentos megalíticos para as sociedades romana e medieval.

Para este último objetivo específico, definimos inicialmente quatro subtipos possíveis, que serão sujeitos a verificação no presente trabalho:

- a) Utilização quotidiana relacionada com atividades agro-pastoris (isto é, por exemplo, como abrigo de pastor ou de apoio às atividades agrarias);
- b) Utilização funerária, individual ou coletiva (na presença de vestígios de reutilizações de índole funerária);
- c) Utilização religiosa (p. ex., através da presença de iconografia de índole cristã, inscrições/aras, ou reutilização como templo religioso);
- d) Utilização como marcadores de paisagem ou de propriedade.

A compreensão das reutilizações romanas e medievais, pretende esclarecer a tipologia de reocupação que ocorre em cada período histórico. Num caso de estudo

realizado e desenvolvido por L. García Sanjuán (2005, 2015) em Espanha foi revelada uma anta com moedas e outros materiais romanos, cujos estudos desenvolvidos por este autor permitiram a interpretação do sítio para além da ocupação pré-histórica, dando assim um destaque particular a um fenómeno – o da reutilização de dólmenes em períodos históricos – que se vinha observando, também na investigação espanhola, desde o século XIX. Em Portugal tem surgido também espólio romano e medieval de diferentes tipologias de ocupação em dólmenes, no entanto, o estudo destes materiais não tem sido suficientemente desenvolvido, de modo a compreender o que levou à reutilização de cada monumento megalítico.

Por exemplo, ao longo da Idade Média, no dólmen-capela da Nossa Senhora do Monte, como o seu próprio topónimo indica, foi erguida uma capela sobre um monumento megalítico. As escavações realizadas revelaram espólio medieval proveniente de práticas religiosas inerentes ao uso como capela. Existem outros casos onde as antas podem ter sido reutilizadas na atividade da pastorícia, mais especificamente como abrigos de pastor, como é o caso da anta da Lapa da Meruje, situada na Serra do Caramulo (no concelho de Vouzela). Na câmara do monumento surgiram algumas cerâmicas medievais, o que sugere algum tipo de reocupação. Também a Orca de Pramelas, onde foram identificadas moedas romanas, foram levantadas questões derivadas do conhecimento das populações daquela época relativas às ocupações prévias que ali existiram (SENNA-MARTINEZ, 1989; CARVALHO e GOMES, 1995, p. 243- 248; CARVALHO, 2018a).

Resolver estas questões para o distrito de Viseu é de grande importância para a evolução da investigação que tem vindo a ser desenvolvida neste território. A tal facto alia-se de forma positiva a vontade política, nos últimos anos, de investimento na investigação de monumentos megalíticos, romanos e medievais. Por exemplo, definiu-se ao nível da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões uma rota megalítica para albergar alguns dos monumentos mais representativos do património pré-histórico da região – MEG: “Rota de Megalitismo de Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”. Este investimento possibilitou a identificação de reocupações romanas e medievais em monumentos megalíticos que têm vindo a ser intervencionados. A identificação e o estudo de locais arqueológicos do período romano e medieval desenvolvido também

recentemente permitirá correlacionar a aproximação a monumentos que tenham sido alvo de uma reocupação.

Por último, para além de um mero trabalho académico, pretende-se igualmente aprofundar o conhecimento sobre estas sociedades e o modo como usaram monumentos antigos de forma a construir narrativas que possam ser comunicadas às populações destes territórios, de forma que estas compreendam a importância de cada sítio no panorama regional e nacional, e que sejam protetores do património da sua terra. Por outro lado, e estando a ser preparado um projeto de divulgação da rota MEG, pretende-se contribuir com novos dados que possam ser integrados na história de cada um dos monumentos que estão a ser considerados nesta rota turístico-cultural.

3. Metodologia

A elaboração da dissertação requer previamente uma extensa pesquisa bibliográfica produzida quer em contexto nacional como internacional. No caso peninsular existe já um variado número de trabalhos que abordam a temática, e se desenvolvem de forma robusta e concisa (HOLTORF, 1997, 2000; WHEATLER, 2015; DÍAZ-GUARDAMINO E GARCÍA SANJUÁN, 2015; GARCÍA SANJUÁN E MORA, 2005; CAAMAÑO E CRIADO, 1992). Com este propósito, a pesquisa bibliográfica peninsular teve em vista compreender e completar a informação disponível, para desta forma auxiliar a análise dos eventos idênticos no território viseense. Será necessário rever estes trabalhos de modo a conseguir criar para o caso português um trabalho de investigação completo com boas diretrizes de modo a obter resultados objetivos e capazes de revelar a informação mais complexa que advém deste tipo de ocupações.

A princípio foi necessário realizar a identificação completa dos monumentos megalíticos no distrito de Viseu. Analisando assim todos aqueles que já foram intervencionados, e sobre os quais foi redigido o relatório de intervenção arqueológica que se encontram presentes na DGPC (Direção-Geral de Património Cultural). Um problema que deve ser evidenciado é o de nem todos os trabalhos arqueológicos em todos os sítios que já foram identificados, se encontrarem disponíveis no site da DGPC. Acresce a falta de disponibilidade de relatórios, ou porque não foram entregues ou porque não estão disponíveis para consulta. Esta lacuna é complementada com a pesquisa e leitura da bibliografia publicada sobre a temática a analisar.

Pretende-se compreender se nos estudos realizados foi possível verificar que estes foram alvo de algum tipo de reutilização/ocupação, verificando o espólio identificado, ou outro tipo de evidências, de modo a indagar a presença romana ou medieval que possa afirmar algum tipo de ocupação do monumento. Tal permitiu a sua análise espacial e a existência de padrões de reocupação. Analisar cada monumento megalítico individualmente, mas também refletir sobre a paisagem que o rodeia e em que este se integra, contemplando o tipo de sítios arqueológicos nas suas

proximidades de modo a compreender o local como um todo e não apenas como um espaço isolado daquilo que o rodeia.

Foi também estudado diretamente os materiais da Anta da Lapa da Meruje, dólmen-capela da Nossa Senhora do Monte, Orca de Pramelas e Orca de Forles. Tal escolha recaiu sobre estes monumentos por existir a disponibilidade dos materiais para estudo. Foi posteriormente necessário averiguar a disponibilidade de acesso aos materiais por parte dos depositários do espólio, que na sua maioria são câmaras municipais. A visita aos sítios estudados foi igualmente importante para a compreensão da situação geográfica e a paisagem arqueológica de cada monumento.

Após a análise ao espólio de período romano e medieval, e das alterações ou acrescentos arquitetónicos efetuados, necessário separar os sítios megalíticos por cronologia (romano/medieval) e conseqüentemente por motivo de reutilização. Com o propósito de estudar cada monumento de forma independente, e para que se realize o cruzamento da informação bibliográfica identificada, revendo os casos de estudo efetuados especialmente em Espanha, mas também no resto da Europa, que de alguma forma possam servir de paralelos aos monumentos megalíticos estudados no distrito de Viseu.

O método para o estudo dos materiais cerâmicos a adotar terá como base o proposto por C. Tente para o Alto Mondego. A análise a realizar sobre o material cerâmica passará pelo estabelecimento do número mínimo de indivíduos (NMI). Sobre este conjunto incidirá a análise das características das suas produções, a tipologia de uso de que cada monumento foi alvo, procurando compreender os locais de produção ou de trocas comerciais que originaram a sua presença no sítio arqueológico (TENTE, 2010).

Para a elaboração desta análise foi realizada uma tabela em formato Excel para efetuar a análise dos sítios a estudar. A tabela Excel elaborada para o espólio cerâmico teve como objetivo analisar as cerâmicas romanas e/ou medievais identificadas de cada sítio a estudar nesta dissertação, as colunas serão compostas por:

- Número de inventário, atribuído a cada peça.

- A tipologia de fragmento cerâmico, podendo este ser: bordo, bojo, base, elemento de prensão, telha, ou porventura outros.
- Elementos não plásticos (ENP) presentes na pasta, quartzo, micas, feldspatos, etc., de modo a comparar os elementos de cada fragmento cerâmico com o objetivo de compreender se a produção ocorreu sempre no mesmo local, ou se provém de sítios diferentes.
- Densidade da pasta, este elemento da tabela é dividido em três categorias diferentes e a atribuir consoante a realidade de cada peça cerâmica, sendo essas: de densidade fraca de 1% a 15%, média de 15% a 30%, e abundante >30%.
- Consistência da pasta, com três categorias distintas: compacta, média e friável.
- Acabamento da superfície da pasta: rolada, tosca, alisada, polida/brunida ou outra.
- Cozedura da pasta, que fica dividida em quatro categorias: oxidante, redutora, oxidante-redutora, redutora-oxidante.
- Forma da orientação do bordo com quatro categorias distintas: reto, evertido, invertido e não identificável.
- Forma geral com quatro categorias diferentes: aberta, fechada, paredes retas, indeterminada.
- Tipo específico da forma, que depende da análise de cada peça em específico.
- Forma dos elementos de prensão, com seis categorias possíveis: asa, mamilo, pega, botão, cordão e ausente;
- Medidas das peças com cinco predicamentos a definir consoante cada fragmento a analisar, sendo as medidas: diâmetro interno da boca, diâmetro máximo do bojo, altura, espessura do bordo, e espessura da parede.

Posteriormente foi analisado o número mínimo de indivíduos e realizado o desenho arqueológico das cerâmicas possíveis, estas serão acompanhadas por fotos das mesmas.

De seguida foi realizada uma contagem de cerâmica, com o objetivo de correlacionar os fragmentos, tentando compreender a forma original dos elementos, de modo a determinar o *número mínimo de indivíduos* (NMR), este foi conseguido através da contagem dos bordos, como predefinido por S. Raux (1998).

Na elaboração da dissertação foram necessários vários meios informáticos, onde todos os programas poderão ser utilizados sem restrições ou limitações. Isto obrigou à utilização de um computador fixo com uma elevada capacidade de processamento, o que permitirá uma melhor evolução e utilização de projetos SIG através do programa em opensource Qgis.3.10.4

A utilização do software gratuito Qgis é fulcral no desenvolvimento do estudo que se pretende realizar, sendo que o programa foi desenvolvido com o objetivo de servir a comunidade científica de forma gratuita, para que todos pudessem aceder a este programa que em grande parte serve para produção de mapas e material geográfico, mas que nos últimos anos tem procurado evoluir e abranger mais áreas. Por exemplo a aplicação de telemóvel criada que é uma excelente ferramenta a ser utilizada na prospeção arqueológica e na identificação de sítios, bem como para a edição e criação de projetos (QGIS, 2021).

Para a produção de mapas em Qgis é necessário consultar o site da Direção Geral do Território (referencia bibliográfica ao site e data de consulta). Que tem como objetivo ser uma instituição de desenvolvimento territorial, que procura valorizar o território português, a informação geográfica, o registo predial e também a investigação. Este site pretende ser bastante ambicioso na transição digital, transparente e rápido na abertura digital institucional.

Ainda para a produção de mapas, o site inspire que irá auxiliar o trabalho a realizar no Qgis, é um projeto europeu que tem como propósito ser uma infraestrutura de partilha de dados e informação entre os diferentes órgãos de regulamentação e registo dos diversos membros da EU, este site terá considerável importância pois o mesmo pretende partilhar toda a informação de forma gratuita, algo que não acontece em algumas instituições estatais portuguesas (INSPIRE, 2021).

A adição ao software Qgis de um código de computação, que acrescenta ao programa uma série de mapas base, como por exemplo todos os mapas oficiais do Google, juntamente com shapefiles com os rios de toda a Península Ibérica, todo este material será de avultada importância na elaboração dos mapas a desenvolver e apresentar ao longo desta dissertação, sendo que esta ferramenta permitirá uma melhor gestão do tempo utilizado, eliminando a necessidade de repetidas pesquisas e reformatações de mapas compatíveis com as informações já adquiridas.

Desenvolver análise espacial vetorial, criando diversas camadas vetoriais, principalmente para o inventário e georreferenciação de sítios e vestígios arqueológicos. Reunir todos os dados recolhidos e correlacioná-los, através do preenchimento de tabela.

Desenvolver análise espacial raster, com base no Modelo Digital Terrestre criado para o território em estudo através de intercalação que permite a conversão de curvas de nível e de pontos de cota (informação vetorial de linha e ponto) numa superfície raster. Sobre esta base foram desenvolvidos cálculos de bacias de visão (viewshed analyses). No primeiro caso foram utilizados os seguintes módulos Create viewpoints (ID algoritmo: 'visibility:create_viewpoints'), Viewshed (ID algoritmo: 'visibility:Viewshed), encontrando-se os parâmetros utilizados mimetizados na seguinte tabela. Cujos resultados estão nas Figuras dos anexos.

Sítio	Altimetria do ponto de observação	Altimetria do ponto observado	Buffer
	0 m	1,6 m	5 km
	4 m	1,6 m	5 km

Tabela 1 - Critérios utilizados em SIG para a definição dos pontos de observação.

O portal do arqueólogo foi também uma ferramenta indispensável no desenvolvimento do projeto em Qgis e dos mapas a elaborados, na medida em que todos os sítios megalíticos, romanos e medievais identificados serão retirados da seção "Geoportal". Como já foi referido anteriormente, nem todos os sítios se encontram identificados, o que obriga à consulta bibliográfica para identificação de outros locais nas proximidades de cada monumento, e que complemente o seu estudo.

O “Geoportal” disponível no portal do arqueólogo é um instrumento que permite a localização e a extração das coordenadas geográficas de cada monumento, verificando se estas correspondem exatamente a cada local alvo de estudo, assistindo na compreensão da dispersão de dados no território do distrito de Viseu. Todo o projeto foi realizado utilizando o sistema de coordenadas “ETRS89/Portugal TM06 EPSG:3763”, disponível no programa Qgis e no site da DGT.

O objetivo da utilização do software e dos sites referidos anteriormente passou por identificar proximidades entre sítios megalíticos reocupados e sítios romanos e medievais, mas também relação de proximidade com rios principais que possam ter sido utilizados como vias de comunicação com outras zonas do território nacional, de modo a procurar compreender se porventura existiram alguma correlação com os espaços reutilizados com o território envolvente.

Em suma, as metodologias têm em vista a melhor análise possível de cada monumento megalítico e a sua reocupação em período romano e medieval. Sendo este estudo um dos primeiros deste género, será importante verificar a abordagem metodológica realizada em cada monumento, e em que medida despontou resultados que permitiram o seu estudo.

4. Estado da arte

O estudo da arqueologia na conjuntura nacional tem vindo a crescer nos últimos quarenta anos, devido à criação de leis e de organismos dentro do Estado português que protegem e preservam o património arqueológico. O desenvolvimento da área da arqueologia no meio académico, por seu lado, permitiu a investigação constante sobre as populações humanas que habitaram o território nacional, o que nestas últimas décadas permitiu desenvolver exponencialmente o estudo da arqueologia.

Esta conjuntura possibilita, assim, a compreensão das vivências das populações das épocas em estudo neste trabalho, e de que forma se distribuíam pelo território português. No caso de Viseu, diversas intervenções arqueológicas, em contexto de investigação têm permitido compreender melhor este distrito e as ocupações que aqui ocorreram ao longo da história. Porém a investigação sobre espaços megalíticos reutilizados nestes períodos encontra-se ainda em estado embrionário.

Na Europa, e mesmo em Espanha, esta temática tem sido mais abordada que em Portugal. São referências disso os trabalhos desenvolvidos por Cornelius J. Holtorf a quem pertence a autoria de vários artigos e um livro publicado sobre a reocupação de monumento megalíticos desde a Idade do Bronze até à Idade Média na Alemanha, Inglaterra e País de Gales (HOLTORF, 1997, 2000). Chris Gosden, que por sua vez estuda o contacto entre civilizações de períodos pré-históricos e/ou históricos no Reino Unido (GOSDEN, 2004). Similarmente no Reino Unido Richard Bradley (2002) e Howard Williams (1998) desenvolvem investigação de forma aprofundada sobre a reutilização de monumentos antigos durante o período histórico. Destaca-se *“The Prehistoric Lives of Prehistoric Monuments in Iron Age, Roman and Medieval Europe”*, da autoria de Leonardo Garcia Sanjuán, Marta Díaz-Guardamino e David Wheatley (2015), o qual, como o nome indica, aborda o estudo da reocupação de monumentos megalíticos durante a Idade do Bronze, período romano e medieval.

Nos últimos anos, na Península Ibérica, e mais concretamente em Espanha têm sido realizados alguns trabalhos. Em grande parte, sob a iniciativa de Leonardo Garcia Sanjuán, em cooperação com outros investigadores como Coronada Mora Molina, onde foi possível identificar a ocupação romana no Dólmen de Menga, em Antequera (2005).

No caso português as reutilizações megalíticas foram primeiramente documentadas por José Leite Vasconcellos (1897) no livro *Religiões da Lusitânia* volume I, no subcapítulo intitulado “destino ulterior dos dolmens”. Neste capítulo, o autor começa por mencionar a presença de telhas romanas em dolmens que intervencionou, embora não especifique quais os locais. Seguidamente refere também que em outros monumentos intervencionados por contemporâneos seus terão surgido espólios posteriores à sua ocupação inicial, mais uma vez sem especificar os casos. Também de forma genérica são referidos que alguns destes sítios terão sido ao longo do tempo completamente destruídos por motivos diversos, normalmente para reutilização do material pétreo em outro tipo de construções. Alude também à reocupação destes monumentos ao longo da Idade Média, no entanto não refere nenhum caso em específico. Por último, de forma crítica e tendo por base o contexto europeu, anota a necessidade de desenvolver investigação, em território nacional, sobre a reutilização destes sítios em períodos históricos (VASCONCELLOS, 1897, p. 282-293).

Será necessário chegar o fim do milénio para que novas referências bibliográficas a espaços megalíticos reutilizados surjam, nomeadamente sobre o fenómeno de reutilização de monumentos megalíticos como espaços cristianizados, através da construção de templos cristão, os quais são inventariados no território português por Jorge De Oliveira, Pangiotis Sarantopoulos e Carmen Besteros (1996). Trata-se, porém, de um reduzido inventário no qual não é realizada nenhuma análise aprofundada desses sítios e de que modo ocorreram as ocupações. É sobretudo referenciado a sua arquitetura e exposta de forma sumária a informação existente sobre cada sítio. Esta temática é retomada mais recentemente numa dissertação de mestrado de História da Arte (COSTA, 2019), porém, como a autora menciona trata-se

de uma investigação sob o ponto de vista da historiografia da História da arte sem qualquer contributo da componente arqueológica.

A nível arqueológico surgem também, no final do século XX e, sobretudo já no século XXI, decorrentes de intervenções arqueológicas ou revisão de espólio, menções bibliográficas à presença de espólio romano e medieval no interior de monumentos megalíticos. Tal ocorre especialmente em monumentos da região alentejana como a anta de São Gens 1, situada no concelho de Nisa, distrito de Portalegre. É uma anta de grandes proporções, possui uma câmara poligonal com sete esteios e o corredor conserva ainda dois desses mesmos esteios. O monumento foi reutilizado com intuito funerário em período medieval, o material osteológico encontrado estava parcialmente preservado, tendo sido possível recuperar uma boa parte do esqueleto pertencente a um não adulto, identificou-se ainda espólio cerâmico, fragmento de pote decorado, testo e jarra do mesmo período (BOAVENTURA, 2014, p. 61-72). A anta de São Gens 4 tem a mesma localização da anterior. O monumento é composto por uma câmara com sete esteios, e tem 3,88m de comprimento e 2,80m de largura, o corredor mede 2,80 comprimento e na sua zona mais larga tem 1m, a mamoa tem 17m de diâmetro, aqui foi identificado espólio cerâmico romano e medieval (PARREIRA, 1996, p. 99-100; BOAVENTURA, 2014, p. 68). A anta da Herdade do Pequito Velho 2 situa-se no concelho de Mora distrito de Évora. Este monumento encontra-se destruído, a única referência a esteios deve-se á proximidade de uma pedra granítica de consideráveis dimensões. Neste sítio foi identificado um jarro cerâmico de período visigodo (Idade Média) (ROCHA e MIRÃO, 2018 p. 3 e 20). A anta 6 da Aldeia de Bertianos está presente no concelho de Coruche no distrito de Santarém. Este dólmen possui uma câmara trapezoidal com 2,10 m de comprimento máximo, composta por oito esteios. Foi identificado material osteológico, que foi alvo de datações de radiocarbono que colocaram a sua cronologia em período romano (BOAVENTURA, 2014, p. 72; ROCHA e DUARTE, 2009; BOAVENTURA, 2009). A anta de Sobreira 2 localiza-se no concelho de Elvas no distrito de Portalegre. O monumento de câmara e corredor diferenciados que se encontram bastante danificados, consequência dos trabalhos agrícolas que em torno do sítio de realizam. A câmara contém cinco esteios, já o corredor preserva apenas dois. No interior foi identificada

uma grande laje que poderá ter sido o chapéu do monumento, posteriormente serviu de tampa a um enterramento de período romano (VIANA e DEUS, 1955-1957). A anta Monte das Pedras situa-se no concelho de Montemor-o-Novo no distrito de Évora. O dólmen tem 6,25 m de comprimento, a câmara e corredor são diferenciados. Conservando na câmara sete esteios, em ambos o lado do corredor preserva-se ainda quatro esteios. No início do corredor era conspícuo uma sepultura romana constituída por tijolos (HELENO, 1935, Cad. 25: p. 34-39; 1935, Cad. 26: p. 2-9).

A Orca de Corgas da Matança, localiza-se no concelho de Fornos de Algodres, distrito da Guarda, é um exemplo do mesmo tipo de fenómeno, mas neste caso na Beira Alta. O dólmen é constituído por nove esteios, com câmara poligonal de 3,20m de comprimento, 4 m de largura e 3 m de altura. Para além do espólio pré-histórico, foi identificado um bordo com arranque de asa medieval, de pasta acinzentada, desengordurante médio, fino e friável, junto surgiram lamelas e esquírolas de sílex e um fragmento pequeno metálico, uma folha de cobre, estes artefactos foram identificados numa fossa de violação (CRUZ; CUNHA; GOMES, 1989, p. 34 a 39).

Como se pôde ver, os estudos destes sítios, tanto no Alentejo como na Beira Alta, na sua maioria não passam de meras menções a materiais que surgiram durante as intervenções arqueológicas que visavam apenas o estudo dos elementos pré-históricos dos monumentos, e por isso não se realizou uma análise aprofundada sobre os contextos de época histórica.

Relativamente á área em análise, o território viseense, detemos também aqui parca investigação sistemática sobre a reutilização de monumentos funerários pré-históricos em épocas históricas.

Entre estes, destaca-se a Orca de Pramelas (concelho de Nelas) que foi identificado por Senna-Martinez em 1985. Com a realização da intervenção arqueológica foi registado o espólio e a reutilização funerária romana. A primeira referência bibliográfica à reocupação romana do sítio é feita por João Carlos Senna-Martinez e António Carlos Valera em 1987 (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1987). Em 1989 no I Colóquio Arqueológico de Viseu é publicado um extenso artigo sobre os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no monumento, aprofundando o seu estudo e

a temática da reocupação romana (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989). No ano de 1994 é publicado em Informação Arqueológica um breve artigo, que incide sobre a segunda campanha de intervenção arqueológica ao sítio (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1994b).

O dólmen-capela da Senhora do Monte foi utilizado desde a Idade Média até ao início do século XX, talvez por consequência da sua constante utilização, a primeira referência bibliográfica à reocupação medieval do sítio é feita por M. Gonçalves da Costa em 1979 (COSTA, 1979, p. 279). Em 1985 a publicação de Agostinho Campos Ferreira é desenvolvida a análise ao sítio, sem qualquer tipo de intervenção arqueológica, foca-se maioritariamente no estudo da arquitetura do monumento fazendo comparações com outros monumentos megalíticos nacionais convertidos em capelas e/ou igrejas (FERREIRA, 1985). Em 1989 o sítio é brevemente referido no roteiro arqueológico de Penedono (CARVALHO, 1989). O estudo levado a cabo sobre o dólmen da Capela da Nossa Senhora do Monte em Penedono que melhor espelha o fenómeno das reutilizações com intuito religioso. Este monumento insere-se também no conjunto de antas transformadas em período medieval em capela. O referido estudo focou-se essencialmente na sua fase pré-histórica. Porém, como os próprios autores indicam, a presença de espólio cerâmico de época medieval e moderna constitui um superior número de elementos aquando comparados ao espólio cerâmico pré-histórico, não tendo sido possível à época a sua análise (CARVALHO e GOMES, 1995; CARVALHO, 2005; GOMES e CARVALHO, 1999).

A Lapa da Meruje aparece referenciado na bibliografia pela primeira vez por A. A. Girão (1921, P.68), que apresenta uma pequena descrição da sua localização, e refere uma escavação que realizou no interior da câmara do monumento não revelando quaisquer resultados, expondo apenas que o sítio fora violado previamente. Em 1999 o sítio é brevemente mencionado por Jorge Adolfo de Meneses Marques, na carta arqueológica que desenvolve para o concelho de Vouzela (MARQUES, 1999). Mais recentemente as intervenções na Lapa da Meruje (CARVALHO, 2017 e 2018a) revelaram a presença de espólio medieval. O seu preliminar estudo permitiu a identificação de cerâmica de época medieval e a interpretação desta ocupação como

sendo um abrigo de pastor. Estes trabalhos deram origem a uma série de artigos (REAL et al., 2017; CARVALHO, 2018b; CARVALHO e COSTA, 2021).

A Orca de Forles é pela primeira vez mencionada na bibliografia por José Leite Vasconcelos (1897), que realizou uma escavação no sítio. Apresenta no *Arqueólogo Português*, em 1897 uma listagem dos materiais que foram identificados. O monumento aparece também referido na publicação de João L. Inês Vaz *Para uma Carta Arqueológica do Concelho do Sátão*, é uma referência ao sítio e a sua localização, com uma pequena descrição do sítio e desenhos de espólio realizados por Senna-Martinez em 1983 (VAZ, 1991). Mais recentemente em 2020 Pedro de Carvalho Sobral realizou uma intervenção arqueológica no sítio e aquando da escavação realizada pode identificar espólio cerâmico de período romano (VASCONCELLOS, 1897, p. 109).

Em suma, fica notório o ainda estado preliminar da investigação desta temática, designadamente na área em que nos propomos estudar. Depreende-se que estamos perante um fenómeno recorrente, mas, não obstante, aquando dos estudos destes monumentos, o interesse pelos materiais de épocas posteriores, quando se manifesta, é relegado para uma mera referência secundária.

5. Enquadramento Histórico e Geográfico do Distrito de Viseu

A geografia que delimita o distrito de Viseu é modelada por elevações montanhosas. O território apresenta uma amplitude de altitudes, na sua maioria variando entre os 200m e os 900m. Os níveis mais baixos ocorrem na bacia hidrográfica do Rio Dão. (BRITO, 1994, p. 48; RIBEIRO et al., 1987, p. 148)

A Norte a delimitação geográfica é composta pelas Serras de Leomil, da Lapa, da Arada e de Montemuro. Sendo esta última a de maior altitude atingindo os 1382m. Esta montanha separa a região viseense do Rio Douro, que é a fronteira administrativa entre Viseu e o distrito de Vila Real.

A Este encontra-se a cordilheira da Serra da Estrela, cujo ponto mais alto está a 1993m. A vertente norte desta serra está integrada no atual distrito da Guarda, mas a fronteira entre este e Viseu situa-se parcialmente no vale do rio Mondego que corre no sopé da serra.

A Sul situa-se a serra da Lousã, servindo de divisa geográfica e da área administrativa de Viseu com os distritos de Castelo Branco e Coimbra.

A Oeste encontra-se o maciço da Gralheira e a Serra do Caramulo que separam o território viseense do distrito de Aveiro e por sua vez do litoral. No topo da Serra do Caramulo conseguimos a Este observar toda a área do planalto de Viseu e a Serra da Estrela, para Oeste avista-se a ria de Aveiro e o oceano Atlântico.

Estas barreiras geográficas formam o território de Viseu que se encontra num planalto fértil, o que permitiu ao longo dos séculos a proliferação das sociedades nesta região.

A Carta Geológica de Portugal (escala 1:50.000), revela que o granito é a principal rocha que compõe os solos do território viseense, com uma presença de cerca de 77,3%, da superfície. Esta rocha quebradiça, densa e com fraturas oportunas

à infiltração de águas, que alteram a sua fisionomia. A tipologia da formação rochosa gera afloramentos ácidos e grosseiros, que por isso dificultam as práticas agrícolas (RIBEIRO et al., 1987, p. 173; BRITO, 1994, p. 31 e 46).

A composição dos solos de Viseu, são resultado das alterações químicas e físicas, decorrentes na sua maioria da tipologia do clima, que por sua vez atuam sobre as formações geológicas e a natureza da região. No Centro e Norte de Portugal a intensa precipitação que ocorre tem um considerável impacto na paisagem. O território é maioritariamente ocupado por montanhas graníticas, com vales fundos e curtas planícies aluviais, ou de rochas escarpadas e estéreis. O resultado são solos com carências férteis, e apenas em algumas faixas do território há a presença de argilas, que assim permite o desenvolvimento de atividades agrícolas (BRITO, 1994, p. 63).

Nas zonas mais a sul do distrito viseense existe uma elevada presença de argilas, o que levou ao desenvolvimento de indústrias baseadas nesta matéria-prima. Há também uma relativa abundância de minerais de ferro e estanho, o que auxiliou a fixação de povos neste território (GIRÃO, 1925, p. 8).

Viseu encontra-se entre o litoral e o interior servindo de zona central para povos que circulem entre o Norte e o Sul e o interior e o litoral destas regiões. Contém em si três bacias hidrográficas; a do Rio Vouga, do Rio Mondego e do Rio Douro, sendo que as bacias do Mondego e do Vouga, abarcam 98% do território (RIBEIRO et al., 1987, p. 177).

O Rio Vouga tem origem na Serra da Lapa a 930m de altitude, ao longo do seu percurso apresenta uma orientação Este-Oeste. A sua pequena bacia hidrográfica, ao chegar a São Pedro do Sul aumenta consideravelmente com os afluentes, nomeadamente o Rio Sul, Rio Troço e Ribeira de Ribamá. A Norte o Rio Vouga é delimitado pelas serras da Freita, Lapa, Leomil e Montemuro, separando-o da bacia hidrográfica do Rio Douro. A sul é cerceada da bacia do Mondego, pela serra do Buçaco. No seu curso em direção ao oceano atlântico atravessa ainda as encostas rochosas da Serra do Caramulo e o Maciço da Gralheira. As encostas do Rio Vouga são caracterizadas por robustos cabeços com um controlo visual, que levou à fixação de

povoados amuralhados de forma a dominar os cursos de água e as rotas da transumância (RIBEIRO et al., 1987, p. 144).

O Rio Dão nasce nos planaltos de Trancoso-Aguiar da Beira, entre os 714m e os 757m de altitude, é o principal tributário da margem direita do Rio Mondego. Tem como seus afluentes os rios Dinha, Asnes e Pavia (VAZ, 1997, p. 328).

O Rio Mondego tem a sua nascente na Serra da Estrela a uma altitude de 1425m, a sua bacia hidrográfica tem forma retangular e segue uma orientação, na sua maioria, de Nordeste para Sudoeste. Delimitada a Norte pela bacia do Douro, a este pela bacia do Vouga e a Sul pelas bacias do Tejo e do Liz. Devido à posição central que o rio ocupa no território português, este e seus afluentes, serviram desde sempre como elementos de divisão, foi edificada uma linha de castros romanizados no seu curso que preconiza uma linha de demarcação de fronteiras, posicionados de modo a controlar o território e as vias terrestres e fluviais (MEIRA, 2021, p. 56). Durante a Alta Idade Média serviu como fronteira primitiva das dioceses de período suevo-visigodo e depois entre cristão e muçulmanos, pelo menos desde o tempo de Afonso III até ao século XII (VAZ, 1997, p. 325 e 326).

A cidade de Viseu ocupa uma posição geográfica central relativamente às serras e rios da região. Neste sítio foi primeiramente erguido um castro Proto-Histórico, que foi sendo romanizado ao longo dos séculos da ocupação romana, culminando na transformação do mesmo em capital de *civitas* provavelmente durante o século I d. C. Outras *civitates* foram fundadas na região beirã, de modo a concentrar nestes novos centros a população, em busca de uma pacificação dos povos que ali habitavam (SANTOS et al., 2018, p. 67-75).

A inabilidade do Império Romano de impedir os povos germânicos de atravessar o limes e defender os seus territórios, reflete o estado fragilizado em que este se encontrava. As cidades do Império começam nesta altura a sentir-se inseguras, ao receber as notícias de saques realizados a outras cidades. Com o receio que estas ameaças cheguem, ao longo dos séculos III e IV são edificadas e/ou recuperadas muralhas, especialmente nas cidades da Hispânia. Estas construções aproveitam-se de edifícios abandonados, reaproveitando a sua matéria-prima para fortalecer as

muralhas, na maioria das cidades a área urbana é reduzida devido à diminuição das populações, e de modo a facilitar a sua manutenção e defesa (DÍAZ MARTÍNEZ et al., 2007, p. 233).

Com a chegada à Península Ibérica de Alanos, Suevos e Vândalos, no ano 409 o quadro geopolítico do território foi drasticamente alterado. Consequentemente estas incursões fomentaram a deterioração da autoridade romana (DÍAZ MARTÍNEZ et al., 2007, pp. 278-281; MEIRA, 2021, p. 60 e 61).

Com a passagem de Vândalos para África do Norte, o reino Suevo é fundado e posteriormente consolidado na província hispânica da Gallaecia com capital em Bracara Augusta. Durou até ao ano de 585, momento em que todo o território do reino Suevo é conquistado por Leovigildo, rei visigodo (DÍAZ MARTÍNEZ et al., 2007, p. 290-291).

Os Suevos são convertidos ao Catolicismo em 550, por intermediário de Martinho de Dume. Impulsionando a organização basilar do reino, uma rede de igrejas rurais foi integrada na reestruturação da igreja sueva, que, todavia, na região viseense era relativamente limitada (TENTE, CORDERO RUIZ e CASTRO, 2018, p. 186; DÍAZ MARTÍNEZ et al., 2007, p. 293).

Não é claro o ano de fundação da diocese de Viseu. Esta não é mencionada no I Concílio de Braga que ocorre em 561, mas no II Concílio realizado em 572 já o seu bispo é referido. Não se sabendo a data a fundação terá ocorrido em data anterior a 572 (TENTE et al., 2018, p. 181).

O reino suevo e visigodo assume controlo total sobre a Península Ibérica em 585, quando Leovigildo atacou a Gallaecia e removeu do trono o rei suevo, e encerrando a província na Hispânica Visigoda. Após 585, a diocese viseense é integrada na estrutura eclesiástica visigoda e volta a responder à metrópole de Mérida, que era diocese metropolitana da Lusitânia, na qual, originalmente, Viseu estava integrado. Em 589, no III Concílio de Toledo, o cristianismo católico torna-se a religião oficial do Reino Visigodo e os bispos das dioceses que haviam estado integradas tiveram de abjurar ao arianismo e converter-se ao catolicismo (THOMPSON,

2014, p. 19; DÍAZ MARTÍNEZ et al., 2007, p. 373). Tal ocorreu também com o bispo viseense (TENETE, 2016).

No ano 601, com a morte do rei Recaredo, e a instabilidade política instala-se de novo na Península Ibérica, ocorrendo usurpações do trono e lutas internas, que duram 100 anos. Houve algumas tentativas de estabilização do reino por parte de Sisebuto (612-621) e Recesvinto (653-672), porém nenhuma se mostrou eficaz e duradoura (DÍAZ MARTÍNEZ et al., 2007, p. 402).

As tropas árabes, lideradas pelo general *Tarik Ibn Ciyad*, fixadas no Norte de África invadem a Península Ibérica e derrotam Rodrigo em Guadalete em julho de 711, ordenadas pelo governador de África e do Magreb, *Musa Ibn Nusayr*, e a pedido da facção apoiante de Vitiza. Que na altura se encontrava em guerra civil com Rodrigo, pelo trono Visigodo da Península Ibérica (GARCÍA SANJUÁN, 2013, p. 359; DÍAZ MARTÍNEZ et al., 2007, p. 606-607).

A dinastia Omíada governou na Península Ibérica entre 711 e 1031. Em 756 Abd al-Rahman I declara o território peninsular independente com o nome *al-Andaluse* e funda o Emirado de Córdoba, que se transforma em Califado de Córdoba em 929. Na primeira metade do século XI, várias convulsões levam à queda do califado e o poder dispersou-se por uma série de reinos independentes, conhecidos como reinos taifas (CARRASCO et al., 2009, p. 43 e 147-149).

Circunstâncias socio-políticas diversas aliadas a uma geografia montanhosa leva a que o espaço do Norte da Península Ibérica assistisse nesse tempo à fundação de um novo reino cristão, o Reino das Astúrias. A partir de 791, com o início do reinado de Afonso II deu-se início a uma nova fase de expansão deste reino, com a promoção de incursões militares a sul, mas foi sobretudo com Afonso III que se assiste a uma expansão territorial do reino chegando nesse reinado até ao vale do rio Mondego. Efetivamente entre o século VIII e o século XII a fronteira mais ocidental entre muçulmanos e cristão, oscilaria entre os rios Douro e Mondego (RÁBADE OBRADÓ et al., 2005, p. 14; MEIRA, 2021, p. 69 e 70).

A conquista definitiva de Viseu ocorreu apenas em 1058 por Fernando Magno, que entre 1055 e 1057 conquistou diversos territórios situados entre o Douro e o

Mondego. O controlo do território viseense é entregue a Sesnando Davides. A partir de 1090/91, o território centro norte português estava integrado no condado da Galiza, que então era governado pelos condes D. Raimundo de Borgonha e D. Urraca de Leão. Com o casamento de D. Teresa de Leão com o Conde D. Henrique de Borgonha, ocorrido em 1096 o novo Condado Portucalense é separado do da Galiza e é concedido ao novo casal. (SARAIWA, 2010, p. 12 a 15)

Viseu volta a assumir importância política entre 1109 e 1112, passa a ser a sede condal de D. Henrique. Provavelmente D. Afonso Henriques terá nascido na cidade de Viseu em 1109. A Sé é valorizada por um ambicioso projeto de reedificação associada a um paço condal o que deu começo ao desenvolvimento urbano viseense. Em 1123 recebe carta de foral e mais tarde, em 1147, recupera o seu estatuto episcopal. A cidade transforma-se de novo num centro político, militar e religioso (SARAIWA, 2010, p. 19 e 21; TENTE 2016; MEIRA, 2021, p. 72).

D. Afonso Henriques outorga em torno de 1136 uma carta de foral a Viseu, em 1150 confirma ao bispo e sua igreja, todas as aquisições patrimoniais prévias, adquiridas a cavaleiros e peões. Não havendo mais ofertas à identidade eclesiástica viseense por parte do rei durante o período afonsino. Ainda assim, foi relevante para se consolidar os núcleos jurisdicionais, que são unificados nos coutos episcopais, levando à produção de dois documentos um de 1171 e outro em 1187 pertinentes à gestão destes núcleos. Em fim de vida, o rei D. Afonso Henriques no seu testamento datado de 1185, oferece á Sé de Viseu quinhentos morabitinos. Mas já dois anos antes da redação deste documento tinha oferecido perpetuamente ao bispo viseense a vila de Travanca. D. Sancho I confirma em 1187 o foral da cidade de Viseu concedido pelo seu pai. (FARELO, 2016, p. 465-467).

No começo do século XIII a diocese viseense procurava controlar de forma mais eficaz o seu território e as pessoas que neste viviam ou que por ali passavam. A Sé depara-se com alguns problemas, entre eles, discordâncias com o bispo da Guarda, delimitação do couto de S. João de Areias, e em 1230 é composto juntamente com os templários os direitos eclesiásticos de Santiago de Trancoso, do qual o bispo não sai prejudicado, estas prerrogativas derivam da necessidade de aumentar o poder sobre o seu território, mas também de definir a sua área de influência. Até à década de 1270, o

rei D. Afonso III assume uma função reguladora, punindo abusos e apoiando a Sé nos seus direitos. No fim da década de 1280 e princípio da seguinte, a diocese resolveu os seus diversos conflitos com o poder régio, reforçando assim a sua jurisdição episcopal e capitular (FARELO, 2016, p. 467-468).

Esta concórdia é relembrada aos longo dos reinados de D. Dinis (em 1314 e 1317) e D. Afonso IV (em 1339). Este clima favorável para com a cidade de Viseu provém do apoio prestado por esta, aquando da guerra civil entre D. Dinis e seu irmão D. Afonso, em particular expressado no apoio prestado durante o cerco a Marvão. Apesar de alguns momentos de algum enfrentamento entre o rei e a igreja viseense, a convivência entre os dois poderes foi em geral pacífica. Mas no tempo de D. Fernando, novas tenções se registam, provavelmente decorrentes dos conflitos entre o monarca e a igreja viseense as Guerras Fernandinas (FARELO, 2016, p. 469-478).

A partir da segunda metade do século XV o território de Viseu fica sobre a alçada do infante D. Henrique, nomeado Duque de Viseu em 1415, porém este não acalmou as relações entre as autoridades eclesiásticas da cidade. Conseguia, no entanto, influenciar o recrutamento capitular, aquando da conceção de certos imóveis, especialmente em Canas de Senhorim a Pedro Nunes Homem (FARELO, 2016, p. 484-487). Deve-se, contudo referir que foi durante o reinado de D. João I que se iniciou a construção da nova muralha da cidade de Viseu, reconhecendo-se a vulnerabilidade defensiva da cidade que havia sido alvo de ataques pelos castelhanos em 1396. A obra só viria a ser concluída no reinado de D. Afonso V, e veio ampliar em muito o espaço murado da cidade.

D. Afonso V, veio favorecer o bispo de Viseu, devolvendo uma torre da sé que tinha sido sequestrada pelo corregedor da Beira. Já no reinado de D. Manuel Viseu recebe um novo foral (1513).

Para os monumentos a estudar é de pertinente especificar individualmente o que ocorreu aos territórios em que estes se integram na época da sua reutilização, procurando assim entender que tipo de relação possam existir entre as reocupações e a conjuntura territorial.

Para o caso da Lapa da Meruje, que se integra na unidade territorial de Lafões, esta por sua vez disponha de uma antiga rede de estradas romanas, e das termas por estes construídas. É uma área que escapava á administração direta da monarquia astur-leonesa, proporcionando compromissos e coabitação entre árabes e galaico-asturianos. Posteriormente é aqui que se vinham a fixar membros da alta aristocracia asturiana e galaica (LIMA et al., 2023, p. 272 e 273)

A Orca de Pramelas integrava a partir do século I d.C o *territorium de Vissaium*, que por sua vez pertencia ao *Conventus Scallabitanus* (Santarém), que era uma província da Lusitânia, a capital deste território era em Emérita Augusta (Mérida, Espanha) (LACEIRAS, 2021, p. 36).

O Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte integra a área territorial de Penedono, que recebeu por D. Sancho I uma carta de Foral datada de 1195. No entanto no reinado de D. Fernando I este território passou a integrar a área jurídica de Trancoso.

A Orca de Forles integra o território de Sátão que recebeu por parte do Conde Henrique e a sua esposa D. Teresa, uma carta de foral datada de 9 de maio de 1149. Consequência de uma estadia que estes haviam ali passado, e por a gente deste território ter recebido, cuidado e protegido, os então condes.

6. Reutilizações – O Estudo de Quatro Monumentos

6.1. Lapa da Meruje

6.1.1. Enquadramento Histórico e Geográfico

A Anta da Lapa da Meruje situa-se a 917,5 metros de altitude, no centro de uma bacia de montanha, no lado Noroeste da serra do Caramulo. O principal acesso a este sítio é feito por um caminho rural, que liga o local ao topo da serra, o substrato granítico desta região composto por grandes blocos de pedra, característicos do topo dos montes em torno do monumento. Na década de 1990 foi edificada uma albufeira, alimentada por dois cursos de água. O monumento está isolado na paisagem, com uma ampla visão sobre o horizonte para Norte, com o Maciço da Gralheira (CARVALHO, 2021, p. 1).

O monumento localiza-se na região histórica de Lafões que tem origem na Idade Média, foi sequentemente dividido em três concelhos, S. Pedro do Sul, Oliveira de Frades, Vouzela, e outras freguesias que foram integradas nos concelhos de Sever do Vouga, Castro Daire e Viseu, com a reforma territorial publicada no Decreto de 6 de novembro de 1836. Integra-se na cadeia montanhosa com orientação Norte-Sul composta pela Serra de Montemuro, Maciço da Gralheira e Serra do Caramulo, que servem de fronteira natural entre os planaltos beirões, e o centro-Norte de Portugal, este território serve de passagem ao médio Rio Vouga (CARVALHO e CARVALHO, 2018, p. 38 e 39).

O estudo do megalitismo nesta região teve início com Aristides de Amorim Girão (1921), foi pioneiro de prospeção e escavação sistemática deste território, desenvolveu o estudo e escavação da Lapa da Meruje. Em seguida L. Albuquerque e Castro (1957) identificaram e estudaram novos monumentos na região. I. Moita

(1966) e V. Leisner (1998) que incorporaram investigações anteriores em sínteses regionais. Ainda no fim do século XX são desenvolvidos novos estudos sobre o município de Vouzela por Cardoso (1999) e Marques (1999a). Mais recentemente foi desenvolvido o projeto “estudo do património histórico-cultural de Vouzela”, por M.L. Real, A.F. Carvalho, C. Tente (2017), que estabeleceu a prospeção de monumentos tumulares pré e proto-históricos, com especial foco nos territórios onde tinham previamente sido identificados outros monumentos (CARVALHO e CARVALHO, 2018, p. 38 a 40).

Na Serra do Caramulo junto ao vértice Janus a uma altitude de 1043 metros, identificam-se aplanamentos talhados designados “granitos de Lafões”, aqui encontram-se as necrópoles megalíticas de Vale d’Anta e Malhada do Cambarinho. A Sudoeste deste vértice o afloramento rochoso é composto por granitos porfiroides e xistos, onde está presente a necrópole de S. Barnabé (CARVALHO e CARVALHO, 2018, p. 40 e 41).

Este monumento é bem conhecido pelos populares da região, existindo uma história na povoação de Carvalhal de Vermilhas, que menciona a laje de cobertura do dólmen, ter sido levada à cabeça por uma moura, que carregava ainda consigo dois filhos de colo (CARVALHO, 2016, p. 2).

6.1.2. Intervenções Arqueológicas

A primeira escavação realizada no monumento ocorreu a 29 de março de 1917, incidiu sobre o centro da câmara do dólmen, não tendo esta escavação revelado qualquer tipo de dados relevantes ou de importância suficiente de menção pelo autor (GIRÃO, 1921, p. 47; CARVALHO, 2018c, p. 206).

Entre julho e agosto 1999 são realizados trabalhos arqueológicos de limpeza no monumento, é removido o manto vegetal em volta do monumento, por toda a mamoa, no corredor e na câmara. Não sendo desenvolvida qualquer escavação ou estudo mais aprofundado sobre o monumento (MARQUES, 1999b).

Em 2016 teve início um projeto de “Estudo do património histórico-cultural de Vouzela”, promovido pela Câmara Municipal de Vouzela, no qual se integra a escavação e estudo arqueológico da Lapa da Meruje, que ficou a cargo do diretor científico António Faustino Carvalho (CARVALHO, 2018c, p. 202).

A metodologia adotada, foi de escavação através de níveis estratigráficos naturais e subsequente divisão por níveis artificiais, coordenação 3D de sistémica do espólio, registo altimétrico dos planos da intervenção, registo dos perfis estratigráficos e crivagem a seco das terras (CARVALHO, 2016, p. 3).

Na semana anterior ao início dos trabalhos de escavação arqueológica em 2016, foi realizada a limpeza da vegetação na mamoa, bem como na área adjacente. De seguida foi implantado um sistema de quadriculas de 2 metros por 2 metros, orientado a Norte. Foi realizado um levantamento topográfico com 50 centímetro de separação, e levantamentos fotogramétricos do monumento prévio à escavação, incluiu-se o topo do chapéu, a parte interna dos esteios, em volta da anta a 2/3 metros de distância. Ficando registadas as gravuras presentes à superfície, durante e após as intervenções arqueológicas, realizou-se o levantamento fotogramétrico da couraça da mamoa, do contraforte e de cada perfil estratigráfico. O ponto zero de referência encontra-se a 917,5 metros de altitude, marcado no sudoeste do esteio de cobertura

do dólmen, porém durante a intervenção na câmara houve necessidade de mover este ponto para o topo de um esteio na quadricula N23 (CARVALHO, 2016, p. 3).

Os trabalhos de escavação arqueológica decorreram de 4 a 16 de julho de 2016. A escavação começou pela câmara do monumento, onde foi aberto um corte em profundidade, com o objetivo de identificar grafismos nos esteios, e compreender a dimensão da escavação desenvolvida por Amorim Girão e de outras violações de que o dólmen foi alvo. A metodologia aplicada nesta área do monumento foi evoluindo à medida que a escavação atingia novos níveis. Enquanto os materiais que surgiam eram de época moderna, um em cada dois baldes de terra deste nível foram crivados, isto ocorreu até cerca dos 45cm de profundidade. A partir desse momento a escavação passou a acontecer por níveis artificiais, o primeiro com 20 centímetros e os restantes com 10 centímetros, os sedimentos foram sendo crivados a seco, a lentidão que este processo exigiu levou a que a conclusão dos trabalhos nesta quadricula (N23) fosse adiada para 2017. Foi também aberta e escavada uma sanja com orientação Norte-Sul, na metade Sul da mamoa. De modo a registar a estratigrafia e a tipologia de construção nesta parte do dólmen, e para averiguar se houve alguma ocupação prévia à sua construção. Aqui os trabalhos começaram-se pela decapagem da camada vegetal e posterior definição da couraça do monumento. Os sedimentos daqui retirados foram crivados. O registo foi efetuado em desenho e fotogrametria, das áreas de escavação e de ambos os cortes. A conclusão dos trabalhos da sanja ocorreu em 2017. Neste ano o espólio identificado é composto por cerâmica medieval, um elemento de xorca de “tipo sanguessuga” da Idade do Ferro, uma lamela em e três geométricos em sílex, e lascas de cristal de rocha e de quartzo do Neolítico antigo/médio (CARVALHO, 2016, p. 2 a 4 e 7).

A intervenção arqueológica de 2017 decorreu entre os dias 4 e 21 de julho. Neste ano os trabalhos começaram pelo seguimento da escavação da câmara funerária, com o objetivo de chegar à profundidade do depósito, e verificar a existência de gravuras nos esteios envolta, foi também alargada a escavação para a quadricula N22, delimitada por um esteio da câmara, tendo como objetivo verificar o aparecimento de espólio e de gravuras nos esteios. Conclui-se a escavação iniciada em 2016 na sanja correspondente às quadricula de O a T23, tendo em vista complementar

o registo de toda a estratigrafia e construção desta parte do dólmen. Iniciou-se a escavação do potencial átrio, de modo a compreender o declive na topografia que existia naquele sector do monumento, esta área representa as quadriculas M-N/27-28. Neste ano o espólio pré-histórico é composto por: geométrico trapezoidal, artefactos líticos, pequenas lamelas e lascas de sílex, um bojo cerâmico decorado de triângulos pontilhados preenchidos provavelmente do calcolítico. Continuou a ser identificado material cerâmico de período medieval (CARVALHO, 2017, p. 1 a 4).

Os trabalhos de escavação arqueológica ocorreram entre os dias 18 e 29 de junho de 2018. Conclui-se a escavação do átrio nas quadriculas M-N/27-30 com o objetivo de registar a estratigrafia e estruturas construtivas que ali terão existido em diversas alturas de ocupação e do seu encerramento. Escavar o corredor nas quadriculas M-N/24-26 tendo em vista compreender a correlação entre câmara e o átrio. O espólio identificado é composto por um dedal metálico, cerâmica azul sobre branco, cacos de um vaso reconstituível, cerâmica de paredes finas, seixo de xisto achatado com falsas gravuras, percutor de granito, um *ídolo* sobre bloco granítico, enxó em anfibolito, extremidade distal de lâmina robusta em sílex, seixo de granito, núcleo de quartzo, fragmento de seixo granito, lâmina robusta em sílex retocada (CARVALHO, 2018a, p. 1 a 3).

Os trabalhos arqueológicos de levantamento das gravuras foram realizados a 3 de junho de 2019. O levantamento foi efetuado utilizando o método do Modelo de Resíduo Morfológico, capturando fotografias digitais variando o ângulo de captura bem como posicionamento de que é tirada a fotografia, posteriormente estas fotos são expostas a um programa informático especializado, que permite uma melhor identificação e compreensão das gravuras presentes nos esteios (CARVALHO, 2019, p. 1 a 3).

A escavação arqueológica de 2021 ocorreu nos dias 19 de março, 22 de julho e 3 de setembro. Esta intervenção tinha em vista a conclusão da intervenção na câmara do dólmen, se asseguradas as condições de segurança na mesma, o que não aconteceu e por isso a escavação nesta área está ainda por acontecer. Pretendia-se também escavar a parte de trás do esteio do corredor, de modo a permitir colocar estes na vertical, algo que também não foi possível efetuar. Realizar o levantamento de todos

os esteios e das suas superfícies com método do Modelo de Resíduo Morfológica, com o objetivo de registar gravuras que não sejam possíveis de identificar a olho. Foi realizada uma sondagem junto ao Esteio 14, de modo a compreender a que profundidade a que os esteios estarão colocados. Recolheram-se amostras de sedimento de vários pontos da câmara e da sanja na mamoa, para análise micromorfológica. Colmatou-se a sanja que tinha sido aberta em 2016 e 2017, visto que deixar esta aberta apresentava um risco para pessoas e animais, a colmatação foi realizada utilizando terra e os blocos graníticos que tinham sido previamente retirados do sítio e armazenados numa área perto do monumento. Por fim colocou-se um travejamento provisório de modo a suster os esteios do corredor que podiam a qualquer momento cair para o interior, com o objetivo de estes ficarem estáveis até à reabilitação definitiva da anta (CARVALHO, 2021, p. 2 a 4).

6.1.3. Análise da Arquitetura

A arquitetura do monumento é caracterizada por uma laje de cobertura com formato trapezoidal, com 3,20 metro de comprimento e 2,80 metros de largura, e uma espessura que varia entre os 30 e os 50 centímetros. Esta laje é suportada por setes esteios que compõe a câmara do monumento, com uma área de 3 por 3 metros (CARVALHO, 2018c, p. 207; GIRÃO, 2021, p. 47).

O corredor do dólmen da Meruje é composto por nove esteios na lateral Norte, e dez na lateral Sul, com o comprimento de aproximadamente 9 metros. Os esteios junto da câmara estão colocados a formar um estrangulamento, de seguida afunila até à entrada, passando de 1,80 metros para 1,20 metros, onde, de novo, os esteios aí posicionados fazem um estrangulamento com 80 centímetros de largura ao longo de 1,5 metros (CARVALHO, 2018c, p. 208 e 209).

A câmara do monumento foi violada durante a Idade Média e também o corredor parcialmente, até um conjunto de blocos graníticos, ali colocado em período pré-histórico, desta zona para a frente o monumento encontrava-se preservado, tendo sido identificado espólio pré-histórico, porém algum do material identificado sugere que este, pertence a uma outra altura de ocupação do monumento, posterior ao momento de ocupação aquando da sua construção (CARVALHO, 2018c, p. 208 e 209).

Em diversos esteios da câmara e do corredor foram identificadas gravuras de tipologia pré-histórica representando covinhas, lúnula, báculo e signos de tendência pectiforme. No topo da laje de cobertura do dólmen, estão presentes covinhas, cruzeiros e um tabuleiro, que se atribui ao “jogo do alquerque”. Na câmara encontra-se uma laje com uma cruz, segundo a população da região, esta foi colocada neste sítio na segunda metade do século XX (CARVALHO, 2018c, p. 207).

No fim do corredor existe um átrio que estaria ao ar livre, lajeado por blocos graníticos de grandes dimensões, colocado de forma perpendicular ao corredor. No entanto, esta zona exterior terá sido colmatada em época exterior, o lajeado foi levantado, sendo o átrio preenchido por uma camada de blocos de granito de média

dimensão com terra, por cima deste foi colocado um clasto de pequenas dimensões acamado e imbricado. Uma clara selagem do monumento, equivalente a outras identificadas em outros dólmenes da Beira Alta. O espólio de cerâmica e lâminas em sílex robustas, indica que a selagem ocorreu durante o período Neolítico Final ou calcolítico (CARVALHO, 2018c, p. 209-211).

O contraforte da mamoa tem uma largura de 6,5 m, com blocos graníticos de médias dimensões de 40 a 50 cm, envolvidos em sedimentos arenoargilosos negros, delimitado por grandes blocos graníticos com menos de 1 metro lajiformes, formando um anel de pedra de modo a conter o contraforte. A carapaça da mamoa é composta de uma couraça em pedra de 30 a 40 centímetros, estas diminuem em dimensão á medida que se vai aproximando do anel de pedra que delimita a estrutura do dólmen. A carapaça da mamoa será a base preservada e compactada da couraça original, esta estrutura encontra-se a cerca de 50 centímetros, do chapéu da anta, com pedras de dimensões pequenas variando entre os 10 e os 50 centímetros e de sedimentos equivalentes aos do contraforte. No limite exterior existe uma linha de lajes na vertical, que delimita o perímetro do monumento. (CARVALHO, 2018c, p. 211).

Entre o paleosolo e a base da mamoa surgiu uma camada com menos de 10 centímetros, composto por lascas e cerâmica lisa. No entanto, estes elementos não permitiram a determinação de uma cronologia exata, que terá ocorrido no Neolítico. (CARVALHO, 2018c, p. 211).

6.1.4. Análise da Cultura Material

Na Lapa da Meruje foram identificados um total de catorze elementos cerâmicos.

As cerâmicas medievais identificadas têm e.n.p.: de quartzo, a sua densidade na pasta é fraca, são de consistência média, o acabamento da superfície é alisado, no entanto, algumas das cerâmicas apresentam rolamento pouco pronunciado. Tipo de cozedura redutor muito homogêneo, não tendo elementos de prensão identificados. Derivado da fragmentação do material apenas foi possível medir a espessura do mesmo, estas por sua vez localizam-se entre os 4 e 6 mm. Apenas dois fragmentos cerâmicos apresentam sinais claro de marcas de torno, um outro elemento cerâmico bojo (Figura 2.1) apresenta decoração de canelura curva.

Surgiu também uma base plana de vaso fabricada a torno (Figura 2.2), é o único elemento passível de ser incluído no número mínimo de indivíduos (NMI), os e.n.p. presentes na pasta são quartzo e micas, a sua densidade é fraca, a pasta tem acabamento alisado, a cozedura da pasta é redutora, sem qualquer elemento de prensão, as paredes têm espessura de 5 mm e o diâmetro da base é de 44 mm. Esta peça foi encontrada na zona do átrio, o que aparenta a existência de um remeximento nesta área do monumento, que por sua vez não terá atingido os níveis mais fundos, não tendo sido identificado mais espólio, ou provas de violação.

A maioria do espólio encontrado estava na câmara do monumento, e apenas um se encontrava nos níveis superficiais do átrio, o que pode indicar que não houve ali uma violação própria do monumento. O facto de a expressividade de elementos medievais ter sido identificada na câmara pode indicar a maior intensidade de ocupação daquela área, potencialmente como um abrigo.

O elemento cerâmico decorado é um bojo, e por isso torna-se mais difícil compreender o tipo de forma que poderia tomar. Através da decoração e da sua pasta, podemos retirar que este seria um jarro de período medieval pleno de produção local, estas poderão ser de produção de século XIII (RODRIGUES, 2014, p. 144 e 156). No

entanto, é de referir que o facto das cerâmicas identificadas serem de produções locais, torna difícil a aferição, visto que as formas se prolongam ao longo dos séculos. Certo que são medievais, seria imprudente apontar uma data concreta para a sua produção.

6.2. Orca de Pramelas

6.2.1. Enquadramento Histórico e Geográfico

No extremo Sul do distrito Viseense, no concelho de Nelas, na freguesia de Canas de Senhorim que se encontra a orca de Pramelas teve apenas uma ocupação em período pré-histórico que terá decorrido entre 4100-3750 a.C. Está classificada como IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 5/2002, DR, 1.ª série-B, n.º 42. O monumento foi identificado por Horácio Manuel Silva Peixoto em 1985. Nesse mesmo ano e no âmbito do 1º Campo Arqueológico de Canas de Senhorim, foi efetuada a primeira intervenção ao sítio (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1987, p. 107).

A Orca de Pramelas localiza-se entre dois rios principais do distrito de Viseu: a Sul, o rio Mondego, que serve de divisão administrativa entre os distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, sendo aqui possível vislumbrar a Serra da estrela. A Norte/Noroeste encontra-se o rio Dão, que serve de divisão entre os concelhos de Nelas e Viseu, com visibilidade para a Serra do caramulo. Desta forma, a Orca integra-se na *Plataforma do Mondego*, área predominantemente planáltica e com uma densa rede hidrográfica cuja maioria dos ribeiros seca durante o verão.

O território do concelho de Nelas é maioritariamente constituído por granito hercínio constituído de calco-alcalina ou monzonito, e alguma rocha xisto-grauváquica. Nesta região identifica-se minério de estanho e urânio que foram explorados pelas populações locais ao longo do tempo. Há ainda formações geológicas como turmalina, feldspato, quartzo e moscovite (LACEIRAS, 2021a, p. 4 e 5).

As condições climáticas no território de Nelas são caracterizadas pela influência atlântica, durante o período de maio a setembro a condição climática é quente e seca, em contraste com a época de outubro a abril em que o clima é frio e húmido. Consequentemente é durante o inverno que a precipitação é mais intensa e abundante, em oposição ao verão seco e com pouca precipitação, nas estações

intermédias o outono tem por hábito ser um período mais característico de chuva (LACEIRAS, 2021a, p. 8).

A região de Nelas é composta por solos permeáveis e fáceis de trabalhar, com características agrícolas que permitem o foco em certo tipo de produções agrícolas e florestais, é importante referir a produção intensiva de vinha e azeite neste território (LACEIRAS, 2021a, p. 9).

6.2.2. Intervenções Arqueológicas

A Orca de Pramelas foi identificada em 1985 pelo senhor Horácio Manuel Silva Peixoto, no contexto do 1º Campo Arqueológico de Canas de Senhorim, foi de imediato realizada uma limpeza do mato que cobria o sítio, e em seguida foi realizado o registo em desenho da planta visível á superfície (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1987, p. 107).

Os primeiros trabalhos de escavação arqueológica decorreram de 8 de julho a 9 de agosto de 1986, que decorreram no âmbito do 2º campo arqueológico de Canas de Senhorim, com o apoio de várias associações locais e da câmara de Nelas. Os objetivos desta intervenção visavam, compreender a planta e estrutura da orca, tentando interpretar os diferentes momentos de ocupação através da escavação do centro do monumento, estabelecer a estrutura da mamoa e determinar os diferentes momentos de construção. Não tendo sido possível nesta primeira intervenção definir a estrutura e número de esteios do corredor, algo a esclarecer na intervenção do ano seguinte. Foi, no entanto, possível de verificar que a ocupação inicial do monumento sobre o lajeado da câmara, tinha sido conservada pelos sucessivos derrubes e o nível de ocupação romana imperial. O espólio pré-histórico identificado é composto por geométricos na sua maioria triângulos, um machado de anfibolito de secção ovalada, artefacto em xisto polido, lâminas e um colar de contas em xisto (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1987, p. 107 e 108).

A segunda campanha de escavação arqueológica aconteceu entre 19 e 25 de julho de 1987, no âmbito do 3º campo arqueológico de Canas de Senhorim. Nesta campanha conclui-se a escavação da câmara e da área de violação, escavando parte do anel de pedras em volta dos esteios, findar a intervenção no corte da mamoa, alargar a área de escavação entre um e dois metros, em frente á entrada do corredor. O espólio recolhido é caracterizado por trinta contas, dois geométricos, um machado polido de anfibolite (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1994b, p. 92).

De 17 a 24 de outubro de 2003 ocorreram trabalhos de recuperação e restauro no monumento, que se encontrava abandonado e mais uma vez coberto de um manto

vegetal. Os trabalhos focaram-se, na recuperação e salvaguarda do monumento de modo facultar visitas ao local por parte da população, tendo o local sito limpo e protegido com uma pequena vedação, e colocados dois pilares servindo de entrada para o monumento (PINTO, 2003).

6.2.3. Análise da Arquitetura

A planta do monumento tem uma forma trapezoidal, um pouco arqueado nos esteios da câmara, particularmente no lado nordeste. A orca foi construída sobre o saibre, cujo topo é formado por areia fina e compacta (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989, p. 39 e 40).

A câmara era composta por nove esteios, porém só quatro permanecem parcialmente fraturados, incluindo o esteio de cabeceira, que seria acompanhado por outros dois esteios, um de cada lado. Os esteios em falta, foram passíveis de identificação devido às fossas e calços de sustentação, deixados no sítio em que estes se encontravam. O chão da câmara é pavimentado por um lajeamento em pedra que acabava no princípio do corredor. O chapéu da anta terá partido, tendo sido encontrados alguns fragmentos ao longo da escavação. (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989, p. 38 e 39)

O corredor do monumento foi identificado com três esteios de cada lado, continha uma pavimentação constituída por um pequeno empedrado de cascalho de pequenas dimensões. Foi também identificada uma fossa preenchida de argilas claras. O corredor foi selado com um pequeno muro de pedras (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989, p. 39).

No exterior da câmara junto aos esteios foi identificado um anel em pedra de médias dimensões que contornava todo o monumento selando o mesmo a sudoeste, e servia de contraforte a toda a estrutura da câmara. O anel de pedras diminui de espessura à medida que se vai aproximando do limite da mamoa, onde se identificaram pedras de média e grandes dimensões que se estendem até ao fim da mamoa, esta tinha uma carapaça de pedras de pequena e média dimensão, que cobria totalmente o monumento (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989, p. 40).

Foram ainda identificados dois pequenos menires, um no interior da câmara do dólmen, e outro que se encontrava partido em quatro no exterior sobre um dos esteios da câmara (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989, p. 38).

6.2.4. Análise da Cultura Material

Moeda de Magnêncio 351-352 (Figura 3.4), num lado tem um busto à direita com cabeça descoberta, paludamento e couraça. No reverso estão representadas duas vitórias sustentando uma coroa com a inscrição VOT/V/MVLT/X (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989, p. 41).

Moeda de Constâncio Galo 353-354 (Figura 3.2), num lado contém um busto à direita, com cabeça descoberta. No reverso está representado um soldado a atacar um cavaleiro caído (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989, p. 41).

Moeda Constâncio II 353-361 (Figura 3.3), num lado tem um busto à direita com diadema de rosetas, paludamento e couraça, com a inscrição CONSTAN – TIVS PF A VG. No reverso tem representado um soldado a atacar um cavaleiro caído (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989, p. 41).

Um fundo cerâmico de um copo de período romano tardio com orifício no centro (Figura 3.1/3.2)(SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989, p. 88). O número mínimo de indivíduos (NMI) é de um, representado pelo fundo cerâmico, os e.n.p. presentes são: feldspatos, migas e quartzo, a pasta tem uma densidade abundante, consistência média, acabamento alisada, e cozedura redutora.

É ainda de referir que o arqueólogo Senna-Martinez identificou ainda um bordo produzido a torno, uma lâmina em ferro, e dois fragmentos de cossoiros. Estes não foram analisados pois não se sabe onde o espólio possa estar depositados, visto que não se encontra junto com o restante espólio romano.

Devido á presença de moedas e da análise realizada ao espólio identificado, podemos afirmar que violação do monumento ocorreu como já referido por Senna-Martinez no período romano tardio (século V), tendo esta acontecido para a criação de um provável enterramento romano. No entanto, os dois cossoiros que foram identificados não se enquadram com o restante espólio identificado no sítio, levantando a hipótese de que a orca tenha sido utilizada em período romano como abrigo. É nos impossível determinar exatamente qual foi o tipo de ocupação realizada

no monumento. Seria necessário que houvesse outros elementos no espólio, passíveis de estudo para que se determinasse com precisão o momento da sua reutilização e o seu motivo.

6.3. Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte

6.3.1. Enquadramento Histórico e Geográfico

É no extremo Noroeste do distrito de Viseu, no concelho de Penedono, na freguesia de Penela da Beira que se situa o dólmen da capela de Nossa Senhora do Monte, classificado como Monumento Nacional pelo decreto n.º 44 075, DG, I Série, n.º 281, de 5-12-1961. Em 1991 aquando da realização de intervenções arqueológicas patrocinadas pelo concelho de Penedono este sítio encontrava-se ao abandono e num estado sério de degradação.

Este dólmen integra-se na necrópole da Senhora do Monte, que ocupa o território das freguesias de Penela da Beira e de Castainço. Esta necrópole integra diversos monumentos fúnebres megalíticos (CARVALHO, 2005, p. 6).

A geomorfologia da área da necrópole é composta por granitos biotíticos-moscovíticos, dividindo-se em duas áreas distintas, a primeira integra-se na região granítica do planalto da Lapa, e a segunda no complexo xisto-grauváquico do Douro. O clima na região é frio e fundamentalmente húmido, consequência da posição do território muito montanhoso sujeito a influências atlânticas, composto em 80% da área do concelho por altitudes superiores a 700m e as restantes 20% têm altitudes superiores a 500m. Derivado desta realidade, a água vai se infiltrando até encontrar no seu caminho rocha impermeável, despontando em várias nascentes. Por consequência de os terrenos serem facilmente infiltrados por água, permite o crescimento de plantas afetas à prática da pastorícia, por sua vez os acentuados declives não permitem a acessível prática da agricultura, sem ser em pequenas zonas de planalto ou nas imediações de rios em zonas planas. No território de Penedono as linhas de água que se desenvolvem são inúmeras, porém são também de pequenas dimensões. No entanto, há três linhas de água principais no respetivo território, sendo estas o Rio

Torto e os seus afluentes, a ribeira da Dama e a ribeira da Tabarela, concluindo todos o seu troço no rio Douro (CARVALHO, 2005, p. 6 e 7).

Os monumentos da necrópole da Senhora do Monte estão dispersos por uma zona planáltica delimitada por dois cursos de água que travessam o território pelo vale da Senhora do Monte e o Vale Vidreiros. O dólmen da Capela da Senhora do Monte encontra-se na vertente Oeste do vale da Senhora do Monte no centro da necrópole, a 895m de altitude e com desafogada visibilidade sobre todo o território em seu redor (CARVALHO, 2005, p. 8, 15-16).

No concelho de Penedono há ainda uma outra necrópole megalítica sepulcral com um núcleo de dois monumentos, o dólmen 1 da Lameira de Cima e o dólmen 2 da Lameira de Cima, que assim compõe a necrópole da Lameira de Cima (CARVALHO, 2005, p. 20).

Ainda na área geográfica de Penedono existem dois menires, o menir de Penedono na freguesia de Antas de Penedono, com 1,92m de altura e 0,78cm de largura máxima, localizado numa zona plana com afloramentos rochosos á superfície, aquando da intervenção arqueológica realizada não foi identificado qualquer espólio. A três quilómetros a Sul/Suldoeste na mesma freguesia encontra-se o menir de Vale de Maria Pais, tem de altura 3m e largura mínima de 70cm e máxima de 1m (CARVALHO, 2005, p. 25-28).

A norte do território de Penedono, na freguesia de Paredes da Beira, concelho de São João da Pesqueira, e situada a três quilómetros a nordeste da necrópole da Senhora do Monte, encontra-se a necrópole de Areita que seria composta por cinco antas, dólmen de Areita 1, Dólmen de Areita 2, dólmen de Areita 3, dólmen de Areita 4 que se encontra completamente destruído, e o dólmen de Areita 5 que já se encontra na Freguesia vizinha de Riodades e deste apenas resta a mamoa do monumento (CARVALHO, 2005, p. 22).

Em suma, este dólmen de grandes dimensões estava integrado numa complexa paisagem funerária que integrava inúmero outros monumentos, sendo que só existem dados para a sua reocupação em épocas romana e medieval neste monumento. Subsequentemente foi desenvolvida uma construção que viu crescer o monumento

crislianizado. Isto terá danificado de diversas formas os níveis estratigráficos em que se encontraria o espólio pré-histórico.

6.3.2. Intervenções Arqueológicas

Em 1985 é realizada uma limpeza no interior da capela sem acompanhamento arqueológico, e as terras removidas são colocadas no lado leste junto à cerca que envolve a capela. Dentro da capela e encostada às suas paredes são identificadas lajes de granito, que podiam ter pertencido ao monumento medieval e servido como cobertura, e/ou serem esteios ou lajes de cobertura do monumento megalítico. (CARVALHO, 2005, p. 36)

A intervenção arqueológica no Dólmen de Nossa Senhora do Monte, ocorreu no âmbito do “Estudo e Valorização do Megalitismo do concelho de Penedono”, da responsabilidade de Pedro Manuel Sobral de Carvalho e Luís Felipe C. Gomes e promovido pela Câmara Municipal de Penedono (CARVALHO, 2005, p. 3 e 4).

A metodologia utilizada, começa por definir o ponto central do monumento, em seguida cruzavam-se dois eixos ortogonais orientados Norte-Sul e Este-Oeste, com uma dimensão final de 30 metros por 32 metros, e subdivido por uma malha de quadriculas de 2 metros por 2 metros, atribuindo letras ao eixo (X) Sul-Norte e números ao eixo Este-Oeste (Y). O ponto zero convencional, não podendo ficar no ponto mais elevado, por estar coberto pelas paredes da capela, colocou-se no ponto mais alto na quadricula E.5 efetua-se o desenho de toda a área quadriculada, com escala 1:20, e é feito o levantamento topográfico (CARVALHO, 2005, p. 34).

Durante a intervenção arqueológica são marcadas três sanjas com 1 metro de largura, que são decapadas e escavadas, sendo estas: sanja Norte L8 e M8; sanja Sul A’8 a F8; sanja Este F2 a F8, e uma quarta sanja com 2 metros de largura entre G2 a G10. Tendo em vista definir os limites do tumulus, são intervencionadas as quadriculas A7 e B6 de 2 metros por 2 metros. A estrutura de acesso a o monumento é também escavada, o sector A representa as seguintes quadriculas: E2 e 5- 1 metro por 2 metros; E3 e 4- 2 metros por 2 metros; F2 a F5- 1 metro por 70 centímetros, nesta última é conservado uma banquetta de 30 centímetros de largura. O setor B composto pelas quadriculas: H3 a H5 e I3 a I5- 2 metros por 2 metros. No setor C são intervencionadas as quadriculas: J3- 2 metros por 1 metro; J4 2 metros por 2 metros.

Posteriormente foi necessário aumentar a área de escavação, criando o setor D com as quadriculas; H5 e H6- 2 metros por 2 metros (CARVALHO, 2005, p. 35).

Ao longo das diversas etapas foram desenvolvidos registos em desenho com escala de 1:20, são cotados os elementos mais importantes. Os perfis das valas de sondagem são também desenhados e o registo fotográfico é efetuado. O monumento é escavado por níveis artificiais de 5 centímetros, e quando é oportuno são deixadas banquetas de 30 centímetros que atravessavam o monumento (CARVALHO, 2005, p. 35).

São retiradas amostras de sedimentos nas sanjas este, do lado Sul e Norte e na estrutura de selagem, de modo a realizar análises fitolitológicas, antracológicas, palinológicas, paleocarpológicas e pedológicas (CARVALHO, 2005, p. 35).

Os trabalhos arqueológicos de 1988 iniciaram-se com o registo fotográfico e a retirada da vegetação que cobria o sítio, que revelou o estado de abandono em que se encontrava o monumento. É de notar que neste primeiro momento o corredor estava parcialmente debaixo de terra, e as paredes da capela encontravam-se instáveis, exigindo assim a conservação da estrutura (CARVALHO, 2005, p. 34 a 36).

A primeira campanha de escavação arqueológica realizada no monumento decorreu em agosto 1991. A primeira área a ser intervencionada foi uma parte do corredor, tendo em vista a identificação de que forma era realizado o acesso à câmara do dólmen através do corredor, foi também efetuada a limpeza de todo o recinto amuralhado, foi cortada toda a vegetação e retiraram-se todas as pedras soltas que se encontravam no exterior e interior do monumento, foi também limpa a área entre as paredes do altar-mor e os esteios, entre o altar e a parede exterior a este, foi recolhido espólio, composto por moedas e contas de colar. No interior da capela e encostadas às paredes da mesma, foram identificadas lajes que podem ter servido como esteios do dólmen ou de cobertura ao mesmo. A zona alvo de intervenção no primeiro ano de campanha, corresponde ao corredor, o contraforte a Sul e parte da área Este da fronteira entre os monumentos (CARVALHO, 2005, p. 36).

A segunda campanha arqueológica efetuada ao sítio ocorreu em julho e agosto de 1992. Foi concluída a escavação começada em 1991 no corredor, a área

intervencionada no local a este da fronteira entre os monumentos foi alargada bem como a zona Sul do contraforte foi também estendida mais para Sul. No interior do monumento megalítico, especificamente na câmara foram retirados os primeiros 15cm de terra, foram ainda realizadas diversas sondagem tendo em vista determinar o contraforte e o diâmetro da mamoa. Foi então identificado um novo esteio no corredor, que permitiu auxiliar a compreensão da verdadeira dimensão do monumento (CARVALHO, 2005, p. 36 a 38).

A terceira e última campanha arqueológica desenvolvida ao sítio ocorreu em agosto de 1993. Nesta data não foi possível compreender a estrutura da base da câmara funerária devido à presença de lajes constituintes do altar-mor, seria necessário desmontar as paredes do altar-mor constituídas por grandes blocos graníticos. Através de uma sondagem desenvolvida foi possível denotar que o contraforte a Norte do monumento terá sido completamente destruído. No princípio do corredor no lado norte identificou-se a fossa de assentamento e os calços do primeiro esteio bem como o correspondente esteio do lado sul, sendo ambos esteios de pequenas dimensões. Realizou-se o desmonte da banquetta deixada em anteriores campanhas por questão de cariz metodológicos, identificou-se o limiar do átrio e foi possível compreender a utilização das lajes que assentavam no fim do átrio, tratando-se assim da sua delimitação (CARVALHO, 2005, p. 38 e 39).

Por fim, em 1994 numa deslocação ao sítio arqueológico, foi colocado no corredor um fragmento de esteio, que tinha sido identificado durante a intervenção arqueológica, o mesmo encontrava-se deslocado do seu sítio original (CARVALHO, 2005, p. 38).

6.3.3. Análise da Arquitetura

A arquitetura do dólmen é composta por câmara poligonal de 3,2 m de comprimento, 3,5 m de largura e 3 m de altura, com sete esteios, podendo aquando da sua construção ter tido nove esteios, o esteio de cabeceira seria o de maiores, porém este encontrava-se fragmentado, previamente teria de altura 3,6 m, 2,4 m de largura e 0,44 m de espessura, a laje de cobertura do dólmen tinha 3,52 m de comprimento, 4,4 m de largura com uma espessura de 0,44 m. Sobre este assentava os restos da estrutura da torre sineira da capela. É nesta área do monumento que persistia a maior parte da mistura de espólio pré-histórico e medieval identificados nas intervenções arqueológicas realizadas (CARVALHO, 2005, p. 39-42).

O corredor foi a zona do monumento megalítico mais violada ao longo dos anos, constituído por seis esteios que diminuía em dimensão no sentido Oeste-Este. A entrada do corredor tinha cerca de 1,80 m de altura e 1,40 m de largura. Estas dimensões aumentavam à medida que o corredor, que tem um comprimento de 6,80 m, se aproximava da entrada da câmara. As dimensões alcançavam nesse local os 3 m de altura e 2,84 m de largura. No fim do corredor encontrava-se um átrio a sua área era delimitada por um pequeno lajeado (CARVALHO, 2005, p. 41-44).

Surpreendentemente apenas os esteios que se encontram do lado exterior à capela cristã se encontram danificados, terão sido partidos ao meio, estes danos foram inequivocamente consequência da alteração do dólmen e do espaço que a envolve, aquando da sua transformação em capela cristã durante o período medieval. É de notar, que se verifica a alteração de certas secções dos esteios de forma a suportar as paredes erigidas pela construção da capela (CARVALHO, 2005, p. 43-46).

A mamoa do dólmen terá sido destruída aquando da construção da capela de forma a terraplanar o seu redor. Parte das suas pedras terão sido utilizadas na construção do monumento cristão; porém não é possível confirmar ou verificar que este evento assim tenha acontecido (CARVALHO, 2005, p. 46-50).

A estrutura arquitetónica do Dólmen Capela de Nossa Senhora do Monte, no que se refere especificamente à capela em si, é constituída por uma planta retangular com 18 m de comprimento e 9 m de largura, as paredes da capela têm uma espessura média de 60 cm, no entanto estas não são homogéneas ao longo de todas as paredes do monumento, existindo partes com dimensões finas e grossas. Existem duas formas de entrada na capela, a porta principal de maiores dimensões na fachada frontal a oeste, com 1,80 m de altura e 1,85 m de largura, e uma possível entrada secundária identificada na lateral do lado sul da estrutura, com 1,70 m de altura e 1 m de largura (CARVALHO, 2005, p. 99).

A fachada tem incumbido um aparelho de pedra à fiada e um portal encimado com uma grande laje granítica. É de referir ainda a existência de dois lintéis que serviriam como suporte. No canto Norte do monumento encontramos um canto arredondado, em contrapartida os restantes são retilíneos. No centro da nave existe uma base quadrangular em granito. O altar-mor encontra-se mais elevado que o restante pavimento, subindo-se para este local através de um degrau composto de diversos fragmentos do esteio de cabeceira do dólmen. Esta área está pavimentada com os restos dos esteios que faltam no monumento megalítico, podendo existir por de baixo destas sepulturas medievais. O altar-mor aproveita também a câmara e parte do corredor, existindo marcas de estrelas pintadas a branco e vermelho. No exterior da estrutura cristã existia um pequeno muro que circundava todo o monumento do qual resta apenas a sua fundação, tinha apenas uma abertura a Norte com duas lajes que poderão ter pertencido a outros monumentos megalíticos do território envolvente (CARVALHO, 2005, p. 99 e 100).

Numa primeira fase da construção do monumento cristão, que terá ocorrido durante o século XIII, este deveria corresponder apenas à secção da câmara e corredor do dólmen, utilizado como uma pequena área de culto, potencialmente de uma santa. Mais tarde terá sido edificada a restante estrutura da capela e o telhado de duas águas e uma torre onde se devia situar o sino. Este aumento do espaço de culto, poderá ter ocorrido apenas no século XIV, consequência do aumento da importância dada à devoção do sítio. Não tendo sido possível confirmar esta data visto ser necessário o estudo que a complementa (CARVALHO, 2005, p. 100).

O abandono da capela ocorre entre 1910 e 1915, sendo que este monumento deverá ter detido uma grande importância religiosa para a região. Durante a Idade Média, a Nossa Senhora era invocada como Santa Maria, e são várias as referências bibliográficas de peregrinações desenvolvidas por diversas freguesias circundantes a este monumento em épocas festivas do calendário cristão (CARVALHO, 2005, p. 100).

6.3.4. Análise da Cultura Material

Artefacto em bronze de forma estrelar com quatro pontas e orifício central, tipologia e função indeterminada (Figura 4.1).

Elemento pétreo com perfil em T fraturado numa das pontas, possível elemento de cruz cristã segundo informação local foi recolhido nas imediações do campanário da capela (Figura 4.2).

Contas de colar em: vidro; azeviche; ouro; azeviche e ouro; madrepérola e osso; vidro; cobre; âmbar (Figura 4.3).

Artefacto possível pedra de anel ou pendeloque em azeviche (Figura 4.4).

Dois anéis, um de bronze e outro de vidro (Figura 4.5).

Moeda em bolhão de D. Sancho II (Figura 4.6).

Moeda em bolhão de D. Dinis.

Meio real de dez soldos em bolhão de D. João I (Figura 4.7).

Meio real cruzado em bolhão de D. João I (Figura 4.8).

Real de 3,5 libras em bolhão de D. João I (Figura 4.9).

Duas moedas de real preto em cobre de D. Duarte (Figura 4.10).

Meio real preto em cobre de D. Duarte (Figura 4.11).

Meio real preto em cobre de D. Afonso V (Figura 4.12).

Meio real em cobre de D. Manuel I (Figura 4.13).

Real em cobre de D. João II.

Conjunto de 43 moedas, uma delas é apenas metade, sendo estes ceitis de D. Afonso V - D. Manuel I (Figura 4.14).

Bordo de cerâmica com decoração de ondulada incisa (Figura 4.15), cozedura redutora, a sua pasta de consistência média, densidade abundante e acabamento

alisado, com e.n.p de feldspatos, micas e quartzo, é possível que fosse um boientário. Este bordo aparenta ser idêntico ao encontrado (desenho A2) nos níveis alto-medievais do fórum de Aeminium, em Coimbra, e que segundo o autor Ricardo C. da Silva, seriam cerâmicas de cozinha, de bordo extrovertido e decoração ondulada incisa (SILVA, 2014, p. 81-82).

Após a análise de todo o espólio disponível, a ocupação medieval do dólmen terá ocorrido após o século XIII se nos guiarmos pela cronologia da numismática identificada no monumento, sendo a moeda mais antiga pertence a D. Sancho II, no entanto, as moedas continuam a ser utilizadas nos séculos seguintes à morte do rei que a cunhou, o que não permite atribuir uma data precisa relativamente ao início da ocupação. A única cerâmica que foi possível de analisar também não ajudará na fixação de datas, sendo esta alto medieval, poderá ser uma produção local que por si, levanta alguma dificuldade na aferição da sua cronologia, visto que as formas se prolongam ao longo dos séculos.

Por todos os motivos apresentados acima, podemos apenas dizer que a reutilização do monumento ocorreu algures no fim da Idade Média, provavelmente entre os séculos XIII e XIV. Os materiais medievais foram identificados em todo o monumento, provável consequência da permanência da ocupação, e do mesmo ter sido reaproveitado para a construção da capela, impossibilitando assim compreender se houve uma primeira ocupação mais pequena, que foi sendo desenvolvida mais tardiamente.

6.4. Orca de Forles

6.4.1. Enquadramento Histórico e Geográfico

Este monumento megalítico localiza-se na União de Freguesias de Águas Boas e Forles, no concelho do Sátão, a Norte da cidade de Viseu. Na base de dados da Direção-Geral do Património Cultural tem três topónimos atribuídos, sendo eles: Forles, Orca de Forles, Orca de Segões. É mencionado pela primeira vez na revisão do Plano Diretor Municipal da Autarquia de Sátão, publicado em Diário da República no Aviso n.º 10603/2007, de 27 de agosto (CARVALHO et al., s.d).

A primeira menção ao monumento é efetuada por José L. de Vasconcellos no Arqueólogo Português em 1897, onde este refere que levou do local cerâmicas pré-históricas e também romanas. No entanto, as cerâmicas depositadas no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa, não têm na sua coleção qualquer cerâmica romana (VASCONCELLOS, 1987, p. 109-110).

A anta de Forles localiza-se no centro da região geográfica designada por Orlando Ribeiro como “Planaltos da Beira Alta” (Ribeiro, 1991, p. 148). O sítio encontra-se a 814 metros de altitude, num planalto que está incorporado na região portuguesa do Norte Atlântico (assim apelidado pelo autor previamente mencionado), com características bioclimáticas composta por abundantes de chuvas, que permite a proliferação de paisagens de matas compostas por pinheiro-bravo, carvalho alvarinho e carvalho negral (RIBEIRO, 1991, p.145).

Forles integra-se numa zona do território português com grande concentração de monumentos megalíticos. A Noroeste e Oeste, o planalto beirão contacta com as serras de Alvão, Marão, Montemuro, Gralheira e Caramulo, que em parte servem de fronteira natural entre o planalto beirão e o litoral atlântico, com uma intensa presença do megalitismo. A Nordeste identifica-se os planaltos e montanhas da Beira Transmontana, com um número inferior de monumentos megalíticos; com a

aproximação ao Alto Douro e à fronteira com Espanha estes sítios são cada vez mais raros. A Sudeste apresenta-se as serras da Estrela, Açor e Lousã, também estas com pouca presença megalítica. E no Sudoeste travessa a região do Baixo Mondego. As divisórias naturais da paisagem neste território, serviram também como fronteira cultural durante o período neolítico. Não obstante, estes acidentes geográficos não impediam a circulação de pessoas e bens (CARVALHO et al., s.d).

A Orca de Forles não conta com estratos in situ reportáveis às suas sucessivas ocupações desde a fase de construção. Por esta razão, a determinação da fase de utilização deste monumento baseia-se exclusivamente em comparações com o quadro cronocultural geral da região, e respetivas manifestações de cultura material. Assim, tem como espólios mais antigos os micrólitos trapezoidais, alabardas/punhais, contas de colar em xisto, e machados em pedra polida, que permitem situar a construção do monumento algures entre o Neolíticos Final e a fase inicial do Calcolítico, ou seja, o fim do IV milénio a.C. e o início do III milénio a.C. (CARVALHO et al., s.d).

Um segundo momento de ocupação no final do Calcolítico, que corresponde à fase campaniforme, está comprovado pela identificação de cerâmica deste tipo decorada com bandas pontilhadas, sendo que as alabardas/punhais podem também pertencer a esta fase de ocupação. No entanto, esta fase será a mais difícil de caracterizar devido à falta de contextos fechados e inexistência de associações de espólio claras (CARVALHO et al., s.d).

O terceiro momento de utilização ocorreu na Idade do Bronze Pleno, portanto do II milénio a.C., que está representado por vasos cerâmicos troncocónicos invertidos e vasos carenados (CARVALHO et al, s.d). Estas peças foram maioritariamente recuperadas durante os trabalhos do século XIX realizados por Leite de Vasconcelos (ver abaixo), que então as considerou neolíticas.

O quarto momento de ocupação terá ocorrido durante o período romano, dado do espólio do mesmo período aqui identificado (CARVALHO et al, s.d) e que será descrito e analisado adiante.

Finalmente, o quinto momento de utilização do monumento ocorreu em época contemporânea, e encontra-se identificado pelos esteios calafetados (e pelas telhas de

meia cana exumadas nas escavações mais recentes, por vezes com argamassa agregada), tendo nesta época o monumento servido de abrigo a pastores e/ou trabalhadores. As observações acerca dos esteios calafetados devem-se a I. Moita, que visitou o local na década de 1960 (MOITA, 1966, p. 247).

6.4.2. Intervenções Arqueológicas

A primeira escavação realizada no local decorreu durante o Verão de 1896 entre 24 de agosto e 3 de setembro, e terá durado apenas um dia. Esta intervenção foi desenvolvida por J. de Leite de Vasconcelos e com o auxílio do sr. António de Magalhães e do padre Silva. O espólio identificado foi ingressado no Museu Nacional de Arqueologia, sendo composto por 23 peças, entre as quais são de referir a alabardas em sílex. (VASCONCELOS, 1927, p. 147-148; CARVALHO et al., 2020, p. 4)

Em 23 de abril de 1934, George e Vera Leisner, fazem uma visita ao local e realizam o registo em planta e alçado do monumento. (LEISNER, 1998, p. 61; CARVALHO et al, 2020, p. 5).

Em 2005 foram realizados trabalhos de limpeza na Orca de Forles, nos dias 6, 7 e 8 de maio, no âmbito de um trabalho académico, para Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, realizado por Elisabete de Jesus Guerreiro da Conceição. A limpeza superficial desenvolvida ocorreu em torno do monumento e no início do corredor. Foi montada uma quadricula com oito metros de comprimento e sete metros largura, com orientação Sudeste-Noroeste. O sítio do ponto zero convencional, foi o topo do esteio de cabeceira da anta. Foi realizado o registo da planta e do corte axial do dólmen O espólio identificado nesta limpeza é composto por vinte e um fragmentos de cerâmica contemporânea e um de cerâmica pré-histórica. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 1-3)

Com início no verão de 2020 e decorrendo até ao verão de 2021, foram realizados trabalhos de salvaguarda, valorização e dinamização arqueológicos na Orca de Forles, promovidos pela Câmara Municipal do Sátão, e desenvolvidos por Pedro Sobral de Carvalho, Vera Moreira Caetano e António Faustino Carvalho. O relatório final destes trabalhos não se encontra disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC no Palácio da Ajuda em Lisboa, por este motivo foi apenas utilizada a informação disponível no Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (CARVALHO et al., 2020, p. 15 a 17).

A escavação arqueológica incidirá sob a câmara do monumento, sendo escavada primeiro a metade Norte e posteriormente a metade a Sul. Escavou-se uma vala com 2 metros de largura e 12 metros de comprimento, começando no esteio de cabeceira indo até ao limite da mamoa. Será escavado todo o corredor intratumular e toda a zona do átrio. Todas as peças arqueológicas exumadas serão georreferenciadas, bem como todas as terras retiradas do monumento serão crivadas. Posteriormente todo o espólio será limpo e estudado em laboratório, onde será efetuado o desenho das peças. Vão ser recolhidas amostras de sedimentos para análises pedológicas e antracológicas, bem como a recolha de carvões para se efetuarem datações de radiocarbono. Ao longo da escavação serão realizados desenhos das estruturas e dos cortes estratigráficos. De modo a identificar gravuras e/ou pinturas no esteio será desenvolvida, digitalização tridimensional, produzido registos gráficos e feitos estudos micromorfológicos. Concluídos estes trabalhos, será realizada uma ação de reconstituição estrutural, os esteios do dólmen serão colocados na sua posição primitiva (CARVALHO et al., 2020, p. 15 a 24).

6.4.3. Análise da Arquitetura

A orca de Forles é composta por uma câmara poligonal de nove esteios, tem uma laje de cobertura de grandes dimensões, com 3,80 metros de comprimento, 2,50 metros de largura e 20 centímetros de espessura. A superfície exterior do chapéu está repleta com um conjunto de cinquenta e cinco covinhas, por sua vez esta laje encontra-se fora do seu sítio original tendo descaído sobre os esteios que a suportavam, consequência provável da sua dimensão e peso, o que terá levado à movimentação dos esteios que a suportavam, expondo assim o esteio de cabeceira às condições climáticas. Este encontra-se de frente ao corredor, e continha segundo J. de Leite de Vasconcelos uma pintura de uma cruz de cristo, impercetível nos dias de hoje (VASCONCELOS, 1907; CARVALHO et al., 2020, p. 4).

A mamoa do dólmen foi muito destruída ao longo dos anos, consequência dos trabalhos agrícolas e de reflorestação que se desenvolvem nesta região, com especial ênfase nos trabalhos de reflorestação decorridos a partir da década de 1990, que permitiram a identificação de espólio á superfície. O que resta da mamoa encontra-se mais visível junto aos esteios do monumento, sendo muito provavelmente apenas uma sombra do que terá ali existido previamente (CRUZ, 2001, p. 387-388; CARVALHO et al., 2020, p. 4).

O corredor do monumento é diferenciado em altura e planta, ao que tudo indica curto, composto por três esteios, dois do lado Sul e um do Lado Norte, sendo que este último poderá ser uma laje de cobertura devido às dimensões que o definem. (CARVALHO et al., 2020, p. 4).

6.4.4. Análise da Cultura Material

No dólmen de Forles foram identificados sessenta e um fragmentos de cerâmica romana e medieval, entre os quais um fundo, uma asa, seis bordos e cinquenta e três bojos. A maioria do material foi identificado na primeira camada superficial. Todo o espólio tem os mesmos e.n.p.: feldspatos, micas e quartzos.

O único fundo foi encontrado na quadricula F6 no interior da câmara nos primeiros vinte centímetros. Tem pasta com densidade fraca de e.n.p, consistência friável, acabamento tosco, e cozedura redutora, sem elementos de prensão. É de época medieval, o tamanho pequeno da cerâmica não permitiu que se identificassem paralelos.

A asa foi identificada na quadricula E5/E6, camada 1, tem pasta com densidade média de e.n.p., consistência média, acabamento tosco, e cozedura oxidante; não contém elementos de prensão. É de época medieval. Não foi possível de identificação de paralelo deste fragmento, derivado da reduzida dimensão e da falta de outros elementos da peça que permitam compreender a sua forma.

O bordo com o número de inventário 10 (Figura 5.2) foi identificado na quadricula F6 camada 1, tem pasta com densidade abundante de e.n.p., de consistência compacta, acabamento alisado e cozedura oxidante, possível pote ou panela, não contém elementos de prensão. É de período medieval, tem semelhança tipológica com os fragmentos cerâmicos (Peça 37 e 63) identificados por C. Tente no sítio arqueológico Penedo dos Mouros (TENTE, 2010, p. 169, 162 e 191-192).

O bordo que tem como número de inventário 29 (Figura 5.5) foi encontrado na quadricula F3 camada 1, a pasta com densidade abundante de e.n.p., consistência compacta, acabamento alisado e cozedura redutora, tem como elemento de prensão uma canelura, sendo este de época medieval. A sua forma aproxima-se do bordo identificado (Peça 15) por C. Tente no sítio Castro de Santiago, aparentando ser um jarro/jarrinha (TENTE, 2010, p. 340).

O bordo de número de inventário 30 foi identificado na quadricula F8 camada um, pasta com densidade média de e.n.p., consistência média, acabamento tosco e cozedura redutora, sem quaisquer elementos de prensão. É de período medieval, pela tipologia e morfologia das pastas, no entanto, derivado da pequena dimensão não é passível a identificação de paralelos ou de desenho que permita a compreensão da forma da peça.

O bordo com o número de inventário 42 (Figura 5.3) foi encontrado na quadricula F4 camada 1, tem pasta de densidade média de e.n.p., consistência média, acabamentos tosco e de cozedura redutora, não tendo elementos de prensão. É de época medieval, de forma indeterminada tendo como paralelo de forma o fragmento cerâmico (peça 11) identificado por C. Tente no sítio arqueológico de S. Gens (TENTE, 2010, p. 219 e 256).

O bordo que tem como número de inventário 54 foi identificado na quadricula F6 (Figura 5.1), a pasta com densidade média de e.n.p., consistência média, acabamento tosco e cozedura oxidante, não tem elementos de prensão. É de período medieval, a forma deste bordo assemelha-se ao identificado (peça 37) por C. Tente no sítio arqueológico Penedo dos Mouros (TENTE, 2010, p.192).

O bordo com o número de inventário 55 (Figura 5.4) foi encontrado na quadricula F6 na camada 1 do enchimento do corredor entre as pedras, tem pasta com densidade média de e.n.p., consistência média, acabamento tosco e cozedura redutora, não tendo qualquer elemento de prensão, é de época medieval. A sua forma aproxima-se da taça (Peça 6) identificada por C. Tente no sítio arqueológico Monte Aljão, a tipologia de cozedura utilizada foi equivalente, e os e.n.p. presentes também são os idênticos, no entanto, a consistência da pasta e a densidade de e.n.p. varia (TENTE, 2010, p. 73-73 e 108).

Dos 53 bojos identificados também se podem retirar ilações de conjunto, ainda que sejam impossíveis de extrapolar para recipientes concretos (inseríveis no NMI). Assim, 50 têm densidade de e.n.p. e consistência de pasta médio, excluindo três bojos (os números 18, 19 e 20), que têm densidade de e.n.p. fraca e consistência friável. No que se refere ao acabamento da superfície, apenas dois bojos (número 12 e 13) são

polidos, tendo os restantes 51 acabamentos toscos. O tipo de cozedura é algo diversificado na amostra de bojos estudada. Na tipologia oxidante têm-se 20 bojos (número 15, 16, 20, 21, 26-28, 31, 32, 34, 38, 41, 43, 44, 52, 53 e 57-60), com tipologia redutora há 25 bojos (número 8, 9, 11-14, 18, 19, 22, 23, 25, 33, 35, 36, 39, 40, 45-51, 56 e 61), com tipologia oxidante/redutora são dois bojos, (número 17 e 37), e de tipologia redutora/oxidante há sete (número 1-6 e 24). Apenas o bojo com número de inventário 17 tem caneluras; os restantes 52 não têm qualquer decoração, Não se regista também qualquer elemento de prensão. Todos os cinquenta e três bojos são de período medieval.

Estes fragmentos de cerâmica são de produção manual ou a torno, com pastas parcamente depuradas, com uma forte presença de e.n.p., sendo por isto de valor limitado na atribuição de cronologia à orca de Forles, não sendo possível caracterizar de forma tipológica ou funcional este espólio. De mencionar que o número mínimo de indivíduos (NMI), de período medieval fixa-se em oito, representado pelos bordos identificados.

7. Discussão

No território do distrito de Viseu foram identificados seis monumentos megalíticos com espólio romano e medieval, sendo estes: Orca de Forles, Dólmen-Capela Nossa Senhora do monte, Lapa da Meruje, Orca de Pramelas, Orca do Pinhal dos Amiais e Orca do Tanque. Nesta última, foram identificados por J. L. Vasconcellos dois objetos cerâmicos de período romano, um inteiro e outro fragmentado, no entanto, não foi possível encontrar estas cerâmicas nem referências passíveis de fornecer elementos para estudo, motivo pelo qual este monumento não foi analisado (VASCONCELLOS, 1987, p. 109).

Segundo o site do Portal do Arqueólogo, existem 76 dólmenes/antas no distrito de Viseu, aquando da consulta do website em setembro de 2022. Porém o número real será bastante superior a este, ao longo deste estudo foram acrescentados ao site novos monumentos megalíticos. No entanto iremos guiar-nos por este número para a presente análise porque a sua revisão exaustiva e contabilização seria impraticável para o presente estudo. Destes monumentos apenas foi verificado espólio de período romano e/ou medieval em cinco, como referido acima. O baixo número de reutilizações deriva de dois fatores. O primeiro fator é que nem todos os monumentos da região terem sido alvo de escavação arqueológica, não permitindo assim a identificação de espólio. E o segundo fator deve-se ao descarte de espólio romano, mas principalmente medieval aquando da identificação destes durante escavações em monumentos megalíticos, ao longo dos anos de investigação.

Para o presente estudo identificaram-se a *priori* diferentes tipologias de reutilização dos monumentos megalíticos viseenses. Como indicado no capítulo da metodologia (ver acima), estas podem ter ocorrido por diversas razões: cristianização de elemento pagão; utilização funerária; uso como abrigos/estruturas de apoio agropastoril.

A reutilização do Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte ocorre no âmbito da cristianização de elemento pagão. Porém, este fenómeno não é isolado e restrito ao

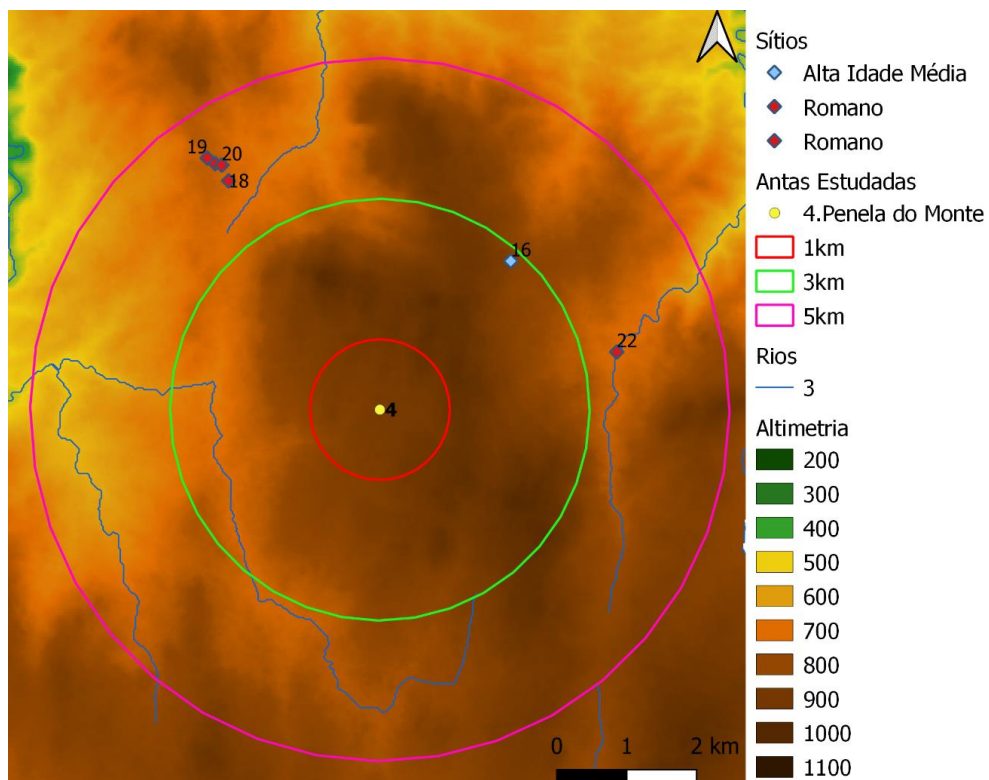
caso deste dólmen. Com efeito, são conhecidos no território nacional mais cinco monumentos megalíticos alvo de reutilização em âmbito religioso cristão. Esses sítios são: Igreja de Santa Maria Madalena/Anta-Capela das Alcobertas, situa-se no concelho de Rio Maior; Anta de Pavia/Capela de São Dinis/São Dionísio, presente no concelho de Mora; Anta Ermida da Nossa Senhora do Livramento/Anta 7 de São Brissos, localizada no concelho de Montemor-o-Novo; Igreja de São Bento do Mato, situa-se no concelho de Évora; São Frausto 1 (ou Fausto), localizada no concelho de Alcácer do Sal.

O Dólmen-capela da Nossa Senhora do Monte terá tido, segundo Gonçalves da Costa, uma construção primitiva de um edifício religioso, consagrada na área da câmara do dólmen (COSTA, 1979, p. 279). Pedro S. de Carvalho afirma que o espólio identificado ao longo da intervenção arqueológica indicia um início de reutilização do monumento megalítico durante século XIII, e que a sua ampliação terá ocorrido mais tardiamente, embora no decorrer deste estudo não tenha sido possível estudar e comprovar a cronologia desses materiais (CARVALHO, 2005, p. 99). O dólmen-capela é circundado por um empedrado, o que poderá ter servido como medida de proteção e delimitação do espaço sagrado.

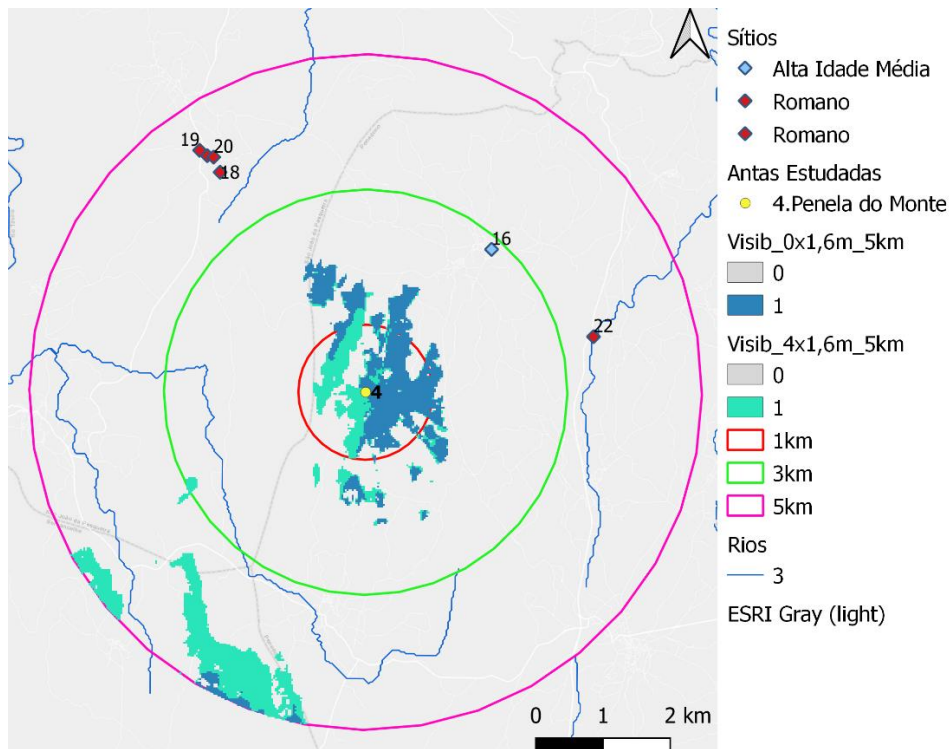
Este monumento não é mencionado nas fontes escritas de período medieval, analisadas por João Nunes (2016), e posteriormente por Stéphane Boissellier (2012), sendo por isso verificável que esta capela não é sede paroquial durante o século XIII, XIV e XV. No entanto, este sítio é um marco na paisagem e encontra-se perto de uma zona de passagem, é por isso bem conhecido pelas pessoas que vivem nas freguesias circundantes. “Ainda hoje as pessoas da região contam que no dia da Senhora do Monte se reuniam na capela sete cruzeiros que vinham em procissão das sete freguesias circunvizinhas” (CARVALHO, 2005, p. 100). Isto demonstra o poder simbólico e ritual que o monumento cristão então tinha, servindo o culto para entrelaçar laços e poder por isso ter funcionado como um ritual de agregação das populações das redondezas. Servia assim para ponto de reunião das comunidades locais, para que se falasse/negociasse divisões territoriais, partilhas de terras, circulação de pastores, entre outras razões que possam existir e que ali foram debatidas.

Nas escavações realizadas, sobretudo na área da câmara do dólmen, não se registou qualquer enterramento medieval. No entanto, as lajes de pedra dentro da

capela não foram levantadas, e não foi realizada aí qualquer escavação. Desta forma, há que manter como hipótese que, nesta zona do monumento, podem existir enterramentos de período histórico ainda não identificados. Como já analisado previamente, o espólio de época histórica identificado é na sua maioria do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna. Esta conclusão é retirada principalmente das moedas identificadas, posto que a grande maioria do espólio não se encontra disponível para análise (como referido no respetivo capítulo; ver a cima).



Mapa 1 - Mapa de relevo do Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte num raio de 5 km e correlação espacial com sítios de época romana e medieval.



Mapa 2 - Mapa do Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte da visibilidade, com sítios medievais e romanos e circunferências de distância.

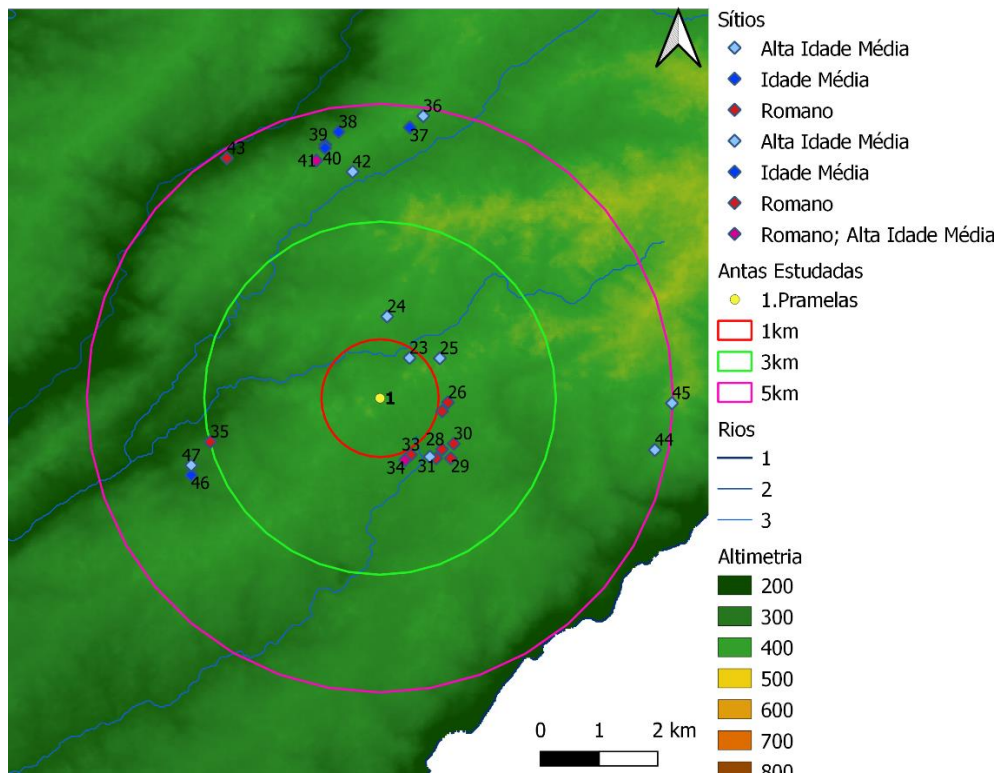
Os mapas 1 e 2 da Fig. permitem compreender a ampla visibilidade decorrente da posição geográfica e da elevada altitude em que se encontra o Dólmen-Capela da Nossa Senhora do Monte, o que faria deste sítio o ideal para o encontro de populações fixadas em povoados da área envolvente que possam ter existido. No raio de 1 km, não se encontram quaisquer sítios de período romano e medieval. No limite do raio de 3 km, identifica-se a nordeste um sarcófago da Alta Idade Média. No último raio, que tem 5 km no lado a este, encontra-se o sítio da Ponte da Veigas, estrutura da Idade Média localizada junto a um curso de água. No mesmo local encontra-se o sítio da Ponte da Veiga 2, um povoado romano. A Noroeste identifica-se um aglomerado de sítio romanos, sendo três deles manchas de ocupação Cruzeiro, Cruzeiro 3, Cruzeiro 5, e um último, Paredes da Beira, que é uma via romana.

Existe um único sítio de período medieval em torno do monumento, o que leva a crer que a teoria apresentada por Gonçalves da Costa pudesse ter sido uma realidade, e que derivado da altitude e visibilidade do dólmen para sul este tenha inicialmente sido uma pequena ermita/capela, e que só nas épocas históricas seguintes terá sido desenvolvida às dimensões que conhecemos hoje.

A reutilização na Orca de Pramelas ocorre no âmbito de um possível enterramento romano. Este tipo de reocupação não é raro no território nacional, havendo outros casos como: Monte das Pedras é uma anta que se localiza no concelho de Montemor-o-Novo, nesta foi identificada uma violação na entrada do corredor, onde foi construída uma sepultura de *tegulae*; Casas de Baixo 3 é um dólmen do concelho de Montemor-o-Novo, no qual está anexada do lado este uma sepultura de período romano ou seguinte, para a construção desta foi necessário segundo Manuel Heleno a remoção do esteio de cabeceira ; Anta 6 da Aldeia de Bertandos situada no concelho de Coruche, surgiu nesta um esqueleto datado do período romano, no entanto não se sabe que zona do monumento este foi retirado. Dos três casos apresentados aquele que mais se aproxima ao caso de estudo, é a anta de Casas de Baixo 3, o seu depósito funerário ocorreu perto da zona da câmara, na orca de Pramelas o espólio identificou-se sobre um dos esteios da câmara (ROCHA, 2005, p. 126, 132, 219).

No entanto, após a análise do espólio levantaram-se algumas questões quanto ao tipo de reutilização realizada no monumento, sendo que esta pode também ter ocorrido para abrigo romano. Nesta hipótese existem alguns paralelos como é o caso da Anta 2ª da Lobeira de Cima localizada no concelho de Montemor-o-Novo, onde foi encontrado espólio romano e restos osteológicos de animais (ROCHA, 2005, p. 202).

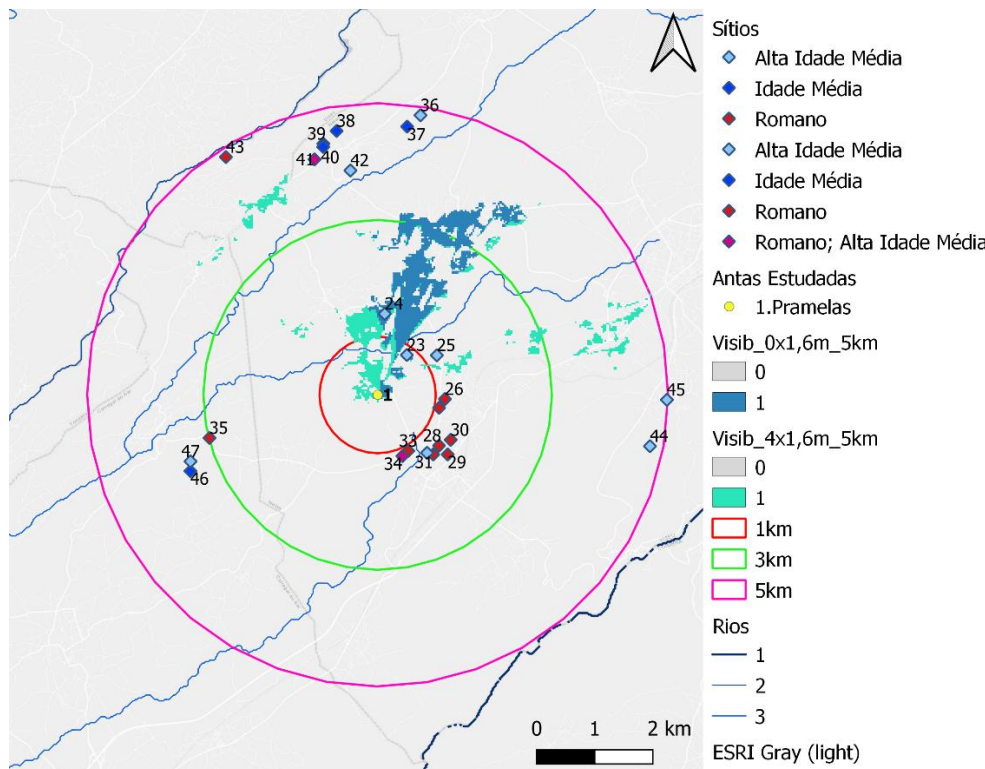
Segundo Senna-Martinez (1989) e L. Ladeiras (2021), há uma via romana que passa a Sul do monumento megalítico de Pramelas, vinda de Santa Comba Dão atravessando o concelho todo de Carregal do Sal, até chegar à Póvoa de Santo António (LACEIRAS, 2021s, p. 104). L. Ladeiras procura justificar que ali passava uma via romana através do estudo etimológico que desenvolveu para o topónimo Pramelas/Tramelas em que assume: “Acreditamos que “Tramelas” está no Latim *Trāmes* (caminho, atalho, via) + *elas* (sufixo com função diminutiva ou até depreciativa).” (LACEIRAS, 2021b, p. 32 e 33).



Mapa 3 - Mapa de relevo da Orca de Pramelas num raio de 5 km e correlação espacial com sítios de época romana e medieval.

No mapa 3 é perceptível a baixa polaridade altimétrica em torno da Orca de Pramelas. No raio de 1 km a Nordeste do monumento identifica-se o sítio de Pedras da Forca 1, uma necrópole da Alta Idade Média. No raio de 3 km há a Este/Sudeste/Sul, mas muito próximo da linha de raio de 1 km uma concentração de diversos sítios romanos, dos quais duas inscrições. A placa funerária de Canas de Senhorim e Ara votiva de Canas de Senhorim, para além desta existem também cinco *villas* de período romano, com os seguintes topónimos: Freixeiro, Fojo 1, Fojo 2, Fojo 3 e Olival Grande. Junto aos prévios vestígios romanos foram ainda identificados, o sítio de Casal com vestígios diversos de período romano e de Alta Idade Média. Nesta área surge também um local datado da Alta Idade Média a necrópole de Rua da Estrada/Cruzeiro. A Nordeste está a sepultura de Pedras da Forca 2, e a Norte encontra-se o local de sepultura de Campas. Por fim, a oeste e no limite da linha de raio de 3 km, encontra-se a *villa* romana de Chãs. No raio de 5 km, a Norte, identifica-se a calçada romana de Póvoa Dão, a sepultura Prazias/Moreira de Baixo. De período romano/Alta Idade Média, da Idade média estão presentes os sítios de Tapada, Paraduço e Moreira de Baixo todos lagaretas, a que se junta também uma sepultura, Prazias. Existem também

dois sítios de Alta Idade Média: uma necrópole, em Pêro do Pato/ Vale Salgueiro, e uma outra sepultura, no Vale dos Picos/Tapada.



Mapa 4 - Mapa de visibilidade sobre a Orca de Pramelas num raio de 5 km e correlação espacial com sítios de época romana e medieval.

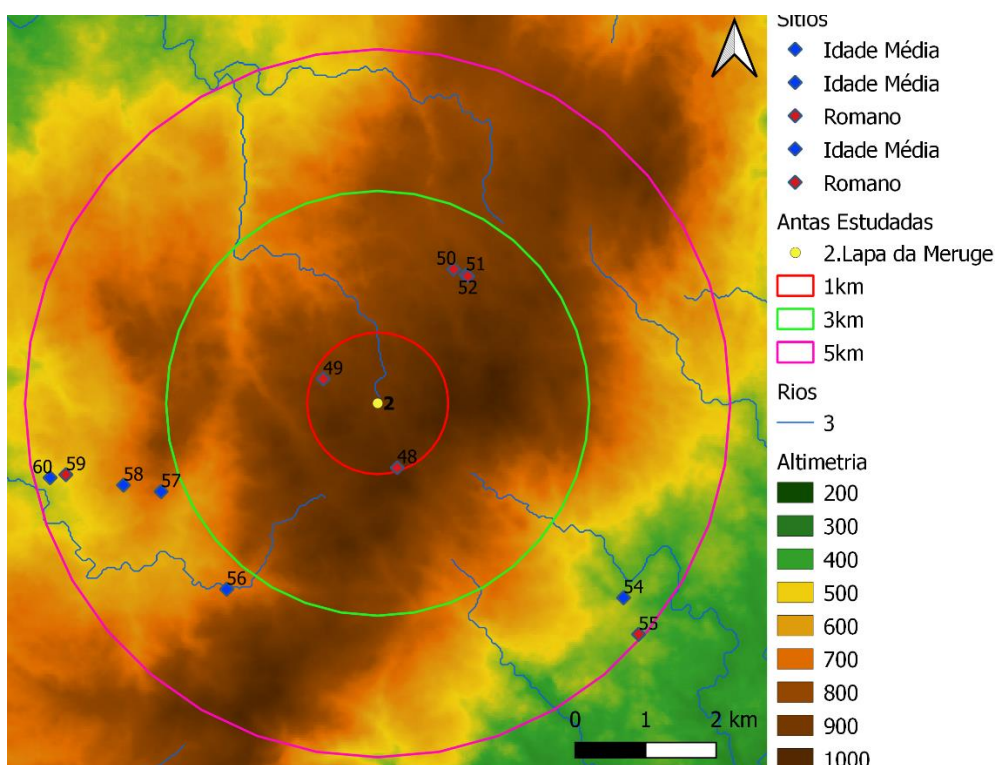
O Mapa 4 demonstra a visibilidade geográfica que monumento de Pramelas tem a Norte e Nordeste. Quem por ali passasse podia facilmente vislumbrar o sítio. Esta zona é circundada por diversos rios, e porque o terreno apresenta uma altimetria baixa constante, potenciava as práticas agrícolas, especialmente se notarmos a facilidade do acesso a água que esta área tem.

Como é perceptível nos mapas existe a Sudeste da Orca de Pramelas uma elevada concentração de sítios romanos, na sua maioria *villa*. As conclusões retiradas previamente da análise ao espólio (mencionadas no capítulo 6.2.4), nas quais se assume o potencial enterramento romano, no qual todo o material identificado aparenta fazer sentido com esta linha de pensamento. No entanto, isto só é passível de ser afirmado se excluirmos a presença de cossoiros, que não faziam parte da prática enterramentos documentada para esta época. A análise dos mapas e das proximidades com outros sítios romanos não permite tirar uma conclusão vinculativa acerca do tipo

de utilização dada ao sítio nesta época. Na possibilidade de o sítio ter sido reutilizado como estrutura de apoio agro-pastoril, convém dizer que, em volta do monumento, existe atualmente muita produção agrícola especialmente a Norte, que é de onde existe maior visibilidade para o monumento, e se realmente se confirmar a passagem da via romana a Sul do monumento, esta podia servir de base de apoio às práticas agrícolas. O sítio encontrar-se-ia assim perto do limite de uma via e dos campos a agricultar. Para a obtenção de conclusões definitivas seria necessário mais espólio, abundante e representativo da função a que respeitou o evento de reutilização deste monumento, ou que fosse identificado material osteológico humano que definitivamente confirmasse a possibilidade de estarmos perante um enterramento.

As reutilizações da Orca de Forles e Lapa da Meruje, por seu lado, consistem na criação de estruturas de apoio agropastoril durante o período medieval. Esta tipologia não é inédita na região da Beira Alta, servindo de exemplo os seguintes sítios arqueológicos – que, note-se, não são monumentos funerários, mas ilustram semelhantes processos de reutilização medieval de preexistências pré-histórica: Castro de Santiago, no concelho de Fornos de Algodres, que poderá ter sido utilizado de forma sazonal como abrigo de pastorícia, aproveitando-se em período medieval das estruturas prévias para este efeito. O Buraco da Moura de São Romão, no concelho de Seia, por seu lado, terá sido utilizado com um abrigo sazonal de pastor. Já a Anta do Carvalho da Louçã, no concelho de Seia, serve como paralelo mais direto no que respeita à tipologia de reutilização e de espaço prévio, porque também é um dólmen de construção neolítica, mas não no que respeita à época em que a mesma ocorreu, uma vez que este monumento megalítico foi utilizado até á contemporaneidade como estrutura de apoio agrícola, e não se sabe quando teve início este tipo de utilização no local.

A toponímia da Lapa da Meruje permite retirar algumas relações a respeito da sua função em época medieval e posterior. Com efeito, “lapa” significa abrigo, e “meruje” refere-se à prática de “merujar”, ou seja, agricultar um sítio húmido ou regar com água permanente. Neste caso, o próprio topónimo confere um contexto à interpretação funcional do/s evento/s de reutilização do monumento neolítico em época medieval e subsequente.

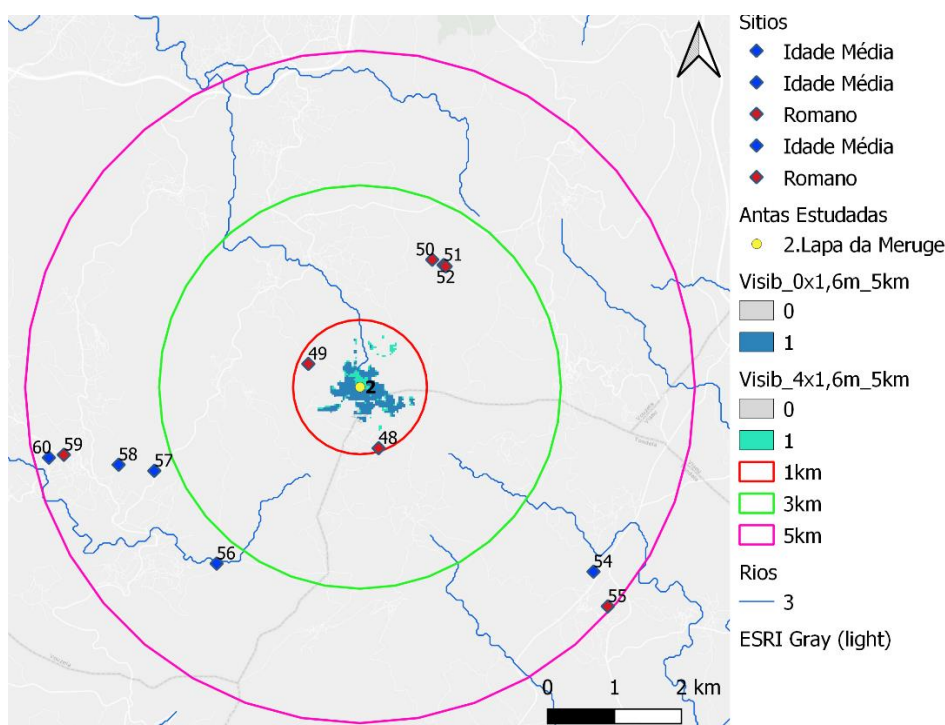


Mapa 5 - Mapa de relevo da Lapa da Meruge num raio de 5 km e correlação espacial com sítios de época romana e medieval.

No Mapa 5 é visível a altitude a que se encontra a Lapa da Meruge, assim como a proximidade com uma linha de água. Com efeito, junto ao monumento passam, de cada lado, dois pequenos cursos de água que convergem no primeiro. No raio de 1 km estão presentes dois sítios romanos¹: o marco de delimitação Serra de Silves, a Sul, e a inscrição romana da Regadinha, a Noroeste. No raio de 3 km identifica-se uma concentração de três sítios romanos a Noroeste, todos eles formados por inscrições, com o nome de Corgas da Roçadas, Cabeço da Estrada e Currais das Torres. No mesmo local está também uma via da Idade Média, Fornelo do Monte. No raio de 5 km há, a Sudeste, a Calçada do Rapadoiro, da Idade Média, e uma via romana, a Calçada de Paranho de Besteiros. A Sudoeste, junto a um curso de água, identifica-se o Ribeiro da Bouça, uma via da Idade Média. A Oeste há um habitat romano, a Quinta dos

¹ Conquanto ainda não esteja referenciado formalmente na bibliografia, dentro deste raio existe ainda um importante conjunto de estruturas, presumivelmente datáveis da Idade Média, no local conhecido como "Tapado das Casas" ou "Aldeia Perdida". Só a sua escavação arqueológica sistemática, prevista para o verão de 2023, poderá esclarecer a sua cronologia. Se se confirmar serem estas estruturas medievais, esse facto revelará neste setor da Serra do Caramulo um importante foco de presença humana medieval seguramente vocacionada para a sua exploração agropastoril (eventualmente com maior pendor pastoril) do qual a Lapa da Meruge fará seguramente parte (C. Tente, informação pessoal).

Cortinhais, e também três sítios da Idade Média são eles: a fortificação de Castêlo/Torre de Alcofra, vestígios de superfície no Cabeço de São Domingos e a Torre de Alcofra.

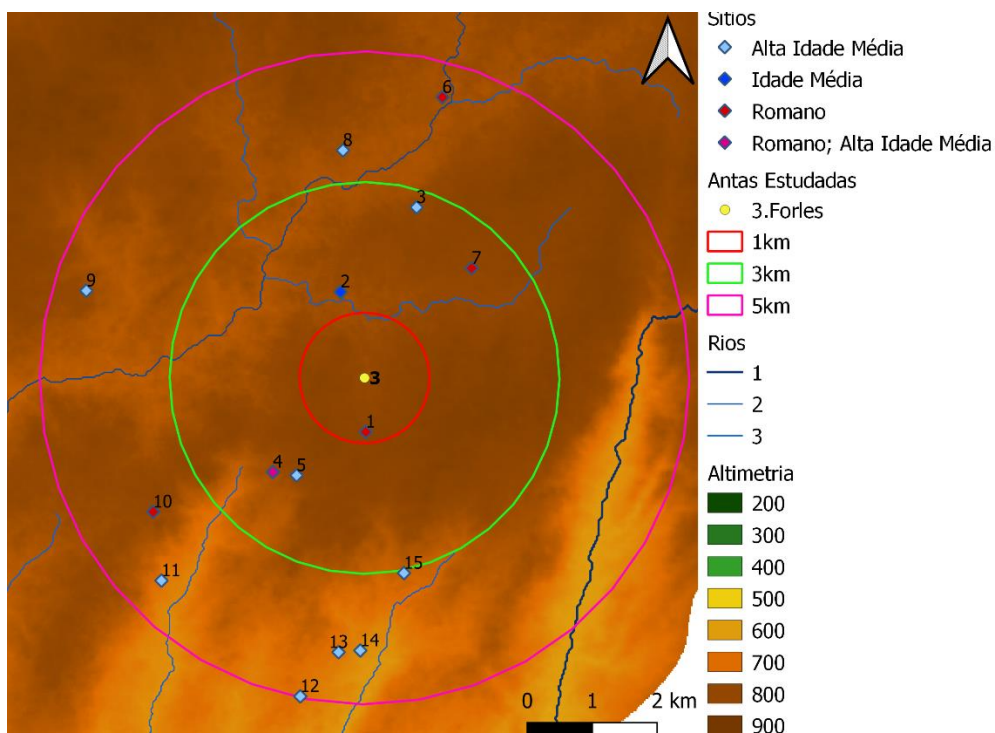


Mapa 6 - Mapa de visibilidade sobre a Lapa da Meruge num raio de 5 km e correlação espacial com sítios de época romana e medieval.

No Mapa 6 é perceptível que a Lapa da Meruge se encontrava num centro de um vale rodeado de montanhas, o que impossibilita que este seja visto do exterior. Nesta área iniciam-se diversos cursos de água, que drenam as águas para vertente Noroeste da Serra do Caramulo; por isso, seria um bom território para atividades pastoris.

Apesar de existirem alguns pequenos locais onde as atividades agrícolas fossem viáveis, principalmente um pequeno vale com duas linhas de água que permitiriam uma exploração agrícola, mas só numa microescala. Por estes motivos, essas atividades teriam dificuldades de proliferar ou de atingir grandes proporções, uma vez que a forte inclinação da encosta envolvente e a abundante presença de granito à superfície não fazem desta uma área fácil ou propícia à prática de atividades puramente agrícolas.

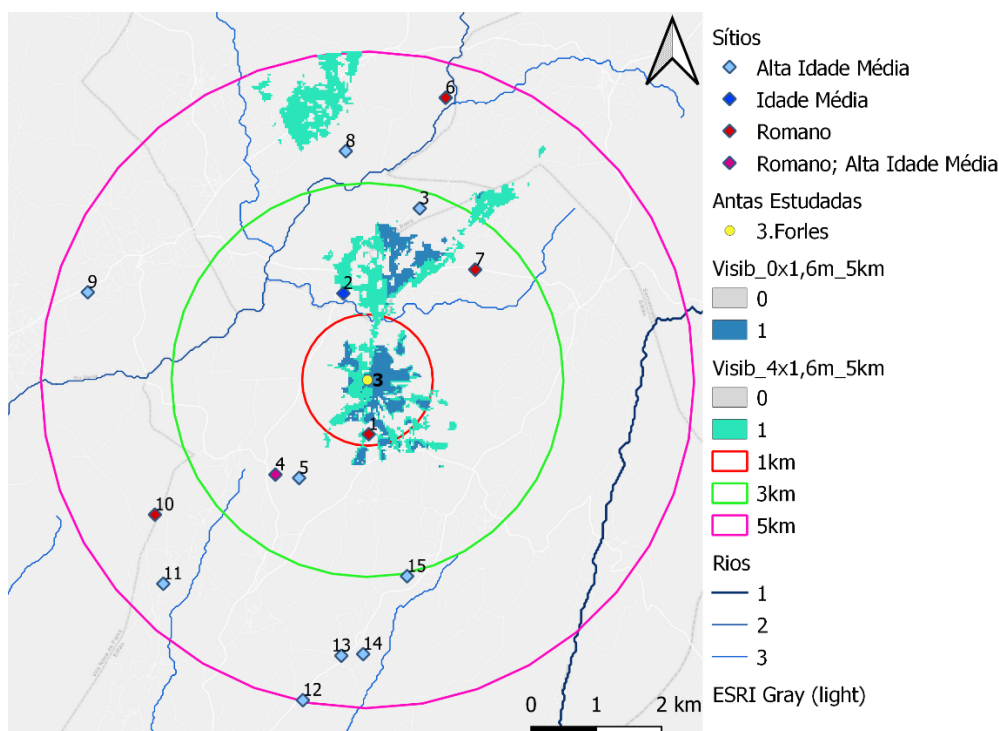
O dólmen terá sido utilizado por pastores em curtos períodos de tempo na Idade Média. Atendendo ao pouco volume de espólio, tudo aparenta ser uma ocupação meramente temporária, muito provavelmente para quando aqueles subiam à serra por alturas da Primavera e Verão com os rebanhos com o objetivo de aproveitar os pastos nestas épocas do ano.



Mapa 7 - Mapa de relevo da Orca de Forles num raio de 5 km e correlação espacial com sítios de época romana e medieval.

No Mapa 7 é perceptível a altitude a que encontra a Orca de Forles, bem como a zona planáltica que incorpora. No raio de 1 km existe apenas um sítio a sul, um habitat romano chamado Ferreiros. No raio de 3 km a Norte há, a Norte um sarcófago da Idade Média, Segões, e uma sepultura da Alta Idade Média, Ferradia. A Nordeste existe a *villa* romana da Devesa, e a Sudoeste está presente a necrópole Quinta de Paredes 3, da Alta Idade Média, e uma outra necrópole, a Quinta de Paredes 1, de época romana e Alta Idade Média. No raio de 5 km a Norte existe o habitat romano de Vale Joaninho e a necrópole da Alta Idade Média de Casal dos Moiros. A Sul do monumento há quatro sítio da Alta Idade Média. Um desses, a Quinta de Baixo, é uma necrópole, os restantes três são as sepulturas de Cerdeira do Lagar (Vilela) / Vale, Vale e Vinha do Plastro / Vinha da Moita 2. A Sudoeste identifica-se a sepultura da Alta Idade Média de

Matas do Pinheiro e o sítio de achados isolados romanos de Espinheira. A Oeste existe a necrópole da Alta Idade Média, Pousadas das Campas.



Mapa 8 – Mapa de visibilidade sobre a Orca de Forles num raio de 5 km e correlação espacial com sítios de época romana e medieval.

No Mapa 8 é possível compreender que a visibilidade para a Orca de Forles ocorre maioritariamente a partir da vertente norte. Localizada numa área planáltica com diversos cursos de água, esta área podia ser facilmente agricultada e utilizada para a pastorícia. A maioria do seu espólio (como analisado no capítulo 6.4.4) deriva da utilização do monumento como estrutura de apoio agro-pastoril. De todos os elementos cerâmicos identificados, apenas dois foram passíveis de reconstituição da sua forma, ou seja, do tipo de peça a que pertenciam, sendo o bordo cerâmico de número de inventário 29 um provável jarro/jarrinha, e o bordo de número de inventário 55 uma taça.

Como referido, o monumento encontra-se num planalto. Será também um abrigo temporário, mas com uma mais intensa/prolongada ocupação que a registada Lapa da Meruje, mas que aqui poderá ter sido utilizado tanto para a pastorícia, como, mais provavelmente, também como estrutura de apoio agrícola (no que contraria com o sítio vouzelense).

Tanto na Lapa da Meruje como na Orca de Forles foram encontrados materiais cerâmicos medievais; porém, estes não estavam associados a qualquer tipo de estrutura preservada no registo arqueológico. Poderão ter existido estruturas perecíveis feitas de elementos mais frágeis, de origem orgânica (troncos, ramagens, colmo, etc), mas delas efetivamente não restou qualquer vestígio reconhecível. Portanto, pode ter sido utilizada apenas a estrutura em pedra original de cada monumento, sendo este último caso mais provável de ter ocorrido na Lapa da Meruje, mais do que na Orca de Forles dado o elevado número de cerâmicas. Portanto, podem ter existido estruturas em torno do monumento que não sejam passíveis de se identificar nas intervenções arqueológicas, consequência da sua fácil deterioração e que dificilmente deixavam marcas passíveis de identificação.

8. Consideração Finais

A reutilização de estruturas/sítios em períodos posteriores aos da sua original construção e ocupação, são conhecidos na arqueologia nacional e de certa forma têm vindo a ser estudados. É, no entanto, surpreendente o vazio de estudos/informação existente sobre este tema em sítios megalíticos, salvo algumas exceções pontuais.

Na presente dissertação foram, assim, estudados quatro casos de reutilizações de monumentos megalíticos, circunscritos ao território do distrito de Viseu, com uma diacronia temporal que abarca os períodos romano e medieval.

Trata-se da análise dos espólios e estruturas da Anta da Lapa da Meruje (Vouzela), da Orca de Pramelas (Nelas), do Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte (Penedono) e Orca de Forles (Sátão). Infelizmente não foi passível de estudo a totalidade do espólio das intervenções arqueológicas realizadas do Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte e da Orca de Pramelas, tendo sido analisado apenas os espólios que se encontravam expostos em museus camarários; o restante espólio ficou por estudar por se encontrar em parte incerta. No entanto, para o caso do monumento de Pramelas, o espólio em falta encontra-se detalhadamente mencionado nos trabalhos desenvolvidos por Senna-Martinez (principalmente 1989), o que permitiu que este fosse mencionado e auxiliando desse modo a caracterização da tipologia de ocupação do sítio.

Durante o período romano e medieval, as populações da região sofreram o impacto causado pelas alterações sociais, geopolíticas e culturais, consequência de mundo em constante mudança que se verificou nestes períodos históricos. A queda do império romano a ocupação muçulmana e a conquista cristã impactaram a forma de viver no território nacional, e deixaram as suas marcas nos monumentos megalíticos.

A escolha do distrito viseense para a realização deste estudo, deveu-se ao conhecimento prévio de reutilizações de monumentos megalíticos nesta área do território português, bem como aos recentes estudos desenvolvidos na região que potenciaram a identificação de novos megalitos reutilizados nestas épocas. Os quatro

monumentos analisados foram escolhidos devido ao conhecimento do espólio que cada um proporcionava à partida, bem como a análise do mesmo (sempre que possível), e pela nossa participação nas intervenções arqueológicas de alguns destes sítios (Orca de Forles e Lapa da Meruje).

Relativamente à tipologia de reutilização identificadas, estas foram de utilização religiosa no Dólmén-Capela de Nossa Senhora do Monte, possível utilização funerária na Orca de Pramelas, que também pode ter sido utilizada como abrigo em período romano (como mencionado no capítulo da discussão) e/ou como estrutura de apoio agro-pastoril. Na Lapa da Meruje é de maior probabilidade que esta tenha sido utilizada como abrigo de pastor e na Orca de Forles, que terá sido utilizada como estrutura de apoio agrícola, mas também pode ter servido em certa medida para fins pastoris.

O espólio identificado em cada monumento permitiu atingir novas conclusões relativamente ao tipo de reutilização, bem como à intensidade relativa da ocupação. De referir, que guardar o espólio identificado durante o período de escavação é imperativo. O facto do desaparecimento do material medieval identificado ao longo das intervenções arqueológicas, como aconteceu nos casos da Orca de Pramelas e o Dólmén-Capela de Nossa Senhora do Monte. Este último caso, danificou a potencial ilação de quando começou a ocupação do sítio, e também como e quando foi aumentado o monumento, sendo que é referido por Pedro S. Carvalho (2005) que o espólio medieval do sítio seria composto por setecentos elementos. No entanto, a câmara municipal de Penedono dispunha apenas do espólio aqui apresentado, o que é muito inferior ao número referido.

Ao longo da dissertação procurou-se obter resultados que auxiliassem na definição da tipologia de reutilização, sendo que em alguns casos, como referido acima, esta metodologia permitiu mesmo que se identificassem outros motivos potenciais que expliquem a reutilização da Orca de Pramelas que não foram contemplados pelos autores da escavação. A análise procurou focar-se no espólio identificado, na proximidade com outros sítios arqueológicos do mesmo período histórico localizados nas imediações, no estudo da arquitetura do monumento com o

objetivo de identificar os setores da mesma em que incidiu a reutilização do monumento, e também da visibilidade do sítio a partir da geografia circundante.

Por fim, a presente dissertação confirma que alguns monumentos megalíticos ganharam uma nova vida em período romano e medieval. Uma das conclusões que se impõe para o futuro é a necessidade de que não se descarte o espólio de períodos histórico dos monumentos pré-históricos, de modo que análises como esta possam alcançar a compreensão total dos tipos de ocupação que neles teve lugar desde o seu momento de construção há seis mil anos.

9. Bibliografia e Webgrafia

ALARCÃO, Jorge de (1995) - *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa - América, (reed.) 244 p.

ALARCÃO, Jorge de. (1996) - *As Origens Do Povoamento Da Região De Viseu*. in *Conimbriga*, Coimbra, n. XXXV, ed. 1, p. 5-35.

ARNAUD, José Morais; MARTINS, César Neves e MARTINS, Andrea. *Arqueologia em Portugal: 2020 - Estado da Questão*. 1. ed. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM. cap. 8, p. 1627-1640.

BOAVENTURA, Rui (2009) – *As Antas e o Megalitismo da Região de Lisboa*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BOAVENTURA, Rui; FERREIRA, Maria Teresa; SILVA, Ana Maria. (2014) - *Perscrutando Espólios Antigos: um caso de reutilização funerária medieval na anta de São Gens 1(Nisa, norte alentejano)*. In *Almada*, Almada, n. 2, p. 60-74, 1 jul. 2014.

BOISSELLIER, STÉPHANE BOISSELLIER. (2012) - *La construction administrative d'un royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, p. 323.

BRADLEY, R. and Williams, H. (eds.) (1998) - *The Past in the Past: The Reuse of Ancient Monuments*. Taylor & Francis: London.

BRADLEY, R. (2002) - *The Past in Prehistoric Societies*. London. Routledge

BREUIL, Henri (1935). *Les peintures rupestres schématiques de la Péninsule Ibérique*. Paris: Lagny, (Fundation Singer. Polinac, 4 vols).

BRITO, R. S. de (1994) – *Portugal: Perfil geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa.

CAAMAÑO, José Manuel Gesto; CRIADO, Felipe Boado. (1992) - *La Medorra De Fanegas (Sobrado Dos Monxes, Voruña) Un Monumento Megalítico Reutilizado En*

Época Romana. Boletín Do Museo Arqueolóxico e Histórico De A Coruña, Coruña, v. 7, ed. 1, p. 7-89.

CARDOSO, J.L. (1999) - *Monumentos megalíticos do concelho de Vouzela. Vouzela: estudos históricos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 169-208.

CARRASCO, A.; MARTOS QUESADA, J. e SOUTO LASALA, J. (2009) - *Historia de España VI: Historia Medieval*. Al-Andalus. Madrid: Ediciones ISTMO.

CARVALHO, A. F. (2016) - *Lapa da Meruje (União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, Concelho de Vouzela)*: Relatório da Escavação de 2016. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa.

CARVALHO, A. F. (2017) - *Lapa da Meruje (União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, Concelho de Vouzela)*: Relatório da Escavação de 2017. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa.

CARVALHO, A. F. (2018a) - *Lapa da Meruje (União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, Concelho de Vouzela)*: Relatório da Escavação de 2018. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa.

CARVALHO, A. F. (2018b) - Anta da Lapa da Meruje (Vouzela, Portugal). Resultados Preliminares dos trabalhos em curso. In SENNA-MARTÍNEZ, J.C.; DINIZ, M.; CARVALHO; A.F. eds. - *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, pp. 201-215.

CARVALHO, A. F. (2018c) - Para uma Recuperação do Megalitismo de Lafões (Viseu, Portugal). O Concelho de Vouzela Enquanto Case-Study. In SENNA-MARTÍNEZ, J.C.; DINIZ, M.; CARVALHO; A.F. eds. - *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, pp. 37-50.

CARVALHO, A. F. (2019) - *Lapa da Meruje (União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, Concelho de Vouzela)*: Relatório da Escavação de 2019. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa.

CARVALHO, Pedro Sobral de; CARVALHO, A. F. (2020) - *Salvaguarda, Valorização e Dinamização da Orca de Forles (Sátão): Plano de Trabalhos*. Projeto disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa, p. 26.

CARVALHO, A. F. (2021) - *Lapa da Meruje (União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, Concelho de Vouzela)*: Relatório da Escavação de 2021. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa.

Carvalho, António Faustino de, Costa, Aníbal, (2021) - O projeto de reabilitação da Anta da Lapa da Meruje (Vouzela, Viseu): princípios, objetivos e propostas preliminares. In: *Al-madan*. - Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Sér. 2, n.º 24, p. 101-106.

CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de, (1989) - Roteiro arqueológico do concelho de Penedono. Câmara Municipal de Penedono, Penedono 1989.

CARVALHO, M.S. Pedro e GOMES F.C.L. Luís (1995) - *A Necrópole Megalítica da Nossa Senhora do Monte*, in *Revista Estudos pré-históricos nº 3*, Centro de Estudos Pré-históricos da beira alta, p. 243-253.

CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de (2005) - *A Necrópole Megalítica da Senhora do Monte (Penedono Viseu)*. Um espaço sagrado pré-histórico na Beira Alta. In *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, vol. 12, 220 p.

CARVALHO, Pedro Sobral de; CAETANO, Vera Moreira; CARVALHO, A. F. (s.d) – *Orca de Forles (União de Freguesias de Águas Boas e Forles, Concelho de Sátão)*: Relatório da Salvaguarda, valorização e dinamização de 2020. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa.

COELHO, J. (1941) – *Beira Histórica, Arqueológica e Artística*. Memórias de Viseu (arredores). Vol. I: A freguesia do Salvador e o extinto concelho do Barreiro. Viseu: [s.n.], pp. 388-429.

CONCEIÇÃO, Elisabete de Jesus Guerreiro da. (2005) – Relatório dos Trabalhos de Limpeza da Orca de Forles. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa.

COSTA, Ana Rita Gomes. (2019) - *As Antas-Capelas em Portugal: Préexistências, Tipologias, Cristianização e Formas de Expressão Artística*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. p. 101.

COSTA, M.G. (1979) – História do Bispado e Cidade de Lamego. Idade Média: Paróquias e Conventos, Vol. II, Lamego.

COSTELA, Y. (2016) - La pervivencia del paisaje megalítico en el norte de la Península Ibérica. Una introducción a los casos documentados durante la Prehistoria reciente (II-I milenio a.n.e.). *Revista Arkeogazte Aldizkaria*. 6, p. 155-170

CRUZ, Domingos de Jesus da, CUNHA, Ana Maria Cameirão Leite da e GOMES, Luís Filipe Coutinho (1989) - A Orca das Corgas da Matança (Fornos de Algodres). In *Portugália*. Porto. Nova série: 910, p. 31-48.

DE MAN, A.; TENTE, C., Coord. (2014) - *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal, séculos IX a XII*. Lisboa: IEM.

DE MAN, A.; TENTE, C. (2016) - Um Rio, Dois Territórios No Centro De Portugal. A Produção Cerâmica No Vale Do Mondego – Os Casos Do Espaço Rural Do Alto Mondego e De Conimbriga. In *La Cerámica de la Alta Edad Media en el Cuadrante Noroeste de la Península Ibérica (siglos V-X)*, Documentos de Arqueología Medieval nº9.

DÍAZ-GUARDAMINO, Marta; GARCIA, Leonardo Sanjuán.; WHEATLEY, David (2015) - The Prehistoric Lives of Prehistoric Monuments in Iron Age, Roman and Medieval Europe. Oxford, 284 p. FARIA, A. M. (1989) - Achados Monetários Romanos na Orca de Pramelas, in *Actas do I Colóquio Arqueológico De Viseu*, Viseu.

DÍAZ MARTÍNEZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, C. e SANZ HUESMA, F. J. (2007) - *Historia de España V: Historia Antigua. Hispania tardoantigua y visigoda*. Madrid: Ediciones ISTMO.

FARELO, Mário. (2016) - Relações com o século: entre o central e o local. In PAIVA, J. P. (ed.) – *História da Diocese de Viseu. Vol. I*. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 460- 493.

GARCÍA SANJUÁN, A. (2013) - *La conquista islámica de la Península Ibérica y la tergiversación del pasado*. Madrid: Marcial Pons Historia.

GARCÍA SANJUAN, Leonardo (2005) - *Las piedras de la memoria. La permanencia del megalitismo en el suroeste de la Península Ibérica durante el II e I milenios a.n.e.* Trabajos de Prehistoria. 61:1, p. 85-104.

GARCIA SANJUÁN, Leonardo e MORA, Coronada Molina (2018) - *La Intervención de 2005 en el Dolmen De Menga*. Sevilla.

GIRÃO, Aristides de Amorim. (1921) - *Antiguidades Pre-Históricas de Lafões: Contribuição Para o Estudo da Arqueologia de Portugal*. 1. Ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 68 p.

GIRÃO, Aristides de Amorim (1940) - *Montemuro, a mais desconhecida serra de Portugal*. Coimbra: Coimbra editora, 160 p.

GONÇALVES, Victor dos Santos; VENTURA, José Manuel Quintã Teixeira, (1991) - O Megalitismo de Entre Mondego e Dão Contribuições para o Estudo da PréHistória da Bacia do Médio e Alto Mondego, in *Relatório do Seminário de Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa.

GOSDEN, C. (2004) - *Archaeology and Colonialism: Cultural Contact from 5000 BC to the Present*. Cambridge University Press: Cambridge.

HELENO, Manuel (1935). *Cadernos de Campo (Inéditos)*. MNA.

HELENO, Manuel (1956) - O Professor Henri Breuil. In *O Arqueólogo Português. Lisboa*. Nova série: 3, p. 239-246.

HOLTORF, Cornelius J. (1997) - *Megaliths, Monumentality and Memory*. *Archaeological Review from Cambridge*, Cambridge, v. 14, ed. 2, p. 46-66.

HOLTORF, Cornelius J. (2000) - Monumental Past: The Life-histories of Megalithic Monuments, in *Mecklenburg-Vorpommern*. Germany.

LACEIRAS, Luís. (2021a) - *Dinâmicas de Povoamento no Concelho de Nelas: do Período Romano à Definição do Reino (Re)pensar a Arqueologia Concelhia*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras, Vol. I. 149 p.

LACEIRAS, Luís. (2021b) - *Dinâmicas de Povoamento no Concelho de Nelas: do Período Romano à Definição do Reino (Re)pensar a Arqueologia Concelhia*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras, Vol. II. 341 p.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1943) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Erster Teil: Der Süden*. Berlin: De Gruyter. (Römisch-Germanische Forschungen, 17).

LEISNER, Georg e LEISNER, Vera (1951) - A Anta das Cabeças. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série: 1, p. 735.

LEISNER, Georg e LEISNER, Vera (1953) - Contribuição para o registo das antas portuguesas. A região de Montargil, concelho de Ponte de Sôr. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série: 2, p. 227-256.

LEISNER, Georg e LEISNER, Vera (1959) - Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: der Westen. In *Madridrer Forschungen*. Berlim: Walter de Gruyter & Co. (Madridrer Forschungen, Bd. 1:2).

LEISNER, V. (1998) - *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel*. Die Westen. Berlin: Walter de Gruyter.

LIMA, António M.; REAL, Manuel L.; MELO, Daniel; CANHA, Alexandre. (2021) - A organização político-militar do território de Lafões durante a alta idade média. In *Atas das I Jornadas de Arqueologia de Vouzela - Lafões*, Vouzela, p. 255-275.

MACHADO, João Luis Saavedra (1965) - Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série: 5, p. 51-448.

MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses. (1999a) - *Carta Arqueológica do Concelho de Vouzela*. 1. ed. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela, 62 p.

MARQUES, Jorge Afoldo de Meneses (1999b) – *Dólmen da Lapa da Meruje e Orca da Malhada do Cambarinho (Vouzela)*: Relatório de Trabalhos Arqueológicos 1999. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa.

MARTINÓN-TORRES, M. (2001) - *Los megalitos de término. Crónica del valor territorial de los monumentos megalíticos a partir de las fuentes escritas*. Trabajos de Prehistoria. 58: 1, p. 95-108.

MEIRA, Catarina Barradas. (2021) - *Da Cidade Imperial à Cidade Episcopal. As transformações urbanas da cidade de Viseu entre os séculos IV e XI*. Orientador: Catarina Tente. Tese (Doutoramento) - Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 409 p.

MUÑOZ., Yolanda Costela (2015) - *La permanencia del paisaje funerario en el suroeste de la península ibérica. el megalitismo durante el ii y i milenio a.e.* (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de Cádiz. Cádiz, 862 p.

MOITA, Irisalva Nóbrega (1966) - *Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta*. in *Ethnos*. Lisboa, p. 189-297.

NUNES, João (2016) - *Geografia Diocesana (1147-1505)*. In PAIVA, José Pedro - *História da Diocese de Viseu*. Viseu: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, vol I, p. 43-55.

OLIVEIRA, Jorge de. SARANTOPOULOS, Panagiotis e BALESTEROS, Carmen (1996) - *Antas capelas e capelas junto a antas no território português: elementos para o seu estudo*. In *A Cidade de Évora*. Évora. 2ª série: 1, p. 287-329.

PAIVA, José Pedro (1989) – *História da Diocese de Viseu*. Ed. Diocese de Viseu- Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, vol. 1-3.

PARREIRA, Rui Jorge Zacarias (1996). *O Conjunto Megalítico do Crato (Alto Alentejo). Contribuição para o registo das antas portuguesas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 99-100.

PEDRO, Ivone, VAZ, João L. Inês, ADOLFO, Jorge, (1994) - *Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão a*, Viseu, 206 p.

PINTO, Evaristo João de Jesus, (1996) - *Património Arqueológico da Vila e Freguesia de Canas de Senhorim*, in *Canas de Senhorim História e Património*, Canas de Senhorim.

PINTO, Evaristo João de Jesus, (1998) - Contributo para o Inventário Arqueológico do Concelho de Nelas, in *Revista da Beira Alta*, Vol. LVII, nºs. 3 e 4, Viseu, p. 405-448.

PINTO, Evaristo João de Jesus (2003) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos de categoria C e D relativos à conservação e valorização do monumento megalítico da orca de Pramelas*. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, Lisboa.

RÁBADE OBRADÓ, M. P.; RAMÍREZ VAQUERO, E. e UTRILLA UTRILLA, J. F. (2005) - *Historia de España VII: Historia Medieval. La dinámica política*. Madrid: Ediciones ISTMO.

RAPOSO, Jorge (2001) - Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal. In *Almadan*. Almada. 2ª série: 10, p. 100157. BA: 0006a.

REAL, Manuel Luís; CARVALHO, António Faustino de; TENTE, Catarina - Projeto de estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu): objetivos e primeiros resultados. In: *Arqueologia em Portugal*. - Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 113-125.

RIBEIRO, O. (1991) - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. 6.ª edição. Lisboa: Sá da Costa (Nova Universidade).

RIBEIRO, Orlando. (1971) - Em torno das origens de Viseu, in *Revista Portuguesa de História*, p. 211-229.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S. (1987) - *Geografia de Portugal*. Vols. I e II. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

ROCHA, Leonor. (2005) - *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação (Doutoramento) - Universidade de Évora. P.

ROCHA, Leonor e DUARTE, Cidália (2009) - Megalitismo Funerário no Alentejo Central: os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno. In *Actas do IX Congresso Nacional de Paleopatologia*. Morella (Castelló), 26-29 Sep. 2007. Valencia, pp. 763-781.

ROCHA, Leonor; MIRÃO, José. (2018) - Novos dados sobre o megalitismo de Mora: a Anta do Pequito Velho (Mora, Portugal). In *Scientia Antiquitatis*, n. 2, p. 3-22.

RODRIGUES, Patrícia. (2014) - Cerâmicas Medievais do Pátio do Museu Grão Vasco (Viseu): elementos para uma sistematização da cerâmica pleno medieval do espaço viseense. in *Estudos de cerâmica medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*, Lisboa, p. 141-160.

SANJUÁN, Leonardo García. (2005) - *Las Piedras De La Memoria. La Permanencia Del Megalitismo En El Suroeste De La Península Ibérica Durante El II Y I Milenios Ane. Trabajos De Prehistoria*. [s. l.], v. 62, ed. 1, p. 85-109.

SANTOS, Carla; FIGUEIRA, Nádia; CRAVO, Sónia (2018) – “Testemunhos de uma Identidade. Intervenções Arqueológicas em Viseu (1997-2016). In TENTE, C. (ed.) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território (séculos IV a XII)*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, p. 65-79.

SARAIVA, A. (2010) - Viseu – do Governo Condal ao Reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185): a renovação de um perfil urbano. in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 10. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, pp. 11-36.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos de e VALERA, António Carlos Neves de (1987) - Orca de Pramelas. In *Informação Arqueológica*. Lisboa, p. 107-108.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989) - Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: Algumas contribuições para um modelo sociocultural. 86-96 p.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; VALERA, A Carlos, (1989) - A Orca de Pramelas, Canas de Senhorim, in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 37-50.

SENNA-MARTINEZ, J.C. (1994a) - Megalitismo, habitat e sociedades: a Bacia do Médio e Alto Mondego no conjunto da Beira Alta (c.5200-3000 BP). In *Actas do 15 Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal*. Estudos Pré-históricos. Viseu. 2, p. 15-29.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos de e VALERA, António Carlos Neves de (1994b) - Orca de Pramelas. In *Informação Arqueológica*. Lisboa, p. 92-94.

SENNA-MARTINEZ, J.C, (1996) - O Primeiro Povoamento Pré-Histórico da Plataforma do Mondego, in *Canas de Senhorim História e Património*, Canas de Senhorim.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; PEDRO, I. (2000) - *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, 233 p.

SILVA, Ana Raquel. (1999) – A Ocupação Medieval do Castro de Santiago. In *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, nº5, Lisboa, Colibri, p.83-89.

SILVA, Ricardo C. (2014) – A cerâmica dos níveis alto-medievais do fórum de Aeminium (MNMC, Coimbra). in *Estudos de cerâmica medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*, Lisboa, p. 79-98.

TEJEDOR, C. (2013) - La pervivencia de los “usos megalíticos” en el Valle del Duero a lo largo de la Prehistoria reciente (III-II milenio BC). In SASTRE, J.C.; CATALÁN, R.; FUENTES, P., eds. - *Arqueología en el Valle del Duero. Del Neolítico a la Antigüedad Tardía: nuevas perspectivas*. Madrid: La Ergastula (Simposia; 4), p. 33-40.

TENTE, Catarina. (2010) - *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Orientador: Rosa Varela Gomes. 2010. Dissertação (Doutoramento) - Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 574 p.

TENTE, Catarina. (2016) - *Do Reino Ao Império: Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. 1. Ed. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, Cap. 11, 412 p.

TENTE, C.; CORDERO, T. e CASTRO, R. (2018) – A configuração territorial da Diocese viseense no período suevo-visigodo. In TENTE, C. (ed.) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território (séculos IV a XII)*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 179-194.

THOMPSON, E. A. (2014) – *Los godos en España*. Madrid: Alianza Editorial.

VARANDAS, José Manuel (1993) - A ocupação medieval do Buraco da Moura de São Romão. In *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa. 1, p. 155-165.

VASCONCELLOS, José de Leite de. (1897) - Aquisições do Museu Etnográfico Português. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série: versão 3, p. 107-111.

VASCONCELLOS, José Leite de. (1897) - *Religiões da Lusitânia I: Na parte que principalmente se refere a Portugal*. 3 ed. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 448 p.

VASCONCELOS, José de Leite de. (1907) - *Peintures dans les dolmens de Portugal. L'Homme Préhistorique*. 2, p. 33-37.

VAZ, João Luis Inês (1991) – *Para uma Carta arqueológica do concelho de Sátão*. Sátão: Câmara Municipal de Sátão, p. 14-15.

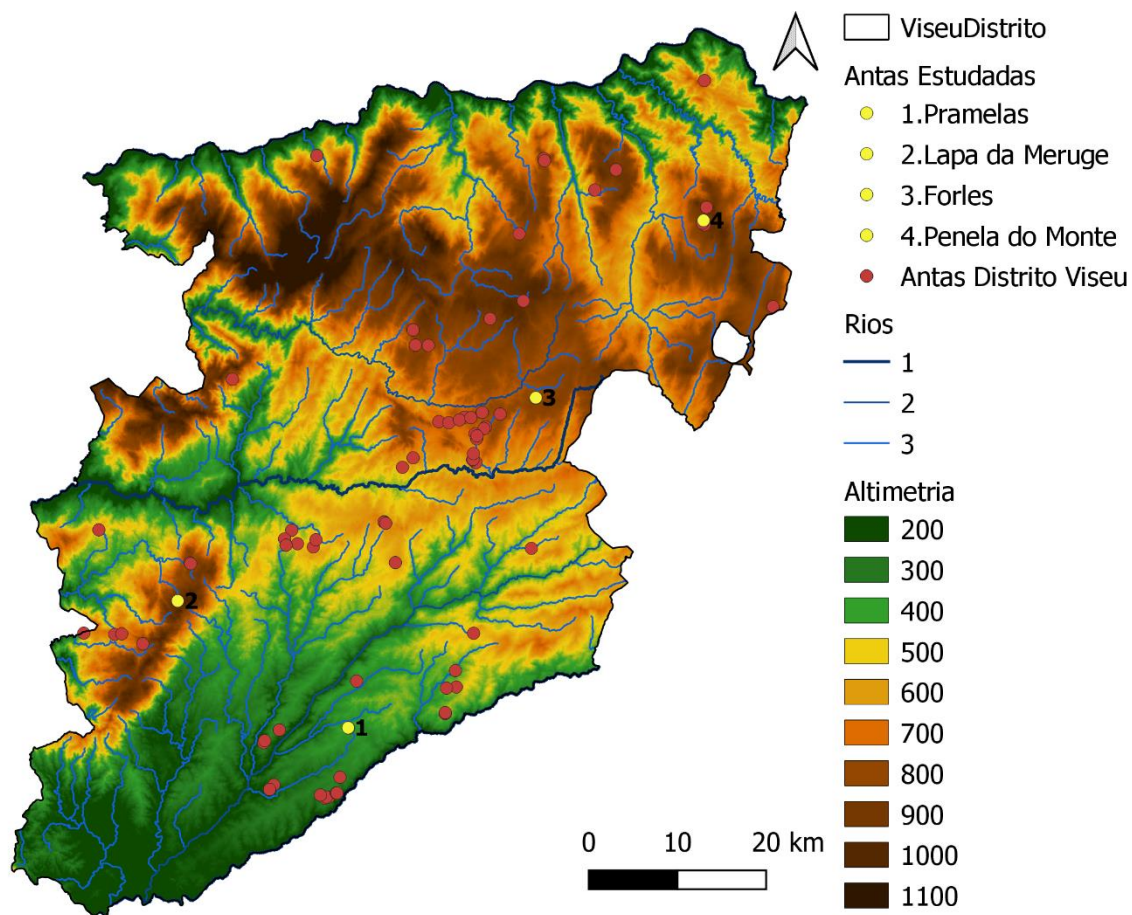
VAZ, João L. Inês. (1997) - *A Civitas de Viseu: espaço e sociedade*. 1. Ed. Viseu: CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro. 487 p. v. 1.

VAZ, J. L. I. (2009) – *Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe*. Beira Alta. Vol. LXVIII-LXIX. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, pp. 147-201.

VIANA, Abel e DEUS, António Dias (1955-1957) - *Notas para o Estudo dos Dólmens da Região de Elvas*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15 (3-4): 143-189.

10. Anexos

Anexo I – Geral dos monumentos de Viseu.



Mapa 1.1 – Antas do distrito de Viseu.

NOME	CNS	TIPO PRINCIPAL	LATITUDE	LONGITUDE
Penedo do Com	77	Anta/Dólmen	40.693893	-7.670078
Orca dos Juncais	308	Anta/Dólmen	40.816082	-7.730793
Forno do Moiro	575	Anta/Dólmen	40.804119	-7.742644
Anta de Arca	889	Anta/Dólmen	40.607173	-8.222913
Anta de Casfreires	894	Anta/Dólmen	40.828944	-7.711605
Longra	926	Anta/Dólmen	41.053810	-7.585943
Orca 1 da Penela	1011	Anta/Dólmen	40.497880	-8.025223
Orca da Carvalhinha	1384	Anta/Dólmen	40.527114	-7.784379
Orca dos Padres	1388	Anta/Dólmen	40.554075	-7.769540
Orca dos Braçais	1391	Anta/Dólmen	40.552972	-7.782615
Anta da Cunha Baixa	1395	Anta/Dólmen	40.570703	-7.770891
Orca 2 de Penela	1491	Anta/Dólmen	40.499905	-8.023875
Orquinha dos Juncais	2225	Anta/Dólmen	40.814432	-7.732995
Orca de Pendilhe	2232	Anta/Dólmen	40.898284	-7.823916
Lameira do Fojo 1	2427	Anta/Dólmen	40.698563	-7.980427
Tojais 1	2798	Anta/Dólmen	40.780444	-7.744915
Macieira do Sul	2821	Anta/Dólmen	40.864010	-8.066695
Orca 1 do Ameal	2824	Anta/Dólmen	40.443000	-7.944000
Orca de Fiais da Telha	2825	Anta/Dólmen	40.443060	-7.938630
Orca do Outeiro do Rato	2826	Anta/Dólmen	40.463000	-7.924000
Orca de Pramelas	2850	Anta/Dólmen	40.512804	-7.912472
Serra da Nave	3247	Anta/Dólmen	40.942565	-7.680674
Lapa dos Mouros	3551	Anta/Dólmen	40.608457	-8.263916
Corga dos Mopos	3599	Anta/Dólmen	40.825784	-7.758876
Vale de Cavalos	3665	Anta/Dólmen	40.821387	-7.792920
Orca do Seixinho	3684	Anta/Dólmen	40.809169	-7.744807
Orca do Vidoinho	3687	Anta/Dólmen	40.924721	-7.724900
Vale da Cabra	3725	Anta/Dólmen	40.712117	-7.988195
Sangrinho	3768	Anta/Dólmen	40.897967	-7.806770
Anta pintada de Antelas	4018	Anta/Dólmen	40.712496	-8.243947
Nossa Senhora de Carquere	4269	Anta/Dólmen	41.088285	-7.954599
Queimadas	5056	Anta/Dólmen	40.703393	-7.997632
Ribeira do Buraco	5071	Anta/Dólmen	40.775459	-7.841128
Pedralta 1	5077	Anta/Dólmen	40.785000	-7.827000
Lameira do Fojo 2	5086	Anta/Dólmen	40.697106	-7.995574
Forles	5225	Anta/Dólmen	40.844755	-7.664466
Fojinho	5226	Anta/Dólmen	40.807134	-7.742152
Tojais 2	5228	Anta/Dólmen	40.780259	-7.743376
Casinha Derribada 1	5467	Anta/Dólmen	40.720579	-7.865429
Mamaltar de Vale de Fachas 1	5889	Anta/Dólmen	40.679544	-7.850512
Quinta da Orca	7023	Anta/Dólmen	40.455317	-8.011687
Orca de Santo Tisco	7024	Anta/Dólmen	40.442000	-7.944000
Orca 2 do Ameal	7054	Anta/Dólmen	40.443000	-7.942000
Casinha Derribada 2	7272	Anta/Dólmen	40.720453	-7.865666

Lameira de Cima 1	7316	Anta/Dólmen	40.936811	-7.349345
Dólmen do Turgal	7381	Anta/Dólmen	41.036497	-7.437615
Dólmen 1 da Lapinha	7383	Anta/Dólmen	41.018902	-7.440558
Senhora do Monte 6	7385	Anta/Dólmen	41.020628	-7.442954
Anta da Arquinha da Moura	7462	Anta/Dólmen	40.510692	-8.004508
Pedra dos Mouros	7498	Anta/Dólmen	40.607670	-8.213558
Casinha Derribada 4	7631	Anta/Dólmen	40.719106	-7.863328
Orca do Valongo	10600	Anta/Dólmen	40.450595	-8.017448
Monumento 1 do Rapadouro	10747	Anta/Dólmen	40.913555	-7.826991
Orca 1 de Vale de Carris	11815	Anta/Dólmen	40.820356	-7.779531
Orca 2 de Vale de Carris	11816	Anta/Dólmen	40.823104	-7.765648
Orca da Abelha	11833	Anta/Dólmen	40.830658	-7.735257
Orca 1 das Antas	15538	Anta/Dólmen	40.782976	-7.748039
Orca 2 das Antas	15541	Anta/Dólmen	40.783424	-7.747504
Orca do Pinhal dos Amiais	15837	Anta/Dólmen	40.528239	-7.784302
Orca do Tojinho	16636	Anta/Dólmen	40.789275	-7.746878
Terremonte	16725	Anta/Dólmen	40.695328	-7.959292
Pedra d'Arca	17100	Anta/Dólmen	40.702527	-7.955865
Orca 1 de Oliveira do Conde	18015	Anta/Dólmen	40.445000	-7.950000
Lugar d'Orca	18735	Anta/Dólmen	41.009958	-7.686253
Tojeira	19757	Anta/Dólmen	40.825441	-7.750461
Grandra	20200	Anta/Dólmen	40.597641	-8.185769
Anta da Senhora do Castelo	24700	Anta/Dólmen	40.608311	-7.746714
Moita Grande	30773	Anta/Dólmen	41.085219	-7.653148
Anta das Orcas	31915	Anta/Dólmen	41.08316	-7.652649
Malhada de Cambarinho 2	32944	Anta/Dólmen	40.679285	-8.123219
Malhada do Cambarinho 3	32945	Anta/Dólmen	40.678469	-8.122165
Rebordinho 1	33331	Anta/Dólmen	41.074068	-7.557694
Anta 4 da Senhora do Vencimento	34950	Anta/Dólmen	41.163484	-7.440517
Dólmen de Troviscos 1	35680	Anta/Dólmen	40.447000	-7.929000
Dólmen de Troviscos 2	35681	Anta/Dólmen	40.447000	-7.928000
Anta da Marmelada	35753	Anta/Dólmen	40.560070	-7.901962

Tabela 1.1 – Monumentos megalíticos do distrito de Viseu, registados no portal do arqueólogo.

Anexo II – Lapa da Meruje Cerâmica e Tabelas

Nº	Nome	CNS	Tipo Principal	Cronologia	Latitude	Longitude	Raio km
48	Serra de Silvares	20199	Marco de delimitação	Romano	40,632752	-8,136082	1
49	Regadinha	13921	Inscrição	Romano	40,644038	-8,148483	1
50	Corgas Roçadas	13922	Inscrição	Romano	40,657997	-8,126611	3
51	Cabeço da Estrada	3659	Inscrição	Romano	40,657276	-8,124601	3
52	Currais das Torres	3672	Inscrição	Romano	40,657096	-8,124247	3
53	Fornelo do Monte	16537	Via	Medieval Cristão	40,649890	-8,110651	3
54	Calçada do Rapadoiro	40762	Calçada	Idade Média	40,616207	-8,098149	5
55	Calçada Romana de Paranho de Besteiros	7008	Via	Romano	40,611558	-8,095623	5
56	Ribeiro da Bouça	20201	Via	Idade Média	40,617289	-8,164667	5
57	Castêlo/ Torre de Alcofra	13930	Fortificação	Medieval Cristão	40,629713	-8,175665	5
58	Cabeço de São Domingos	38318	Vestígios de Superfície	Medieval Cristão	40,630536	-8,181958	5
59	Quinta dos Cortinhais	13918	Habitat	Romano	40,631867	-8,191623	5
60	Torre de Alcofra	14931	Torre	Idade Média	40,631476	-8,194272	5

Tabela 2.1 – Sítios dos mapas 7 e 8.



Figura 2.1 – Bojo cerâmico decorado.



Figura 2.2 – Fundo cerâmico.

Número de inventário	Tipo de fragmento	Pasta - e.n.p presentes	Pasta - densidade	Pasta - acabamento	Pasta - cozedura	Forma - orientação do bordo	Forma - forma geral	Forma - tipo específico	Forma - elementos de prensão	Medidas - diâm. interno da boca, diâm. máximo do bojo, altura, espessura do bordo, espessura da parede	Informação da etiqueta	Cronologia
N29.0.1.-	base	quartzo e micas	fraca	alisada	reductora				ausente	espessura da parede: 5 mm; diâmetro da base: 44 mm		medieval

Tabela 2.2 – Cerâmicas identificadas na Lapa da Meruje.

Anexo III – Orca de Pramelas Cerâmica e Tabelas

Nº	Nome	CNS	Tipo Principal	Cronologia	Latitude	Longitude	Raio Km
23	Pedras da Forca 1	12641	Necrópole	Alta Idade Média	40,519134	-7,907235	1
24	Campas	12644	Sepultura	Alta Idade Média	40,525482	-7,911734	3
25	Pedras da Forca 2	12643	Sepultura	Alta Idade Média	40,519086	-7,901135	3
26	Freixieiro	10066	Villa	Romano	40,512329	-7,899494	3
27	Placa funerária de Canas de Senhorim	17641	Inscrição	Romano	40,510980	-7,900679	3
28	Fojo 1	12637	Villa	Romano	40,505127	-7,900699	3
29	Fojo 2	12638	Villa	Romano	40,503772	-7,898934	3
30	Fojo 3	12639	Villa	Romano	40,506023	-7,898336	3
31	Ara votiva de Canas de Senhorim	17639	Inscrição	Romano	40,503778	-7,901884	3
32	Rua da Estrada/ Cruzeiro	27966	Necrópole	Alta Idade Média	40,504021	-7,903135	3
33	Olival Grande	4541	Villa	Romano	40,504329	-7,906955	3
34	Casal	12627	Vestígios Diversos	Romano; Alta Idade Média	40,503521	-7,908137	3
35	Chãs	12649	Villa	Romano	40,506319	-7,947308	3
36	Pêro do Pato/ Vale Salgueiro	12647	Necrópole	Alta Idade Média	40,556129	-7,904459	5
37	Tapada	35752	Lagareta	Idade Média	40,554380	-7,907165	5
38	Paraduço	35751	Lagareta	Idade Média	40,553714	-7,921499	5
39	Moreira de Baixo	15022	Lagareta	Idade Média	40,551738	-7,924186	5
40	Prazias	35750	Sepultura	Idade Média	40,551242	-7,924223	5

41	Prazias/ Moreira de Baixo II	12648	Sepultura	Romano; Alta Idade Média	40,549321	-7,925984	5
42	Vale dos Picos/ Tapada	35727	Sepultura	Alta Idade Média	40,547607	-7,918687	5
43	Póvoa Dão	15037	Calçada	Romano	40,549682	-7,943978	5
44	Fontainhas	27974	Necrópole	Alta Idade Média	40,505051	-7,857862	5
45	Rua do Pombal	27972	Sepultura	Alta Idade Média	40,512211	-7,854423	5
46	Lagareta rupestre de Riachas	40103	Lagareta	Idade Média	40,501215	-7,951196	5
47	Chãs/Mil Regos	12650	Sepultura	Alta Idade Média	40,502705	-7,951164	5

Tabela 3.1 – Sítios dos mapas 3 e 4.

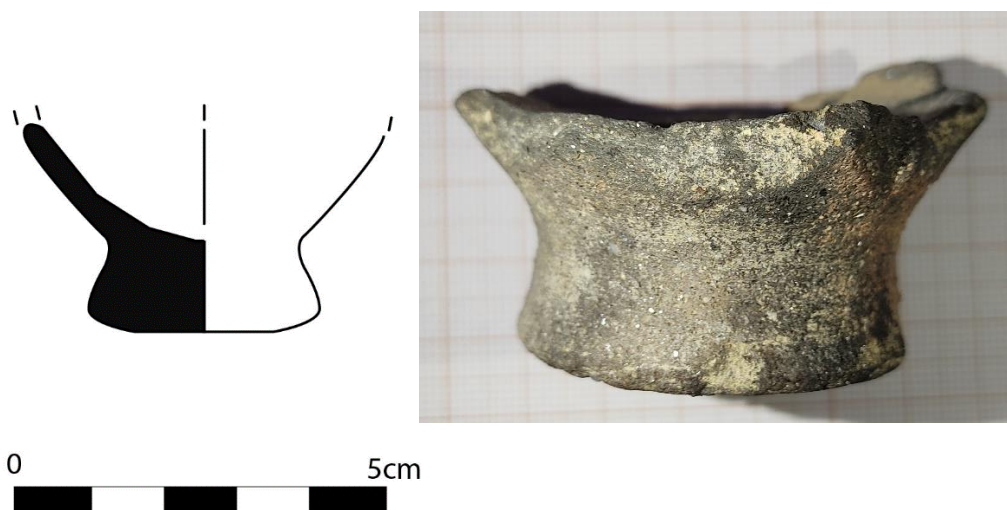


Figura 3.1 - Fundo cerâmico de um copo de período romano tardio.



Figura 3.2 - Fundo cerâmico de um copo de período romano tardio com orifício no centro.

Número de inventário	Tipo de fragmento	Pasta - e.n.p presentes	Pasta - densidade	Pasta - consistencia	Pasta - acabamento	Pasta - cozedura	Forma - orientação do bordo	Forma - forma geral	Forma - tipo específico	Forma - elementos de preensão	Medidas - diâm. interno da boca, diâm. máximo do bojo,	informação de etiqueta	cronologia
orpra	fundo	felspatos/micas /quartzo	abundante	média	alisada	reductora		aberta	boientário (?)	ausentes			romano

Tabela 3.2 – Cerâmicas identificadas na Orca de Pramelas.



Figura 3.2 – Moeda Constâncio Galo 353-354.

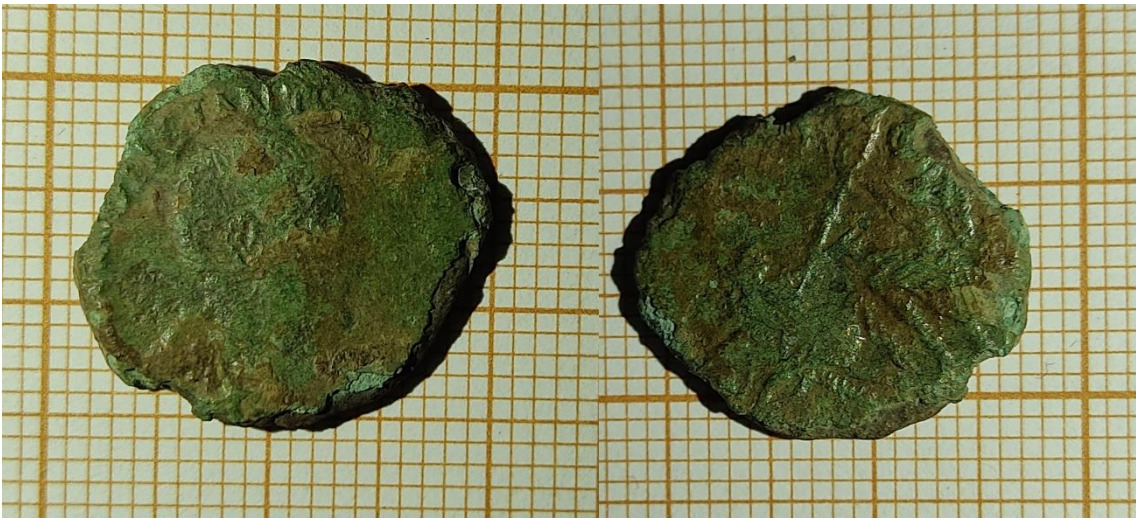


Figura 3.3 – Moeda de Constâncio II 353-361.



Figura 3.4 – Moeda de Magnêncio 351-352.

Anexo IV - Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte Cerâmica e Tabelas

Nº	Nome	CNS	Tipo Principal	Cronologia	Latitude	Longitude	Raio km
16	Sarcófago em Penela da Beira	32866	Sarcófago	Alta Idade Média	41,042374	-7,419369	3
17	Cruzeiro	30755	Mancha de Ocupação	Romano	41,054857	-7,469622	5
18	Cruzeiro 3	30757	Mancha de Ocupação	Romano	41,052646	-7,467349	5
19	Cruzeiro 5	30759	Mancha de Ocupação	Romano	41,055567	-7,470971	5
20	Paredes da Beira	30754	Via	Romano	41,054661	-7,468494	5
21	Ponte da Veiga	31482	Estrutura	Medieval Cristão	41,036290	-7,403999	5
22	Ponte da Veiga 2	37527	Povoado	Romano	41,030737	-7,401349	5

Tabela 4.1 – Sítios dos mapas 1 e 2.



Figura 4.1 – Artefactos em bronze de forma estrelar.



Figura 4.2 – Elemento pétreo com perfil em T fraturado numa das pontas.



Figura 4.3 – Contas de colar em: vidro; azeviche; ouro; azeviche e ouro; madrepérola e osso; vidro; cobre; âmbar.



Figura 4.4 – Pedra de anel ou pendeloque em azeviche

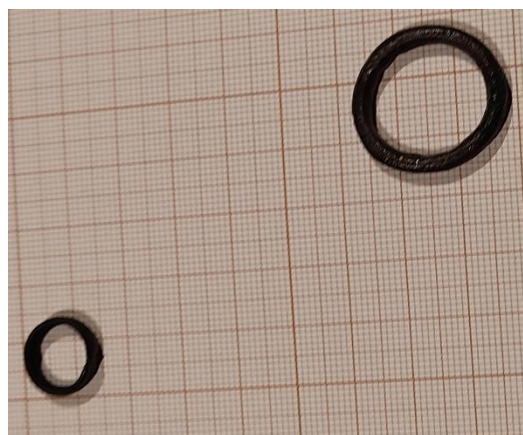


Figura 4.5 – Dois anéis, um de vidro e outro de bronze, respetivamente.



Figura 4.6 – Moeda em bolhão de D. Sancho II (frente e verso).



Figura 4.7 – Moeda meio real de dez soldos em bolhão de D. João I (frente e verso).



Figura 4.8 – Moeda meio real cruzado em bolhão de D. João I (frente e verso).



Figura 4.9 – Moeda real de 3,5 libras em bolhão de D. João I (frente e verso).

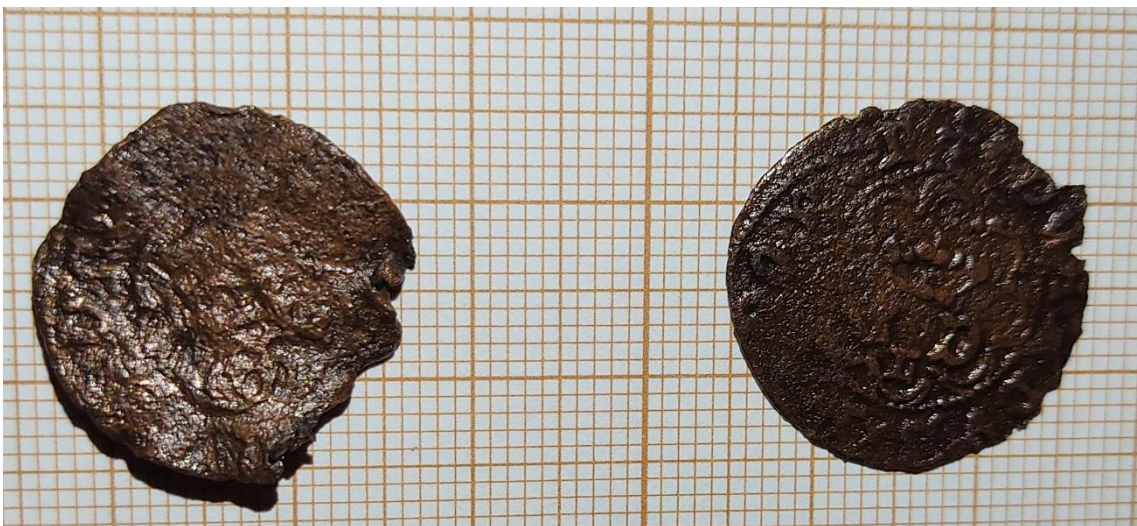


Figura 4.10 – Meio real cruzado em bolhão de D. João I (frente e verso).

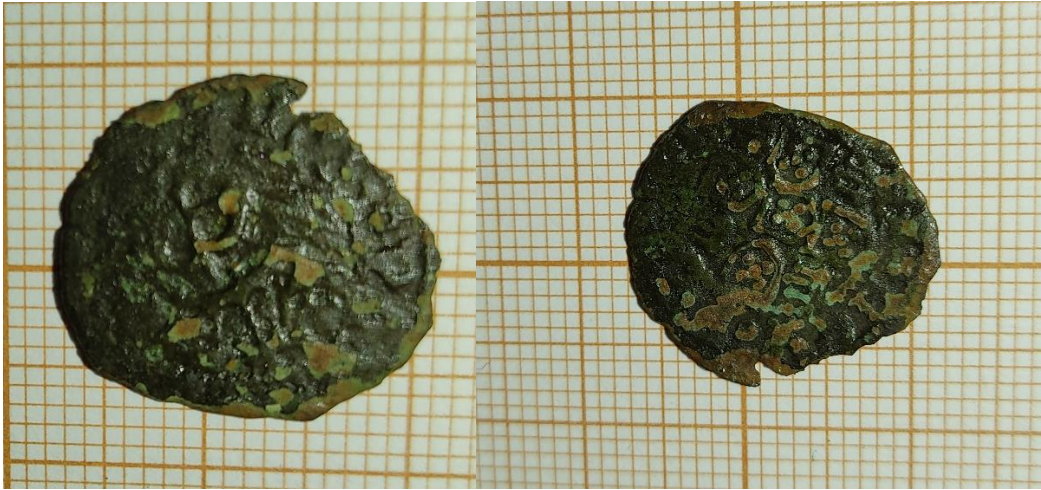


Figura 4.11 – Moeda meio real preto em cobre de D. Duarte (frente e verso).



Figura 4.12 – Moeda meio real preto em cobre de D. Afonso V (frente e verso).



Figura 4.13 – Moeda meio real em cobre de D. Manuel I (frente e verso).

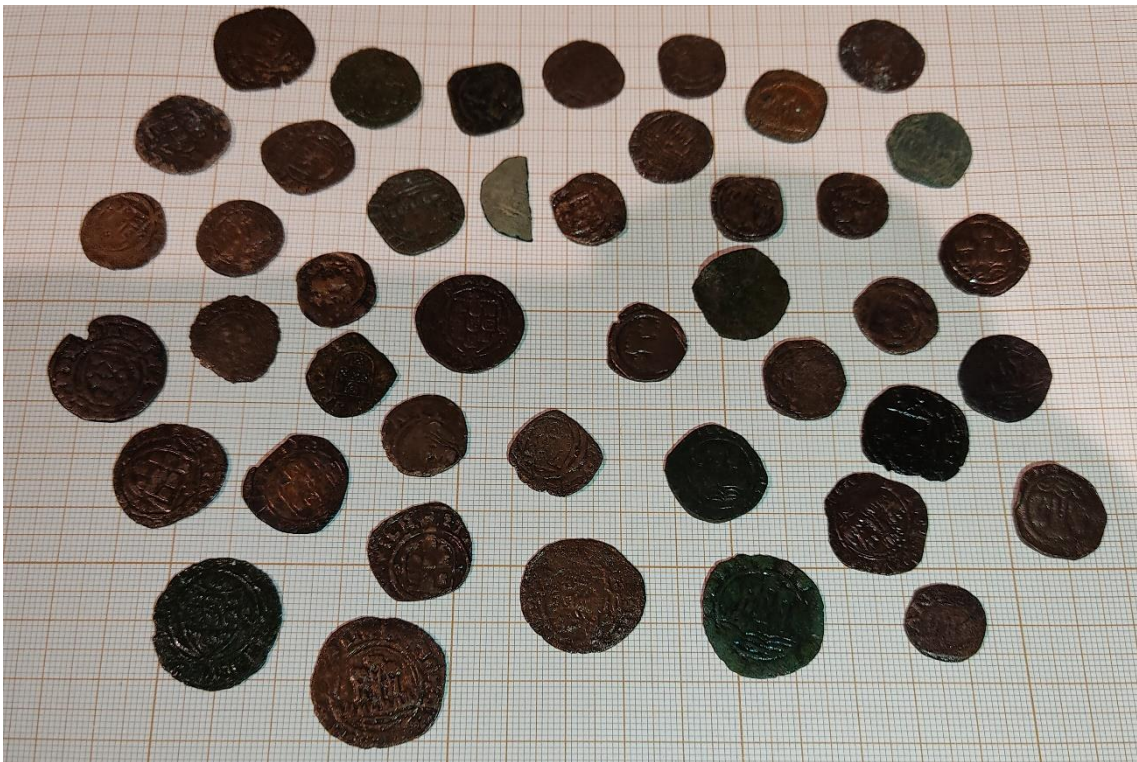


Figura 4.14 – Conjunto de 43 moedas, sendo estas ceitis de D. Afonso V - D. Manuel I (frente e verso).

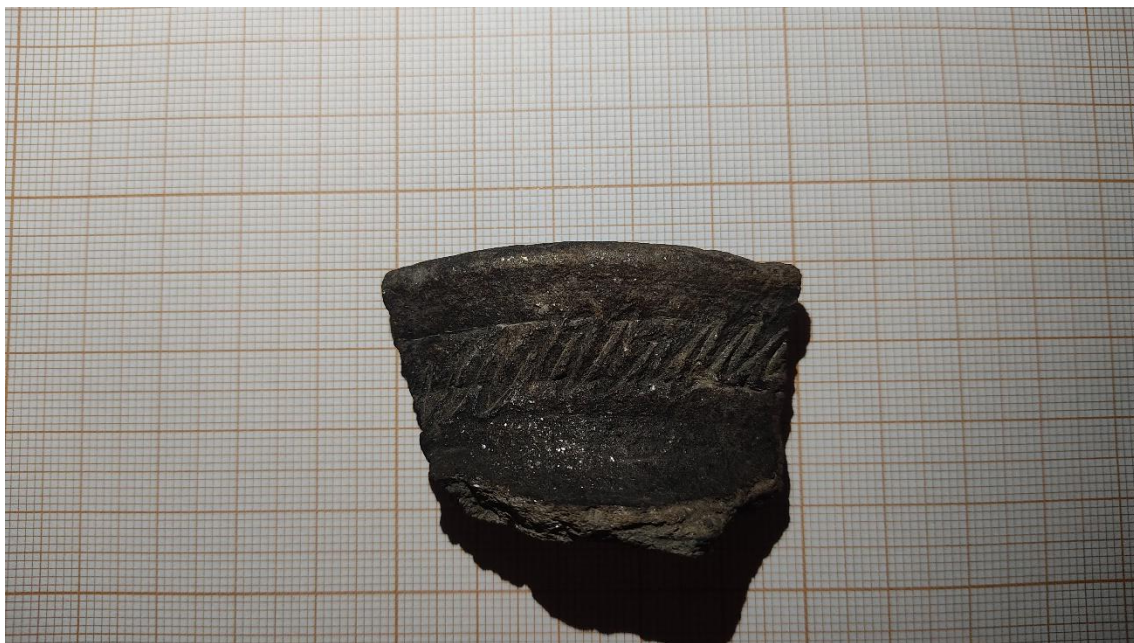
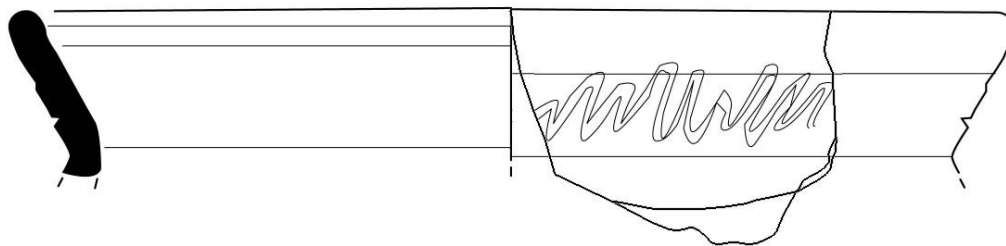


Figura 4.15 – Bordo de cerâmica decorado (SM3/93 530).

Número de inventário	Tipo de fragmento	Pasta - e.n.p presentes	Pasta - densidade	Pasta - consistência	Pasta - acabamento	Pasta - cozedura	Forma - orientação do bordo	Forma - forma geral	Forma - tipo específico	Forma - elementos de preenchimento	Medidas - diâm. interno da boca, diâm. máximo do bojo,	informação de etiqueta	cronologia
sm3/93 520	bordo	felspatos/micas	média	compacta	polida/brunida	reduzida	exvertido	aberta	poté/panela(?)	ausentes	/0,5(E.b)/ 0,6(e.p)		medieval

Tabela 4.2 - Cerâmicas identificadas no Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte.

Anexo V – Orca de Forles Cerâmica e Tabelas

Nº	Nome	CNS	Tipo Principal	Cronologia	Latitude	Longitude	Raio km
1	Ferreiros	22019	Habitat	Romano	40,838026	-7,663956	1
2	Segões	23151	Sarcófago	Medieval Cristão	40,857333	-7,668552	3
3	Ferradia	35180	Sepultura	Alta Idade Média	40,868983	-7,654689	3
4	Quinta de Paredes 1	8314	Necrópole	Romano; Alta Idade Média	40,832486	-7,680893	3
5	Quinta de Paredes 3	14615	Necrópole	Alta Idade Média	40,832026	-7,676588	3
6	Vale Joaninho	22027	Habitat	Romano	40,884154	-7,649986	3
7	Devesa	8194	Villa	Romano	40,860593	-7,64463	5
8	Casal dos Moiros	14540	Necrópole	Alta Idade Média	40,876835	-7,668119	5
9	Pousadas das Campas	11812	Necrópole	Alta Idade Média	40,857494	-7,714953	5
10	Espinheira	8306	Achado(s) Isolado(s)	Romano	40,826993	-7,702762	5
11	Matas do Pinheiro	24714	Sepultura	Alta Idade Média	40,817511	-7,70124	5
12	Cerdeira do Lagar (Vilela)/Vale	14614	Sepultura	Alta Idade Média	40,801539	-7,675903	5
13	Vale	35182	Sepultura	Alta Idade Média	40,807636	-7,668924	5
14	Quinta de Baixo	8351	Necrópole	Alta Idade Média	40,807864	-7,664959	5
15	Vinha do Plastro/ Vinha da Moita 2	25022	Sepultura	Alta Idade Média	40,818548	-7,656993	5

Tabela 5.1 - Sítios dos mapas 5 e 6.



F6-02/12/2020

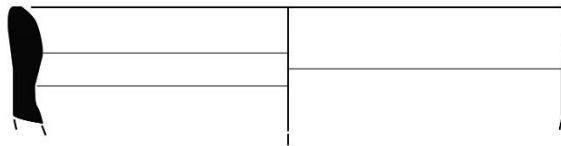


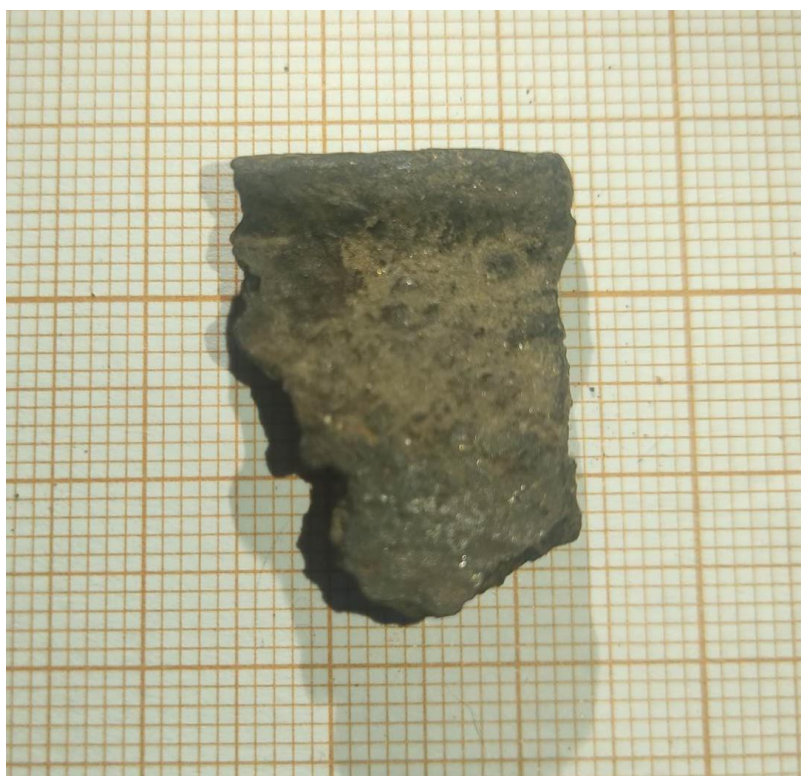
Figura 5.1 - Bordo cerâmico F6-02/12/2020.



F6-C1-01/02/2021



Figura 5.2 - Bordo cerâmico F6-C1-01/02/2021.



F4-C1-01/03/2021

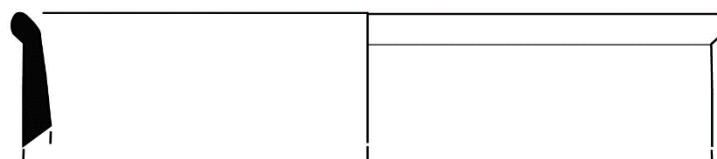


Figura 5.3 - Bordo cerâmico F4-C1-01/03/2021.



F6-C1-07/10/2020

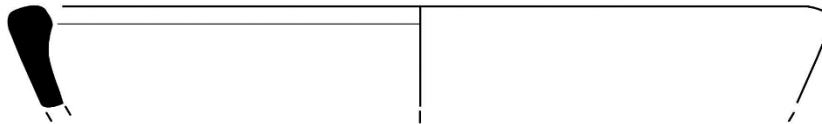


Figura 5.4 - Bordo cerâmico F6-C1-07/10/2020.

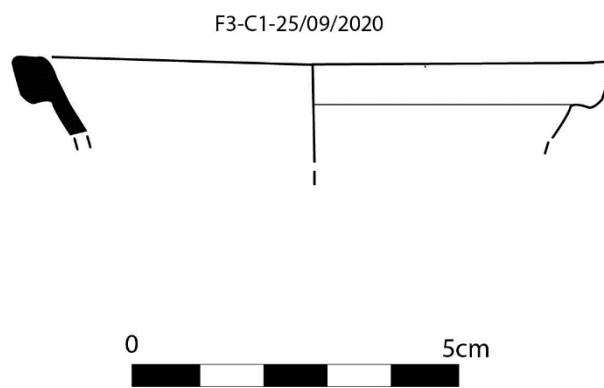
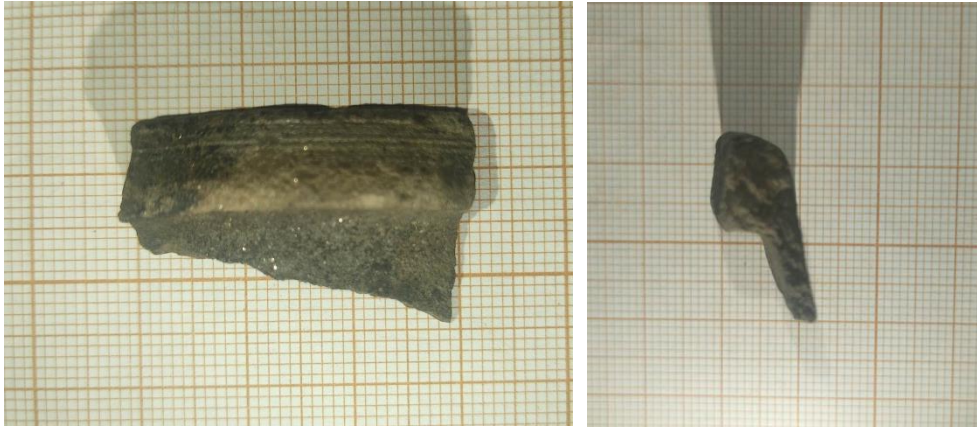


Figura 5.5 - Bordo cerâmico F3-C1-25/09/2020.

Número de inventário	Tipo de fragmento	Pasta - e.n.p presentes felpatos/micas	Pasta - densidade	Pasta - consistencia	Pasta - acabamento	Pasta - cozedura/ redutora/ oxidante	Forma - orientação do bordo	Forma - forma geral	Forma - tipo específico	Forma - elementos de prensão	Medidas - diâm.	informação de etiqueta	cronologia
1	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora/ oxidante				ausentes		F6/c1- interior da camara primeiros 20 cm	medieval
2	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora/ oxidante				ausentes		F6/c1- interior da camara primeiros 20 cm	medieval
3	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora/ oxidante				ausentes		F6/c1- interior da camara primeiros 20 cm	medieval
4	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora/ oxidante				ausentes		F6/c1- interior da camara primeiros 20 cm	medieval
5	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora/ oxidante				ausentes		F6/c1- interior da camara primeiros 20 cm	medieval
6	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora/ oxidante				ausentes		F6/c1- interior da camara primeiros 20 cm	medieval
7	fundo	felpatos/micas	fraca	friável	tosca	redutora				ausentes		F6/c1- interior da camara primeiros 20 cm	medieval
8	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora				ausentes		F5/c2	medieval
9	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora				ausentes		F5/c2	medieval
10	bordo	felpatos/micas	abundante	compacta	alisada	oxidante			Pote/panela	ausentes		F6/c1	medieval
11	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora				ausentes		F6/c1	medieval
12	bojo	felpatos/micas	média	média	polida	redutora				ausentes		F6/c1	medieval
13	bojo	felpatos/micas	média	média	polida	redutora				ausentes		F6/c1	medieval
14	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	redutora				ausentes		E4/c1	medieval
15	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	oxidante				ausentes		F3/c1	medieval
16	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	oxidante				ausentes		E7/c1	medieval
17	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	oxidante/ redutor				ausentes		E7/c1	medieval
18	bojo	felpatos/micas	fraca	friável	tosca	redutora				ausentes		E7/c1	medieval
19	bojo	felpatos/micas	fraca	friável	tosca	redutora				ausentes		E7/c1	medieval
20	bojo	felpatos/micas	fraca	friável	tosca	oxidante				ausentes		F6/c1 entre as pedras	medieval
21	bojo	felpatos/micas	média	média	tosca	oxidante				ausentes		F6/c1 entre as pedras	medieval

22	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora					ausentes		F6/c1 entre as pedras	medieval
23	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora					ausentes		F6/c1 entre as pedras	medieval
24	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora/oxidante					ausentes		F6/sem c junto aos calços	medieval
25	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora					canelura		F6/sem c junto aos calços	medieval
26	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	oxidante					ausentes		F5/c1	medieval
27	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	oxidante					ausentes		F5/c1	medieval
28	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	oxidante					ausentes		F5/c1	medieval
29	bordo	felspatos/micas /quartzo	abundante	compacta	alisada	reduzora					canelura		F3/c1	medieval
30	bordo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora					Pote/panela ausentes		F8/c1	medieval
31	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	oxidante					ausentes		F5/c2	medieval
32	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	oxidante					ausentes		F5/c2	medieval
33	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora					ausentes		F4/c1	medieval
34	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	oxidante					ausentes		F6/c2	medieval
35	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora					ausentes		F6/c1	medieval
36	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora					ausentes		F6/c1	medieval
37	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	oxidante/reduzora					ausentes		F6/c1	medieval
38	asa	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	oxidante					ausentes		E5/E6/c1	medieval
39	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora					ausentes		F6/c1 à superfície	medieval
40	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	reduzora					ausentes		E7/c1	medieval
41	bojo	felspatos/micas /quartzo	média	média	tosca	oxidante					ausentes		G7/ junto ao calço do esteio	medieval

